



Biblioteca Breve

SÉRIE PENSAMENTO E CIÊNCIA

O PENSAMENTO ECONÓMICO
NO PORTUGAL MODERNO

COMISSÃO CONSULTIVA

JACINTO DO PRADO COELHO

Prof. da Universidade de Lisboa

JOÃO DE FREITAS BRANCO

Historiador e crítico musical

JOSÉ-AUGUSTO FRANÇA

Prof. da Universidade Nova de Lisboa

JOSÉ BLANC DE PORTUGAL

Escritor e Cientista

DIRECTOR DA PUBLICAÇÃO

ÁLVARO SALEMA

ARMANDO CASTRO

O Pensamento Económico no Portugal Moderno

(De fins do século XVIII
a começos do século XX)



MINISTÉRIO DA CULTURA E DA CIÊNCIA
SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA

Título

O Pensamento Económico no Portugal Moderno

Biblioteca Breve / Volume 48

Instituto de Cultura Portuguesa
Secretaria de Estado da Cultura
Ministério da Cultura e da Ciência

© *Instituto de Cultura Portuguesa*

Direitos de tradução, reprodução e adaptação,
reservados para todos os países

1.^a edição — 1980

Composto e impresso
nas Oficinas Gráficas da Livraria Bertrand
Venda Nova - Amadora — Portugal

Janeiro de 1980

ÍNDICE

I/INTRODUÇÃO.....	6
II / A MODERNIDADE DOUTRINAL POSSÍVEL ENTRE 1780/5 E 1820/5	22
III / OS PRIMÓDIOS DA CIÊNCIA ECONÓMICA E O PENSAMENTO PORTUGUÊS	64
IV / PRINCIPAIS EXPRESSÕES DO PENSAMENTO ECONÓMICO PÓS-CLÁSSICO EM PORTUGAL	99
V / AS CONCEPÇÕES ECONÓMICAS DOMINANTES EM PORTUGAL NOS PRIMEIROS LUSTROS DO SÉCULO XX	123
NOTAS.....	134
QUADRO CRONOLÓGICO I.....	142
QUADRO CRONOLÓGICO II.....	173
BIBLIOGRAFIA	196

I/INTRODUÇÃO

1 — *AS DIFICULDADES EXPOSITIVAS DECORRENTES DA ENORME EXPANSÃO QUANTITATIVA DA LITERATURA ECONÓMICA PORTUGUESA E DA SUA DIVERSIFICAÇÃO TEMÁTICA DESDE FINS DO SÉCULO XIII*

Não pode surpreender que a partir de finais do século XVIII e começos do século XIX se registre uma enorme expansão dos estudos económicos em Portugal. Fenómeno internacional, a ele não ficou incólume o nosso país, muito embora dentro dum processo de atraso relativo na emergência desta realidade e nos seus próprios ritmos, quando o consideramos mesmo nesta sua mera expressão quantitativa. Aliás esta «explosão» de interesse pelo económico pode localizar-se em alguns países europeus numa época muito anterior, ligando-se basicamente ao surto das novas relações económicas capitalistas, pois a burguesia estava objectivamente interessada no conhecimento e utilização de leis económicas. E se a construção da Economia, como disciplina científica, teve de esperar pelos clássicos, de Adam Smith a Ricardo, pese embora o facto de esse nascimento não ser assimilável a uma analogia biologizante uma vez que mesmo antes de Smith/Ricardo há contribuições importantes a este «salto» da interpretação pré-científica à construção

científica, o certo é que, em especial na Inglaterra, se multiplicam as publicações da especialidade a partir do século XVI.

Como já foi notado, a bibliografia organizada por G. Massey em 1764, reportando-se somente às publicações desde Thomas Mun (1571-1641) já contém mais de 2300 títulos! ¹

No nosso país é desde finais do século de Setecentos que podemos assistir a um crescimento nítido do número de estudos de carácter económico. Ele irá até acentuar-se depois, notando-se no entanto o seu abrandamento a partir de meados do século XIX, constituindo uma linha evolutiva que não será certamente falha de significado. E, o que não é menos importante, também a qualidade teórica dos estudos, duma maneira geral, tende a diminuir, acontecimento igualmente esclarecedor que se liga ao anterior.

É o que se pode depreender logo da consulta do quadro organizado no fim do volume em que se reúnem obras mais significativas do pensamento económico português seriadas cronologicamente, muito embora esta relação esteja longe de se pretender exaustiva: observará o leitor que entre 1782 e 1799 indicamos 28 estudos económicos, ao passo que entre 1800 e 1823 registamos 42; para o período de 1826 a 1850 constam 26 obras e outras tantas de 1851 a 1875; de 1876 até ao fim do século destacaram-se 25 estudos; por seu turno, no primeiro quartel do século XX registaram-se 28 e nos onze anos que vão até 1936 consignaram-se 16. Ou, expressando esta evolução doutra maneira: para os 68 anos que vão de 1782 a 1850 constam 96 estudos, o que dá uma média aritmética anual de 1,411 trabalhos económicos (registado no quadro como é óbvio), ao

passo que para os 86 anos subsequentes a média desce para 1,104 estudos/ano. Na medida em que o mapa que elaborámos tiver alguma representatividade esta evolução quantitativa também a terá...

Paralelamente às interpretações teóricas dos fenómenos económicos, desligadas mesmo de considerações práticas, assiste-se a um esforço no sentido de institucionalizar o ensino da economia. Um dos primeiros manuais portugueses da especialidade resultou mesmo dessa orientação.²

2 — *A ESTRUTURA DA EXPOSIÇÃO IMPOSTA PELAS NECESSIDADES DA SUA CONDENSAÇÃO*

A multiplicação e diversidade de trabalhos que encontrámos através deste longo período colocam, por outro lado, sérios problemas de selecção tendo em vista a natureza deste estudo, com uma função específica e com as decorrentes limitações de espaço. Daí que tenha sido necessário adoptar critérios que simultaneamente se atenham às finalidades da «Biblioteca Breve» e que respeitem o espartilho insuperável das dimensões do volume.

Não servem estas observações, evidentemente, para coonestar as inevitáveis lacunas e insuficiências da exposição que se vai seguir. Sabemos perfeitamente, com efeito, que ele está longe de cobrir todo o conjunto de trabalhos portugueses neste vasto domínio desde o último quartel do século de Setecentos até à Segunda Guerra Mundial, em especial artigos de jornais e revistas, um ou outro opúsculo e mesmo algumas

publicações mais vastas oferecendo alguma relevância dentro dos critérios que presidiram à análise e interpretação que se consideram significativas para a compreensão do pensamento português moderno e contemporâneo. Todavia, supomos ter alcançado os objectivos gerais dum estudo de índole genérica e introdutória ao entendimento do pensamento económico, fornecendo simultaneamente pontos de partida para eventuais estudos futuros, tanto genéricos como mesmo sectoriais, sejam de aprofundamento dum outro autor, sejam das reflexões dum sub-conjunto de autores ou de todo um seu conjunto dentro dum determinado período de tempo.

No entanto, seja como for, ao debruçarmo-nos sobre as características das ideias económicas nestes cento e sessenta a cento e setenta anos, bem como acerca da sua evolução tipológica, importa definir e respeitar de seguida um conjunto de critérios de triagem das concepções que se reterão, a partir obviamente dos trabalhos publicados de que serão extraídas essas concepções.

Ora o primeiro critério reporta-se precisamente a esse aspecto. Não se trata, à semelhança do que sucedeu com os dois volumes precedentes ³, de esboçar e definir todo o conjunto da consciência social histórica quanto à maneira de ver a actividade económica pela colectividade portuguesa no seu conjunto. Trata-se, unicamente, de apreender a evolução do pensamento escrito, quer nas suas manifestações de conhecimento do senso comum, quer das maneiras de ver ideológicas, quer finalmente quando nos reportamos ao período que inicia a construção da ciência económica, com Adam Smith e David Ricardo, a fim de verificarmos em que

medida a representação teórica da actividade económica penetrou no nosso país.

O segundo critério que importa definir e respeitar consiste na fixação duma orientação que permita realizar uma triagem dentre o acervo de centenas e centenas de trabalhos publicados em Portugal (sempre reportando-nos ao período histórico aqui considerado) tendo em vista aproveitar os que se possam considerar mais representativos, tanto de interpretações social e ideologicamente significativas do sistema económico, como das leituras que se integrem (ou pelo menos se aproximem) da sua leitura científica que, como tal, constitui um verdadeiro princípio de inteligibilidade da realidade económica. Esta questão é tanto mais complexa quanto é certo que, sobretudo no dealbar do século XIX, surgem os primeiros autores portugueses que tratam os fenómenos económicos desde uma perspectiva abstracta-sistemática. De facto, como vimos nos dois volumes precedentes, até ao século XVIII os trabalhos de índole económica são suscitados e abordam problemas económicos concretos e mais ou menos particularizados. Contudo isto não quer dizer, como é óbvio, que abordagens deste género desapareçam ou se tornem mesmo pouco numerosas ao longo do século passado e mesmo nos primeiros quarenta anos da nossa centúria. Bem pelo contrário, o seu volume cresceu também duma forma espectacular.

Para melhor se entender esta nova situação, singularmente reforçada, aliás, com o aparecimento e a rápida ampliação de estudos afins da economia, poderemos agrupar toda esta temática num punhado de tipos principais: 1) Estudos económicos abstractos, a que só poderemos chamar «teóricos» quando se

revistam de cariz científico e não meramente abstracto-sistemático, pois essa forma pode representar o mero invólucro duma representação de aparências enganadoras ou dum discurso ideológico que como tal nem sequer extroverte um sistema de cognição corrente; acresce que os trabalhos deste género podem apresentar-se com preocupações gerais ou concentrar-se numa explicação sectorial, como por exemplo a «teoria» da moeda, do lucro, do juro, etc. Disto encontraremos, de resto, exemplos em Portugal; 2) Um segundo grupo respeita aos trabalhos voltados para questões económicas concretas, tanto internacionais como, naturalmente, relativas ao nosso país; além de ser este o único género praticado antes do século passado, é ele que abrange inquestionavelmente a percentagem dominante dos escritos económicos. Chamar-lhes-emos estudos de economia aplicada, sem esquecer que no corpo interior à ciência económica constituída não deixam de oferecer essa índole visto caracterizarem-se por uma leitura teórica de realidades concretas, graças à utilização do método científico geral de ascensão do abstracto ao concreto (teórico); 3) Assinalaremos ainda os trabalhos que só surgem na época contemporânea como consequência exactamente do aparecimento de construções abstracto-sistemáticas, como tais desligadas da observação empírica deste ou daquele fenómeno ou relação; referimo-nos como é óbvio às obras de carácter didáctico, os diversos manuais, genéricos ou sectoriais, os quais, contudo, muitas vezes combinam esta orientação com a bordagem de sistemas económicos concretos; 4) São ainda numerosos os trabalhos especializados, mormente técnico-especializados, com significado económico geral ou que então por vezes

realizam incursões com relevância neste campo ou com ele directamente relacionados; sucede isto em particular com estudos agronómicos e sobre actividades produtivas variadas, sem esquecer os numerosos relatórios a propósito de exposições agrícolas, industriais ou mistas; um bom exemplo disto é o *Relatório Geral do Jurado da Exposição de 1848*, da responsabilidade dum colectivo de autores, entre os quais António de Oliveira Marreca ou, para mencionar trabalhos individuais, o *Tratado de Agricultura Teórico-prática*, em dois volumes, de João António Dalla Bella, de 1805 (um estudo agronómico) ou o relatório elaborado por Bernardino Machado quando ministro, *A Indústria* de 1893; 5) Há ainda que ter em conta numerosos trabalhos relativos a matérias distintas da economia mas que muitas vezes a ela se encontram estreitamente associadas, como sucede particularmente com trabalhos estatísticos — posto que pouco frequentes quando nos reportamos aos primeiros decénios deste período histórico — e, sobretudo, com estudos incidindo sobre as finanças públicas as quais, como se compreende facilmente, aparecem estreitamente conectadas com o sistema económico não só no último quartel do século de Setecentos mas também — e principalmente — a partir de cerca de meados do século de Oitocentos, catalisados por acontecimentos como a crise financeira de 1846 e as que se lhe seguiram; 6) Por fim, sem com isto se esgotarem todos os géneros de estudos de que não faltam também exemplos representativos no nosso país, importa pelo menos chamar a atenção para aqueles a que poderíamos aplicar a designação de «interdisciplinares», como os de índole histórica (sem se tratar propriamente de história

económica, antes de análises históricas com apreciações eventuais de aspectos económicos, dos quais poderemos invocar o trabalho de José Anastácio Falcão, *De l'état actuel de la monarchie portugaise et des cinq causes de sa décadence*, Paris, 1829, com versão portuguesa publicada em 1834, ou de índole diversa, como o livro de Francisco Luís Gomes, *Essai sur la théorie de l'Économie et de ses rapports avec la Morale et le Droit*, Paris, 1867) ⁴.

A solução escolhida não consistiu em eleger uma parte destes tipos omitindo totalmente os restantes. Poderia à primeira vista ser defensável movermo-nos dentro do círculo exclusivo dos trabalhos de orientação abstracto-sistemática. Tal orientação seria, no entanto, incorrecta. Porque, duma parte, nem todos esses trabalhos se poderão considerar representativos do pensamento económico em Portugal, ao mesmo tempo que muitos dos outros assumem uma representatividade cuja ignorância seria indesculpável quando se pretende captar as características e a marcha da consciência social sobre a vida económica, o seu conteúdo e expressão sócio-ideológica no contexto das estruturas da colectividade e em inter-relação com ela, bem como, finalmente, a medida em que teria sido possível transitar dum conhecimento espontâneo a um conhecimento científico do sistema económico, no caso negativo a natureza dos obstáculos que o teriam impedido; como toda esta problemática se inseria nos mais largos condicionalismos da vida gregária e em que medida teria interferido em algumas facetas da sua existência e reprodução. Somente segundo uma perspectiva assim concebida poderá este pequeno estudo inserir-se numa biblioteca cujo fito visa «uma iniciação o nível

universitário e uma orientação básica para a investigação e reflexão mais desenvolvidas».

A necessidade de concentrar a exposição impôs-nos a supressão do apêndice antológico que figurava nos dois tomos anteriores. O facto de ser bastante elevado o número de autores cujo pensamento económico dificilmente se justificaria ser esquecido e ainda a circunstância de pelo menos uma parte dos respectivos textos, quando se trata pelo menos da época contemporânea, ser em alguns casos facilmente acessível ao leitor interessado; teve-se em conta também que as fronteiras expositivas dentro das quais nos temos de mover colocam a opção entre um pequeno conjunto de textos antológicos que dificilmente poderia ser representativo das linhas mestras do pensamento económico desta época e a apresentação de quadros cronológicos com uma extensão mínima susceptível de ministrar marcos referenciais minimamente satisfatórios. Em face desta alternativa, optou-se pela última solução.

Daí os dois quadros cronológicos que se incluem no Apêndice. O Quadro I visa fornecer elementos de referência razoáveis a fim de se enquadrar o pensamento económico português no contexto mundial. Inclui tanto as obras mais representativas desde os primórdios do século XVII até finais da década de 50 do nosso século como algumas obras menores que exerceram influência inegável nos textos económicos dos autores nacionais. Bastaria, por exemplo, compulsar a própria bibliografia incluída em muitos desses trabalhos para verificarmos que não foram somente os «grandes» textos que se utilizaram entre nós mas também obras que hoje são praticamente desconhecidas, ou quase desconhecidas, nos próprios

países de origem, como por exemplo as do Comte de Chaptal (Quadro I, n.º 89), K. H. Rau (*Id.*, n.º 115), Visc. De Villeneuve-Bargemont (*Id.*, n.º 149) e M. Chevalier (*Id.*, n.ºs 200 e 209). De resto, basta compulsar a bibliografia apresentada por Adrião Forjaz nos seus *Elementos de Economia Política* (Quadro II, n.ºs 94 e 101), para verificarmos as concepções em que assentavam as lições do primeiro professor de economia na Universidade de Coimbra entre 1836 e 1841.

Assinalando este quadro as primeiras edições dos textos mais significativos (o que não quer dizer, evidentemente, que constitua uma relação exaustiva) admite-se que possa inclusive ser útil a todos os estudiosos da história da ciência económica e dos seus precursores e não somente para o caso português. Tais as razões da inclusão numa relação tão desenvolvida. A sua elaboração deve-se à colaboração prestimosa do Dr. Carlos da Silva Costa, docente da cadeira de História da Ciência Económica da Faculdade de Economia do Porto, sem a qual não teria sido possível elaborá-la. Esclareça-se, no entanto, que os eventuais erros e omissões significativas constantes do Quadro são da nossa inteira responsabilidade.

No Quadro II registamos um conjunto de trabalhos mais significativos do pensamento português, igualmente seriados cronologicamente pelas primeiras edições. Inútil seria insistir no carácter selectivo do registo. Seguiu-se aqui mais uma vez o fio condutor que se assinalou no início destas considerações prolegomonais, sem com isto haver a pretensão, que seria aqui absurda, de reivindicar a sua completa representatividade, mesmo dentro dos critérios que se adoptaram. Não o consentia a índole introdutória deste

estudo e por isso mesmo o próprio carácter limitado do esforço que dedicámos à sua elaboração, levada a cabo durante pouco mais de um ano de pesquisas sistemáticas. Daí também que a dificuldade do acesso a meia dúzia de espécies bibliográficas, inexistentes nas principais bibliotecas do nosso país, tenham impedido que os consultássemos, a despeito da boa vontade e apoio prestante que ficamos devendo a alguns funcionários-bibliotecários, dos quais nos permitimos destacar aqui o senhor José de A. Pereira Vale, Encarregado Geral da Biblioteca Municipal do Porto.

Para não alongar o texto o leitor encontrará referenciados os autores nacionais e estrangeiros que referiremos ao longo do estudo pela simples indicação do número do Quadro (I ou II) e o respectivo número de ordem. Assim, por exemplo, se a indicação for I-36 estar-se-á a referir Mercier de la Rivière, *Ordre Naturel et essentiel des sociétés politiques*, de 1767. Se a indicação constante no texto identificar uma obra por II-42, verificar-se-á no Quadro II que se trata do estudo de José da Silva Lisboa, *Ensaio sobre o estabelecimento de bancos*, Rio de Janeiro, 1811. É claro que não se pode excluir aprioristicamente a necessidade de citar um ou outro estudo não constante dos quadros, sobretudo de publicações portuguesas, por causa da necessidade de concentrar o registo nas obras mais significativas segundo os critérios atrás assinalados. Unicamente, para que o leitor possa melhor aperceber-se dos textos que houve que sacrificar muito embora se não possam considerar totalmente irrelevantes poderíamos invocar dois ou três exemplos. É o que sucede com análises estatísticas (como *Informações para a Estatística Industrial Coligidas pela Repartição de Pesos e Medidas do Distrito de*

Aveiro, de F. de P. Campos e Oliveira, Lisboa, 1867 ou a *Proposta de Alexandre Herculano para se redigirem quesitos estatísticos*, nas *Memórias da Academia Real das Sciencias de Lisboa*, Nova Série, Tomo I, Parte I, p. 29 e com o *Parecer e Memória sobre a proposta do Sr. A. Herculano para a organização de uma estatística na Sessão de 14 de Abril de 1853*, nas mesmas *Memórias*, Tomo I, Parte I, pp. 1 e ss., da autoria de António de Oliveira Marreca, com a *Breve História dos Trabalhos Montadísticos*, de José Bernardo Micheles, Lisboa, 1827, com relatórios tanto da responsabilidade de organismos públicos como de entidades particulares, nomeadamente de associações comerciais e industriais (no género do *Relatório Geral sobre as diversas Circunscções Industriais*, como o de Adriano Monteiro, *Relatório Geral da Inspeção da 4.^a Circunscção Industrial*, Lisboa, 1893 ou os textos deste género elaborados a propósito de exposições agrícolas, comerciais e industriais, que poderemos ilustrar com um qualquer — seja o *Relatório da Comissão do Júri que examinou as classes 4.^a, 6.^a e 7.^a do segundo grupo da Exposição Industrial de 1861*, de Joaquim Torcato Álvares Ribeiro, Porto, 1862). Há ainda que ter em atenção estudos de diversas índoles cuja relevância é para nós inegável visto pressuporem ou explicitarem mesmo por vezes as concepções económicas dos seus autores, como sucede com os trabalhos relativos ao associativismo, à previdência e ao cooperativismo. Ilustrá-lo-emos com uma ou outra invocação: José Cipriano Costa Goodolfim, *A Associação...*, Lisboa, 1872, *As caixas económicas em Portugal*, Lisboa, 1883, etc., ou *O Movimento Operário em Portugal*, 1905, de José Lobo de Ávila Lima.

Sacrificaram-se também os estudos de índole financeira, cujo número e importância (sobretudo desde

o primeiro quartel do século passado) e inegável, tanto mais que muitos deles combinam numa ligação inextricável esses aspectos com fenómenos económicos, sobretudo de ordem monetária e bancária. Muitos dos autores que constam do Quadro II, além de estudos directamente económicos, redigiram igualmente trabalhos deste género, como sucedeu, por exemplo, com Agostinho Albano da Silveira Pinto e tantos outros — não esquecendo Henrique de Barros Gomes, *A situação financeira e económica*, discurso parlamentar em 17 de Maio de 1885. Há, por fim, uma imensa gama de publicações entre as quais não seria difícil topar aqui ou ali com maneiras de ver a actividade económica que teria interesse reter ao interpretar-se o pensamento português na sua dimensão diacrónica acerca desta tão importante dimensão da vida social mas que seria impensável incluir num estudo introdutório geral, dada a sua imensa vastidão.

Efectivamente, como negar relevância sob esta perspectiva a textos como os dum anónimo ex-deputado, *Análise do tratado de Comércio e Navegação de 3/7/1842 entre Portugal e a Grã-Bretanha*, Lisboa, 1844? Como não afirmar o mesmo acerca de dezenas e dezenas, diremos mesmo centenas doutras publicações, no género por exemplo de vários estudos de Marino Miguel Franzini e doutros autores, de que recordaremos ao acaso Adolpho Cyrillo de Souza Carneiro, *A Bancocracia*, Agostinho D. Pinheiro, *Exclusivo da circulação fiduciária*, Bernardino Vareta, *A acção municipal na questão das subsistências...*, 1910, *A dominação inglesa em Portugal*, da autoria «dum compatriota de Gomes Freire de Andrade», Lisboa, 1883, num rol quase infindo?

Esta prevenção não podia deixar de se consignar aqui.

A última observação dirige-se à justificação dos marcos temporais deste terceiro e derradeiro volume em que se analisam as concepções de autores portugueses desde o século XVIII até à nossa contemporaneidade.

Observação que visa primeiramente sublinhar que, seguindo a orientação já utilizada anteriormente — e que agora se torna até muito mais vincada devido à complexização e alargamento das publicações deste género — a linha mestra da exposição se não subordina à mera apreensão empírico-cronológica. Se bem que tenhamos de respeitar o quadro temporal que, de resto, está presente logo no próprio desdobramento deste estudo genérico em três volumes da «Biblioteca Breve», a verdade é que mesmo aqui há uma combinação dessa dimensão temporal com as características endo-estruturais, quer dizer, relativas às características das representações intelectuais da actividade económica com os seus condicionalismos exo-estruturais, isto é, com as circunstâncias histórico-sociais em que os diversos autores se encontraram enquadrados e que, sobretudo numa dimensão macro-temporal, os condicionavam ⁵.

Posto isto, quais as razões da escolha dos marcos iniciais que balizam este derradeiro tomo dedicado ao estudo introdutório do pensamento económico no nosso país?

Como veremos no capítulo seguinte, ele abre com os últimos vinte e cinco anos do século XVIII, porque se trata dum lapso de tempo histórico em que amadurecem condições de passagem da sociedade portuguesa do «antigo regime» à sociedade

contemporânea, evolução esta que também encontra manifestações claras em parte das reflexões dos autores de então acerca da vida económica do seu tempo.

Fecharemos os ciclos da análise sensivelmente com os anos que precedem a eclosão da Segunda Guerra Mundial; mas não tanto por razões ligadas a alterações estruturais do pensamento económico (se bem que é então que se abrem novas perspectivas, nomeadamente com o keynesianismo, o neo-keynesianismo e outras correntes doutrinárias), mas pelo facto de termos considerado vantajoso tomar uma certa distanciação relativamente ao ambiente doutrinário e teórico que nós todos — autor e leitores — vivemos nesta altura. Seria provavelmente ousado e susceptível até duma acusação de imodéstia avançar a asserção de que o estabelecimento do limite do estudo numa data situada cerca de trinta a quarenta anos atrás resultaria mais da insuficiente distanciação apreciativa duma parte da opinião pública do que propriamente dos perigos em que incorreria o próprio autor ao mergulhar na apreciação duma actividade intelectual que pertence à própria vida que tem vivido. A isto poderia talvez objectar-se que esta dificuldade, de índole fundamentalmente ideológica, poderia em parte ser superada caso pudessemos manejar um ferramental epistemológico adequado, de índole teórico-estrutural, que nos permitisse dominar uma parcela substancial dos próprios preconceitos ideológicos.

Tudo isto, porém, é irrelevante visto que o que importa considerar são as motivações objectivas globais que aconselharam encerrar o estudo com a análise dos produtos da reflexão sobre o «económico» quando se

desencadeia e desenvolve a grande conflagração mundial entre 1939 e 1940-1941.

II / A MODERNIDADE DOCTRINAL POSSÍVEL ENTRE 1780/5 E 1820/5

1 — *ASPECTOS TEMÁTICOS GERAIS*

Não poderá afirmar-se que todos os autores que, aquém do último quartel do século XVIII, se debruçaram sobre questões económicas representem uma viragem relativamente aos tipos de concepções que vinham de trás e que se referenciaram no volume anterior desta «Biblioteca Breve». Independentemente da sobreposição temporal — que não constitui o critério central aqui adoptado — reterá a nossa atenção o conjunto de maneiras de ver que traduzem aquilo a que por simplicidade de expressão designaremos por «modernidade doutrinal possível» na meia centena de anos ou pouco mais que vai desde 1780 a 1820 ou 1825. Aliás, por isso mesmo se mencionaram na análise do volume precedente alguns autores que, pertencendo cronologicamente a esta época, no entanto lhe são conceitualmente anteriores ⁶.

Mas, para podermos enquadrar e até por vezes para ser possível entender as doutrinas que se vão abordar, teremos de as inserir no condicionalismo histórico do seu tempo embora não exista uma ligação mecânica directa entre aquelas e este, bastando recordar os

autores que, vivendo no mesmo tempo do calendário, no entanto historicamente ainda lhe não pertencem.

Ora, se observarmos os derradeiros vinte a trinta anos do século de Setecentos, a despeito da estabilidade das relações económicas dominantes em Portugal, pode verificar-se que se processavam algumas modificações, que amadureciam transformações espontâneas anunciando o assalto ao poder político que a burguesia iria empreender a partir de cerca de finais do primeiro quartel do século seguinte.

Algumas medidas sucessivamente tomadas, já mesmo várias dezenas de anos antes, revelam a necessidade objectiva em que se encontrava o sistema económico, compelindo ao ataque a diversos privilégios senhoriais, quer limitando-os quer suprimindo até alguns de índole menor.

É assim que diversas disposições legais limitaram sucessivamente o velhíssimo e odioso privilégio senhorial das aposentadorias (disposições de 1709 e 1784), embora só extintas completamente muito mais tarde. Em 21/2/1765 eram abolidos alguns encargos que impendiam sobre a comercialização de víveres em Lisboa e seu termo; em 20 de Dezembro do mesmo ano extingue-se o monopólio senhorial do sabão, também multissecular, quando se encontrava na posse do conde de Castelo Melhor, o qual, no entanto, foi indemnizado pelo Estado. Leis de 1769 e 1770 iriam atacar os pequenos morgados (aqueles cujos rendimentos anuais fossem inferiores a 200\$000 na Estremadura e no Alentejo e a 100\$000 réis nas restantes províncias), ao passo que novas medidas em 1771 e 1775, ao suprimir mais algumas destas instituições vinculares, reforçariam estas tímidas providências. Em 25 de Janeiro de 1781

estabelecia-se a liberdade de comércio das lãs. Por seu turno a Lei de 19/7/1790 restringiu de maneira significativa o poder jurisdicional dos senhores. Tratando-se muito embora de disposições extremamente limitadas, como sucede com a generalidade das demais, não deixou de ser significativa a extinção das ouvidorias e a supressão da isenção de correição nas terras dominiais sem excepção das que pertenciam a donatários. Os alvarás de 18 de Janeiro e de 16 de Março de 1797 suprimiram o cargo de correio-mor que representava a propriedade senhorial sobre este sistema de comunicações, passando-o para o Estado, medida pela qual já algumas dezenas de anos antes se batera D. Luiz da Cunha (vejam-se as *Instruções...*, pp. 191-3 e o *Testamento Político*, pp. 62-3).

No que respeita às actividades agrícolas e pecuárias, além das implicações favoráveis aos interesses não-senhoriais que decorriam de providências facilitando a circulação mercantil e a atenuação do peso de algumas imposições, assiste-se a uma certa aceleração da tendência para a apropriação privada de terras de uso comum. Se a tendência para a privatização dos baldios já era muito anterior, dela podendo encontrar-se sinais numa lei de 1603, o fenómeno intensificar-se-ia porém na segunda metade do século XVIII. Não surpreende, por isso, que em estudos insertos nas *Memórias Económicas da Academia Real das Sciencias de Lisboa* e em outros trabalhos (como em Soares Franco, escrevendo em 1804) se propunha a transferência da propriedade dessas terras. Sob este pano de fundo verifica-se um certo progresso agrícola e pecuário. Os produtos agrícolas conhecem uma alta de preços incentivando a sua cultura, incrementa-se a produção e a produtividade,

particularmente desde 1788, progredindo paralelamente a circulação mercantil e a circulação monetária. A tecnologia da produção pecuária atravessou também alguns desenvolvimentos, que iriam acelerar-se depois, explicando a importância que por meados do século seguinte atingiria na balança comercial e exportação de animais vivos ⁷.

Também nas actividades industriais são perceptíveis modificações que anunciam o desenvolvimento e futura dominância das relações capitalistas. Foi o que sucedeu com as disposições legais de 26 de Março e 3 de Junho de 1788 que entregaram à gestão de particulares por um período inicial de 12 anos as fábricas têxteis de Portalegre, Covilhã e Fundão que pertenciam ao Estado. Não foram, aliás, as únicas, pois a chamada *Relação das Fábricas*, do mesmo ano de 1788, indica que o mesmo tinha sucedido com 14 instalações deste género em Lisboa, uma em Pombal, outra em Pernes e outra ainda em Coima. O desenvolvimento de instalações manufactureiras e artesanais foi um facto na viragem deste século para o seguinte, ao mesmo tempo que se procuravam relançar diversas explorações mineiras ⁸.

No que respeita ao comércio colonial com o Brasil (que conheceria nesta fase os primeiros indícios duma independência que viria a ser inevitável e de que a «Inconfidência Mineira» constituiu um sinal claro), recordar-se-á que em 1778 se extinguiu a Companhia do Gão-Pará e Maranhão, acabando-se dois anos depois com o monopólio da Companhia Geral de Pernambuco.

Como se enquadram neste contexto as análises dos autores portugueses sobre a actividade económica e sua natureza, e como vêem eles os grandes problemas do país?

É claro que, como já dissemos, existe um tipo de reflexões ainda ligado às concepções tradicionais, concentrando-se nomeadamente na apreciação do aspecto comercial e considerando em particular os problemas do desequilíbrio da balança comercial. Estes autores adoptam mesmo, por vezes, posições de tipo «bullionista», considerando a riqueza como o conjunto de numerário resultante dum saldo favorável das transacções com o estrangeiro. Não é sobre este género de posições doutrinárias que nos iremos deter aqui.

Mas, em compensação, não podemos omitir a observação, dentro do «modernismo possível», das concepções que olham para o Brasil numa perspectiva de «pacto colonial», numa altura em que amadureciam precisamente as condições objectivas não só favoráveis à defesa dos interesses específicos da sociedade brasileira e antes de mais nada da sua burguesia, de que em graus diversos os economistas brasileiros já se faziam eco, como inclusive à sua independência política. O principal estudo económico de José Joaquim da Cunha de Azeredo Coutinho (1742 ou 1743-1821), nascido no Brasil e que atingiu alta posição na hierarquia eclesiástica, tendo sido o último Inquisidor Geral, volta-se para questões monetárias e o aspecto mercantil das relações económicas — e, nesta óptica, preocupa-se com a construção naval ligada ao fomento das relações com as colónias; defende o fomento da produção agrícola

colonial de que a metrópole poderá reexportar os excedentes, não hesitando em sustentar que as colónias só possam comerciar directamente com a metrópole e que não possam ter fábricas, sobretudo de têxteis, devendo vestir-se com as manufacturas metropolitanas (obra assinalada em II, n.º 26 e ainda n.ºs 29, 35 e 61).

3 — *DOIS ECONOMISTAS SECENTISTAS ANÓNIMOS*
E A «POST-MODERNIDADE» DUM DELES

Também seria fácil referenciar outros autores possuídos duma mentalidade semelhante na visão dos fenómenos económicos. Alguns deles publicaram as suas obras sob anonimato ou pseudónimo, numa prática que nesta época era igualmente frequente no estrangeiro. É o que acontece por exemplo com um livro de 1784 cujo autor se acoberta sob o pseudónimo de «Valete» (ver II, n.º 3). O seu estudo, como ele próprio afirma, foi suscitado pela publicação de dados discriminados sobre o comércio externo português em 1776 e 1777, tanto mais que neste último ano, recorda no «prólogo», Portugal perdeu nas transacções com a Europa e Mauritânia 1 492 315\$015 réis. Não admira, por isso, que se concentre nesta questão e que se revele um ardente paladino dos interesses mercantis, confessando-se aliás pouco conhecedor da Economia. Exemplo diferente é fornecido por uma *Economia Política* redigida em 1795 mas publicada em 1821 e atribuída a um comerciante da praça de Lisboa (ver II, n.º 27). Um exemplo, porém, bem diverso do anterior, pois começando por chamar a atenção para a importância da ciência económica e do seu ensino, avança com um

conceito de valor que pertence à concepção clássica. Mais ainda: este anónimo M. J. R. antecipa Karl Marx pois escreve que o «valor venal» (i. e., o valor de troca), é intrínseco ou extrínseco; que «o primeiro he mais permanente, e consiste no trabalho que foi preciso para cultivar, e extrahir, e fabricar o genero; e o valor do trabalho, não he outro que o do sustento, e mais gasto preciso das pessoas que trabalharão.» (pp. 31-32). É notável a antevisão científica ao distinguir as determinantes básicas do valor de troca das mercadorias do valor da força de trabalho (aspecto que nem Smith nem Ricardo conseguiram atingir) conseguindo separar a representação destas condicionantes básicas das oscilações a que chama o valor extrínseco resultante da oferta e da procura e que, por isso mesmo, diz o nosso autor, «he mais variável». Por isso mesmo escreve mais adiante que «todas as rendas do Estado procedem do trabalho do povo que produz os bens fysicos» (p. 44) e que «o Commercio he o mais util dos empregos indirectamente productivos» (p. 45). É certo que identifica mais adiante o valor de troca com o custo do sustento das pessoas que fabricam os artigos mais o custo dos instrumentos com que se faz o trabalho, omitindo o próprio tempo de trabalho na sua produção (p. 46). Mas o pensamento deste autor escrevendo nos finais do século XVIII é ainda especialmente significativo na medida em que se revela até um crítico das concepções fisiocráticas que se referirão a seguir. Com efeito, posto naturalmente se manifeste defensor da política de «pacto colonial» quando aceita que nas colónias se deve promover a agricultura mas não as manufacturas, com excepção das artes mecânicas mais simples (p. 46) e o emprego de escravos no Brasil,

avança claramente nesse sentido, ao escrever que «varios Escriptores, aliás muito estimáveis, que em França tem formado huma Seita Política, chamada dos Economistas (com efeito os fisiocratas eram conhecidos por essa designação sem qualquer sentido pejorativo, a «Seita dos Economistas») entendem que não ha outra occupação fysicamente productiva senão a dos Lavradores; fundando-se em que o valor do trabalho dos Artífices não he outro, que o da parte da Agricultura que consumirão no tempo em que trabalharão. Mas a isso se póde responder, que o mesmo succede ao trabalho dos Lavradores, cujo valor he, não só o da parte que elles consumirão dos fructos que recolherão, mas igualmente da parte que gastarão das obras que trabalharão os Artífices.» (p. 71-72) Eis alguns aspectos deste autêntico manual de economia política que, embora editado em 1821, teria sido redigido vinte e seis anos antes e que apresenta um interesse doutrinal fora do comum, mesmo sob o ponto de vista dos antecedentes da formação da ciência económica.

4 — *AS MEMÓRIAS ECONÓMICAS*
DA ACADEMIA DAS CIÊNCIAS
E AS INFLUÊNCIAS FISIOCRÁTICAS

Um dos eixos essenciais de qualquer análise que tenha em conta as expressões do pensamento económico de tipo «modernista» em Portugal, a despeito das suas inegáveis limitações e mesmo das contradições lógico-conceituais com que frequentemente se manifesta, terá de considerar aquilo que os analistas têm sublinhado quando chamam a atenção para as

influências das doutrinas fisiocráticas, cuja incidência é particularmente nítida precisamente entre o último quartel do século XVIII e os primeiros anos do século XIX.

Registemos antes de mais nada que essas influências não podiam deixar de se reflectir e refranger entre nós sob o duplo condicionalismo duma realidade económica e social que não era idêntica à do país em que tais doutrinas surgiram — a França de meados do século de Setecentos — e duma formação intelectual própria quando a comparamos com a dos principais representantes da escola fisiocrática, da «Seita dos Economistas», segundo a designação que os tornou famosos dentro e fora do seu país de origem.

Não é sequer discutível avançar aqui uma síntese das concepções fisiocráticas, relativamente às quais existe, aliás, uma abundantíssima bibliografia; mas, a fim de se compreenderem os seus traços doutrinais mais significativos, enquadrando-se por seu turno nas implicações mais destacadas que as medidas propugnadas pelos fisiocratas traziam à vida económica e financeira do Estado e aos interesses das várias classes sociais, chamaremos a atenção para essas características em meia dúzia de linhas. Esta diligência é tanto mais indispensável quanto é certo que, conforme foi acentuado há anos por Lucien Goldmann, a compreensão das suas ideias e do seu necessário enquadramento social tem constituído uma autêntica cruz para os historiadores das doutrinas económicas ou, diremos com maior precisão, para a generalidade desses historiadores ⁹. Acresce, além disso, que sobretudo no célebre médico do rei Luís XV de França e de Madame Pompadour, o Dr. François Quesnay (ver I, n.ºs 25, 26,

27 e 33) a despeito de todos os erros doutrinários, surge uma ideia genial que constituiu uma contribuição fundamental à formação da ciência económica: avançando com a concepção do capital, foi possível representar a actividade económica como um sistema guiado por leis da sua própria reprodução. Concebendo a sociedade dividida em três classes, a classe produtiva, a dos proprietários e a classe estéril, defendia-se que a vida económica era regida por leis, que essas leis eram naturais, daí decorrendo a necessidade de assegurar a liberdade de comércio. Para a fisiocracia só a agricultura é produtiva porque só ela faculta um excedente líquido para além daquilo que foi invertido na produção; por isso também a classe produtiva é a classe dos agricultores. Destas concepções extrai-se a orientação de que os impostos deverão ser pagos exclusivamente pela classe dos proprietários agrícolas. Doutrina anti-mercantilista, pode parecer absurdo que defendesse ao mesmo tempo a liberdade comercial, o «laissez faire, laissez passer», e que lançasse o peso dos impostos exclusivamente sobre os proprietários das terras — antes de mais nada a classe senhorial — parecendo que assim se esmagava a agricultura, única actividade considerada produtiva. Pré-burgueses numa sociedade feudal e senhorial, conservadores política e ideologicamente, as suas concepções viriam a revestir um significado objectivamente revolucionário. Procuravam não atacar o comércio e a indústria (o «terceiro estado»), cuja actividade proporcionava o rendimento de que viviam os trabalhadores (o salário) e os capitalistas (o lucro), procurando ao mesmo tempo consolidar o poder da monarquia ameaçada, reforçando para isso a base económica da classe senhorial, ampliando a massa da

renda da terra e assim permitindo dela extrair as receitas públicas. Tal reforço far-se-ia através duma política que canalizasse os capitais do comércio e da indústria para a agricultura, ao mesmo tempo que com a fixação do preço dos cereais acima do seu custo e a liberdade de circulação mercantil se reforçariam as bases económicas tanto dos grandes agricultores não-senhoriais como dos senhores dominiais. Isto numa altura em que, ao lado dos grandes domínios da nobreza e da Igreja, existia em França um importante sector de grandes agricultores não senhoriais, trabalhando directamente terras próprias ou tendo-as de arrendamento, sobretudo no Norte do país, calculando-se que as grandes explorações agrícolas por volta de 1757 cobririam um sétimo da superfície cultivada. Tal é a coerência interna da representação doutrinal fisiocrática, completada pela visão naturalística do excedente económico (a «mais-valia» como uma dádiva da Natureza, observou Marx) e a de que assalariados e capitalistas pertenciam à mesma classe económico-social (a classe estéril)¹⁰.

Esta referência relativamente larga tornou-se, no entanto, necessária para verificarmos em que medida, «à tort ou à raison», se tem falado nos fisiocratas portugueses.

Começaremos por analisar os estudos reunidos nas *Memórias Económicas da Academia das Sciencias de Lisboa*, tendo em conta o vasto conjunto de trabalhos aí reunidos, a variedade de autores que nelas colaboraram, a importância de alguns desses estudos e o seu próprio significado global. É de considerar também a circunstância de incluírem até estudos técnicos e outros, bem como de espelharem significativamente o género de problemas que preocupavam a Academia e os seus

colaboradores. Fundada em 1779, o primeiro tomo das *Memórias* foi publicado em 1789, seguindo-se mais quatro volumes até 1815 (confrontar o Quadro II). Mas é claro que as preocupações que então a Academia manifestava pelas questões económicas não se esgotou neste período.¹¹

Nesses cinco volumes lançados a público ao longo de vinte e seis anos reúnem-se 74 trabalhos subscritos por 39 autores. No entanto, só uma pequena percentagem assume um interesse económico directo, visto que a maioria se refere a problemas de tecnologia industrial, agrícola e pecuária, patologia vegetal, química, piscícola, farmacopeia, silvicultura, etc.; outros são de índole demográfica, histórica, geográfico-natural, meteorológica, etc. Chamar-se-á a atenção para aqueles que assumem um alcance mais significativo acerca do pensamento doutrinal no domínio que nos prende a atenção, na dupla dimensão da tipicidade da maneira de veras questões económicas e do grau de elaboração lógico-conceitual dos princípios implícitos e explícitos de que esses autores são portadores, sem esquecer uma apreciação à medida em que as concepções fisiocráticas neles estão realmente presentes. Vamos verificar precisamente que nem todos os colaboradores das *Memórias* se revelam influenciados por essas concepções. Por outro lado, aqueles que comumente são apodados de ser por elas influenciados, na verdade revelam-se dum fisiocratismo a que na melhor das hipóteses teríamos de chamar fruste, superficial e empírico. Aliás, poderia avançar-se uma observação semelhante acerca de outros «economistas» que unanimemente se têm incluído no mesmo grupo. E a insuficiência teórico-crítica vai a tal ponto que não é excepcional atribuir-se

uma filiação fisiocrática a qualquer autor... desde que defenda a importância da agricultura no conjunto do sistema económico.

Importa combater semelhante erro de diagnóstico teórico que, aliás, encontra paralelo inegável na etiqueta mercantilista aposta em quem defendesse a necessidade de combater o sério «déficit» da balança comercial portuguesa nos séculos XVII-XVIII, como vimos já a propósito de autores precedentes.

O primitivismo conceitual vai a ponto de encontrarmos quem escrevesse em 1886 e se julgasse «fisiocrata»¹². Mais ainda: podemos topar com um autor que já dentro do nosso século se auto-intitulava fisiocrata pela simples circunstância de supor que a importância atribuída à economia agrária traduziria qualquer fisiocratismo, mesmo mais ou menos serôdio. O primeiro foi o Visconde de Coruche e o segundo António Lino Neto, em 1908 (II, n.º 172)...

Vejamos primeiro aquele grupo de autores e depois os restantes pré-clássicos, quer dizer, que ainda não sofrem a influência de Adam Smith (e, por maioria de razão, de David Ricardo já no primeiro quartel do século de Oitocentos) e se revelam ou não influenciados pela escola de Quesnay, seja qual for a natureza dessa influência.

Dentre as dezenas de estudos das *Memórias* somente uma escassa dúzia e meia oferecerá um interesse económico directo e imediato. Dentre eles começaremos por chamar a atenção para aqueles que, segundo as análises tradicionais, se mostram tocados pelo pensamento fisiocrático.

Mas tal influência nunca surge duma maneira sistemática e logicamente concatenada — a tal ponto

que, como se disse, basta valorizar-se especialmente a agricultura no conjunto do sistema para se proclamarem essas influências.

Ora, segundo este critério extremamente superficial, poderemos começar por referenciar as próprias concepções do Abade José Correia da Serra que, no *Discurso Preliminar* com que abre o primeiro tomo, segundo as quais o primeiro passo duma nação para aproveitar as suas vantagens consiste em conhecer perfeitamente as suas terras, o que produzem e as suas capacidades, sendo elas o principal sector de aplicação da actividade humana, não passando as artes e as indústrias da mera aplicação das forças naturais às necessidades do homem.

É, porém, em Domingos Vandelli (1730-1816), um italiano que se radicou no nosso país, que encontramos as manifestações mais desenvolvidas do pensamento fisiocrático, muito embora se mostre muito longe de dominar sistematicamente as linhas centrais dessas concepções doutrinárias. Vandelli escreveu numerosos trabalhos, muitos dos quais se mantêm inéditos e que assumiam porém, em regra, índole técnica, sobretudo ligada à botânica. Nas *Memórias* incluem-se onze estudos da sua autoria, dos quais os três contidos em II, n.ºs 7, 9 e 11 são de especial relevância para a nossa observação. O último destes três é aquele em que as «infiltrações» doutrinárias da fisiocracia são mais nítidas. Criticando Colbert ao afirmar que era a indústria que tornava a agricultura florescente, Vandelli sustenta que a fortuna do Estado e da Humanidade, excepto entre os selvagens que vivem da caça e pesca, está nas mãos dos cultivadores, sendo as produções da terra a única e verdadeira riqueza; que o consumo é o único agente que

dá valor à produção; que em proporção ao valor dos frutos a terra será melhor trabalhada, e em consequência as colheitas mais abundantes; mas que em Portugal a concorrência dos géneros vindos das colónias não permite a subida dos preços internos, donde falta o incentivo para trabalhar melhor a terra. Conclui, por fim, que a agricultura deve preferir-se às fábricas, as quais só devem multiplicar-se depois de estar assegurado um sustento suficiente e barato para as já existentes, sem o que tanto a agricultura como a indústria se arruinarão. Noutro estudo (II, n.º 9) examina as causas da decadência agrária e propõe medidas que a façam prosperar; aí começa por salientar que no seu tempo se têm escrito imensos livros, «nas nações polidas», sobre a agricultura mas que em muitas delas se encontra como há séculos. Para este activo contemporâneo do Marquês de Pombal, que foi ainda professor na Universidade de Coimbra, a par de causas técnicas, a agricultura estaria ainda atrasada por motivos económicos como a existência de grandes herdades, falta de vias de comunicação ou económico-sociais, desde os encargos pesadíssimos suportados pelos lavradores, as migrações para as cidades e a falta de educação, à imensidade de criados e vadios e à ausência de incentivo à fixação de estrangeiros. Apontados os males estão identificados os remédios, entre os quais aponta a constituição de sociedades agrícolas.

Ao salientar assim a importância do capital na produção, ao defender a elevação do preço dos produtos agrícolas, o fomento da circulação mercantil e a liberdade do seu comércio, proclamando que as produções da terra são a verdadeira riqueza, mostra-se sem dúvida portador de concepções da escola do Dr.

Quesnay. No entanto, não se eleva à sua coerência doutrinal. Posto seja difícil encontrar outro autor em que se reúnam tantos elementos fisiocráticos, não explicita o conceito de «produto líquido», não estrutura as classes (o que seria difícil, aliás, nas condições de Portugal desses tempos), não se revela conhecedor dos esquemas da circulação e da reprodução económicas, essa conquista genial da fisiocracia.

Nos demais autores as influências desse género são extremamente ténues, manifestando-se quando muito na importância primordial que atribuem à economia agrária, o que é com certeza muito pouco para os classificar como tais. O que não significa evidentemente que alguns destes estudiosos se revelem de pouco alcance para se compreenderem aspectos importantes da vida nacional da sua época e para se caracterizarem os elementos tipificadores das respectivas maneiras de ver os fenómenos económicos.

É assim que Joaquim de Foios (1723-1811), além de poeta, preocupou-se com questões ligadas à agricultura (II, n.º 47) analisando a geira como medida agrária, começando por proclamar que «a agricultura é sem dúvida a Arte das Artes; ela cria e sustenta os homens... isto conhece melhor que ninguém esta douda e respeitável Academia...»

Sebastião Francisco Mendes Trigoso (1773-1821), de orientação também múltipla (poesia, literatura, botânica, geografia, epidemiologia, ictiologia), foi militar e secretário da Academia, contribuindo para as *Memórias* com dois trabalhos, um sobre pesos e medidas e a introdução do sistema métrico-decimal; e o outro de índole económica (II, n.º 54).

Começando por proclamar que «a Agricultura he em certo modo a primeira das Sciencias, por isso mesmo que serve de base à riqueza e prosperidade dos Estados», ataca os «pastos comuns», que prejudicariam uma agricultura desenvolvida, visto inclusive impedirem os afolhamentos; simultaneamente bate-se pela divisão dos baldios, quer dizer, pela sua privatização. Vê-se facilmente que estas doutrinas serão adoptadas pelo liberalismo poucos anos depois.

António Henriques da Silveira (nascido em data ignorada e que teria falecido entre 1807 e 1812) contribuiu com um estudo acerca da população e da agricultura do Alentejo (II, n.º 5). Abre proclamando que a agricultura é a primeira das artes, quer pela sua antiguidade quer pela conveniência que dela resulta. Fazendo uma leitura de certo modo idílica da nossa história agrária, aponta as causas a que atribui a decadência agrária do Alentejo, algumas das quais encontrámos igualmente em Vandelli, como «a vexação dos Lavradores» e «a multidão dos mendigos», além doutras (a falta de população, terrenos incultos, as grangearias dos nobres, o luxo dos lavradores, a não-hereditariedade da profissão, a multiplicidade dos dias santos de preceito e as terras baldias dos concelhos). Eis outro autor que se bate pela entrega dos terrenos concelhios à apropriação particular. A propósito da mendicidade refere a prática de muitas irmandades que arrendavam as «suas bacias» ficando o arrendatário com o exclusivo do peditório anual. Obtendo-as por 8 mil réis, chegariam a cobrar 100 mil. Ataca os nobres que convertiam terras de cultura em pastagens, chegando a tomar outras de arrendamento para o mesmo fim, ao

mesmo tempo que os «principais» são isentos de encargos e os lavradores oprimidos.

José Inácio da Costa (cuja data de nascimento se ignora e que teria falecido em 1823) contribuiu com um estudo sobre o concelho de Chaves; fornece importantes indicações a respeito desta zona do país, começando por sublinhar não ser necessário demonstrar que a agricultura é a arte mais essencial à humanidade, pois sem ela o comércio é precário e sem as suas matérias-primas as manufacturas não podem subsistir, consistindo a utilidade da indústria em facilitar o consumo que faz valer a produção.

Tomás António de Vila Nova Portugal (1755-1839), que chegou a desempenhar altos cargos públicos e que combateu os liberais da «Revolução de 1820», encontra-se representado nas *Memórias* com seis textos, três dos quais de inegável interesse económico directo e dois mais de índole informativa do que doutrinal (II, n.ºs 12, 14, 18, 20 e 21). Sem explicitar qualquer confissão de fé prévia acerca da importância da agricultura, dedica dois dos seus estudos à apreciação de problemas agrários. Um deles é relativo ao termo da vila de Ourém e concentra-se na apreciação dos terrenos baldios, confrontando as suas vantagens e inconvenientes e concluindo que estes excedem aqueles, defendendo porém que deveriam ser entregues a quem os cultivasse. Quanto aos juros relativamente à cultura das terras, parte da concepção do valor de Montesquieu, desenvolvendo maneiras de ver ecléticas. Chama às receitas do Estado provenientes da agricultura «fundos naturais», e «fundos fictícios» às provenientes das outras classes, o que terá subjacente uma visão própria dum epígono da fisiocracia; por outro lado, a taxa de juro,

sendo rendimento dos fundos fictícios, será igual ao resultado do valor e da produção de fundos naturais, criticando a «teoria» de que essa taxa seria regulada pela quantidade de numerário. Os fundos fictícios (a taxa de juro) seria vantajosa para a agricultura. No desenvolvimento da sua híbrida e confusa análise, só coloca como hipótese ter a classe agrícola de prover à subsistência das demais, pois chega a equiparar a identificação de juros com usura e com a identificação entre os agricultores e os «colonos adscritícios», i. e., com servos (*sic*). Conclui que as leis sobre juros estão relacionadas com as agrárias, defendendo juros baixos nos empréstimos agrícolas.

O terceiro e último dos estudos económicos mais significativos deste autor refere-se à defesa da importância de mercados estáveis relativamente às feiras anuais, o que revela logo à partida uma atenção particular para os problemas do desenvolvimento da circulação mercantil. Notou Frederico Laranjo que Vila Nova Portugal segue aqui Gournay através de Turgot. Avançando vários argumentos em prol da sua tese, termina por proclamar a necessidade de fomentar os mercados, aliviando os respectivos agentes de licenças e impostos.

Constantino Botelho de Lacerda Lobo (1754 — falecido entre 1820 e 1822), que ensinou na Universidade de Coimbra, foi também um dos principais colaboradores das *Memórias Económicas*. Além de colaboração diversa no «Jornal de Coimbra» e em «O Investigador Português» (II, n.º 44), encontram-se nada menos de dez estudos da mais diversa índole naquela colectânea, além de outros nas *Memórias da Agricultura* e nas *Memórias da Literatura Portuguesa*. À parte os estudos

especializados sobre pescarias e sobre as marinhas e de estudos técnicos acerca de diversos produtos marítimos salientar-se-ão os trabalhos sobre a cultura das vinhas (II-13), sobre as marinhas de Portugal (II-48). E a propósito das pescarias, Lacerda Lobo realiza naquele uma análise de carácter técnico-agronómico, avançando, no entanto, aqui ou ali, com considerações económicas, como sucede a propósito dos prejuízos causados pela conversão de terrenos de culturas arvenses em vinhas que determinou as providências tomadas no tempo do rei D. José, ao mesmo tempo que não deixa de focar o velho problema da invasão dos terrenos de cultura pelos gados em busca de alimentação. Os seus estudos mais importantes estão virados, porém, para a situação das pescas, sua decadência e medidas para a superar. Sobre esta questão, além dum exame geral dedica-lhe mais dois de âmbito regional (Entre-Douro-e-Minho e costa do Algarve), destacando entre os obstáculos a insuficiência de capitais para investir em barcos e aprestos marítimos.

Outro autor que se preocupou com os problemas da circulação mercantil (além dos já referidos) foi Azeredo Coutinho, mencionado no início deste capítulo. Também ele está presente nas *Memórias* com um estudo sobre o açúcar do Brasil, publicado no tomo III e reeditado depois juntamente com o seu *Ensaio Económico sobre o comércio de Portugal*. Observaremos que José J. da Cunha Azeredo Coutinho, verificando o alto preço do açúcar, sustenta que se deverá manter o mais elevado possível e aconselhar a sua livre comercialização. Trata-se de orientações que, embora restritas e parciais, um fisiocrata poderia subscrever. (Cf. II, n.º 22).

O conhecido José Bonifácio de Andrade e Silva (1763-1838) que desempenhou altos cargos no nosso país vindo a ser um dos principais elementos actuaes no sentido da independência do Brasil após o regresso à sua pátria em 1819, escreveu numerosos estudos, principalmente sobre minas, mas também assinou um trabalho no volume 2.º das *Memórias* acerca da pesca da baleia.

Citaremos de seguida um grupo de colaboradores cuja abordagem não é propriamente económica mas que a ela se liga, sendo conduzida sob a perspectiva dos problemas agrários nacionais: Alexandre António das Neves Portugal (1763-1822) debruçando-se sobre os prejuízos das queimadas para a agricultura, no tomo III (além duma memória sobre questões de química); Joaquim Pedro Fragoso de Mota Sequeira, cuja data de nascimento se ignora e falecido em 1833, com quatro memórias na colectânea, duas sobre silvicultura, uma tratando de questões pecuárias e outra dedicada à introdução duma gadanha de origem alemã para a ceifa do trigo, centeio e cevada; e o padre Estêvão Cabral (1734-1811) que redigiu seis estudos para as *Memórias Económicas*, voltados para os problemas suscitados pela regularização das cheias do Tejo e Mondego, sobre o paul da Ota e acerca de rega, sendo o último dedicado ao estudo do papel. Com a pecuária se preocuparam especialmente dois dos colaboradores já referidos: Joaquim P. Fragoso da Mota Sequeira e João M. de Campos e Mesquita. Vem depois uma série de trabalhos em que se estuda a utilidade de diversas matérias-primas vegetais: do médico José Henriques Ferreira, falecido provavelmente em 1781, que se debruçou sobre a «quaxima», fibra susceptível de aproveitamento para o

fabrico de cordas e cabos; de Joaquim de Amorim e Castro, falecido por volta de 1820, que chama a atenção para o malvarisco de Cachoeira, estudando ainda a cochonilha do Brasil, além do carvão de pedra da Figueira. Aliás, Domingos Vandelli trouxe também diversas contribuições deste género, tanto o propósito de matérias-primas vegetais como do carvão de pedra e até de questões referentes à regularização do rio Mondego ou de índole silvícola. Vicente Coelho de Seabra Silva Teles (1764-1804) examinou o rícino e a sua utilidade; José Pinto Ribeiro analisou quimicamente diversas raízes com o fito de descobrir o seu valor alimentar; e João da Silva Feijó (1760-1824), natural do Rio de Janeiro, está presente com cinco estudos, um deles dedicado à urzela de Cabo Verde, outros três a questões ligadas também ao mesmo arquipélago e o último acerca da Capitania do Ceará.

Vimos também que alguns autores se debruçam especificamente sobre questões ligadas à pecuária (Joaquim P. Fragoso da Mata Sequeira e João M. de Campos e Mesquita), além das observações dispersas por outros trabalhos, sobretudo de carácter agrícola.

Não estão ainda ausentes as preocupações com os aproveitamentos de produtos minerais. Desde João António Júdice, que dá notícia duma antiga fábrica de pedra hume na Ilha de S. Miguel, até aos estudiosos que se debruçam sobre o carvão de pedra, cujo aproveitamento se desenvolve precisamente por esta altura (além de Vandelli, Joaquim de Amorim e Castro já referido), passando pelo estudo da mina de chumbo do Rio Pisco, da autoria de João Botelho de Lucena Almeida Beltrão.

Quanto à metalurgia, outro sector fundamental, surgem também estudos desta pleiade de estudiosos, tão significativos dos esforços dos intelectuais mais conscientes face às necessidades prementes do desenvolvimento do país. É assim que o médico José Martins da Cunha Pessoa (1778-1822), além das memórias sobre as águas termais das Caldas da Rainha e sobre a utilidade do nitro, no tomo 2.º das *Memórias Económicas* trata das fábricas de ferro de Figueiró; o alemão Guilherme (Barão) de Eschwege, que foi intendente geral das minas do reino (1778-1855), redigiu muitos estudos da sua especialidade. Nas *Memórias* encontra-se um deles, no qual examina a tecnologia da fundição de ferro.

Nesta breve referência, guiada por critérios temáticos, a um conjunto de trabalhos sem carácter económico imediato mas que nem por isso são irrelevantes, terminaremos — sem ter naturalmente a pretensão de os recensear na sua totalidade — apontando uma série de trabalhos descritivos que por isso, tendo talvez um interesse doutrinal menor, se revelam importantes para o estudioso da nossa história económica setecentista.

José António de Sá, falecido em 1819, que entre diversos trabalhos dedicou alguns à agricultura, incluindo a defesa da divisão dos baldios, está representado nesta colectânea por uma descrição económica de Torre de Moncorvo; Luís Pinto de Sousa Coutinho (Visconde de Balsemão), nascido em 1753 e falecido em 1804, elaborou uma descrição física e económica da Marinha Grande; a descrição física e económica de Coimbra e seus arredores surge na pena de Manuel Dias Baptista; por seu turno Manuel Ferreira

da Câmara Bettencourt e Sá (1762-1835), além de estudar uma jazida de carvão de pedra, descreve física e economicamente a comarca dos Ilheos na América; o desembargador Francisco Pereira Rebelo da Fonseca, que teria desaparecido cerca de 1814, descreve economicamente a região do Alto-Douro e o já nosso conhecido Tomás A. de Vila Nova Portugal reúne elementos para a descrição económica da comarca de Setúbal, considerando noutras «Observações» o mapa da povoação do termo da vila de Azeitão.

Encerraremos esta invocação dos estudos dos cinco volumes das *Memórias Económicas da Academia das Ciências de Lisboa* prestando atenção especial aos trabalhos de quatro dos seus colaboradores que merecem uma observação não inferior à que se consagrou aos autores examinados no início destas considerações.

Dos três estudos insertos nas *Memórias* da autoria de José Veríssimo Álvares da Silva (1744-1811) dois exigem que lhes dediquemos algumas linhas. Num deles (II, n.º 8) analisa as vantagens e inconvenientes dos consumos sumptuários, terminando por defender a proibição da importação de artigos de luxo estrangeiros mas manifesta-se favoravelmente à sua produção e consumo internos. É uma concepção que já aparecera no parecer do desembargador Manuel de Almeida e Carvalho de 1749 ¹³. Argumenta em defesa da sua tese escrevendo que o luxo é próprio das nações cultas, supre a desigualdade de bens, permite o acréscimo da população e acelera a circulação da riqueza. Deve-se-lhe ainda um estudo histórico sobre a agricultura (II n.º 56). Estudo de índole histórica, nem por isso, evidentemente, é vazio de concepções sobre os

fenómenos económicos, que se revelam com mais clareza no último dos períodos em que divide a nossa história agrária, o sétimo, indo desde o governo de D. José até ao governo imediato sob o qual escreve o nosso autor. Sustenta a importância das relações económicas da agricultura com a indústria, a necessidade do incremento da circulação dos produtos e do aumento do número de braços na lavoura, para o que teriam sido tomadas providências diversas neste último período da contemporaneidade de Álvares da Silva.

Em perspectiva igualmente histórica se coloca o estudo demográfico de José Joaquim Soares de Barros (II, n.º 6). No entanto, nem por isso é irrelevante para a compreensão das maneiras de ver do seu autor a respeito da actividade económica. Além de procurar quantificar a população portuguesa em diversas épocas passadas, procura ainda traçar a curva demográfica histórica e encontrar as suas causas; a população teria crescido até ao tempo de D. João I, ter-se-ia mantido estável até começos do século XVI, teria decaído desde D. Manuel até ao tempo dos Filipes para acelerar depois o seu crescimento. Esta dinâmica vai o autor justificá-la por um conjunto de factores predominantemente de ordem económica.

Outro estudo de particular relevância para a óptica da nossa análise pertence a Rodrigo de Sousa Coutinho, um nobre que desempenhou altos cargos, tendo nascido em 1745 e morrido em 1812.

O trabalho deste autor (cf. II, n.º 10) centra-se numa questão que ao longo dos primeiros sessenta a setenta e cinco anos do século XVIII fora candente no nosso país. A seu respeito coloca a questão: serão as minas de metais preciosos vantajosas para o país que as

possui ou, pelo contrário, causa da sua decadência e da ruína da sua indústria? Para responder, analisa a experiência histórica de várias economias destacando a portuguesa, critica as concepções de Montesquieu e doutros autores que opinam no sentido do seu efeito nocivo e conclui no sentido de que, além de poderem permitir equilibrar a balança comercial, numa segunda fase incentivam o desenvolvimento da agricultura, indústria, navegação e comércio. E se, nos fins do século XVII, se descobriram as minas do Brasil, não se seguindo uma prosperidade económica real, isso deveu-se ao Tratado de Methuen, um tratado desigual que destruiu todas as nossas manufacturas e fez cair todo o nosso comércio nas mãos duma nação aliada e poderosa, fixando contra nós a balança do comércio de tal maneira que o imenso produto das minas não chegava para a saldar, criando apenas a aparência de riqueza do tempo de D. João V. Note-se que José J. Soares de Barros no seu trabalho de demografia histórica também se debruça sobre esta questão, afirmando «anti-mercantilisticamente» que a verdadeira riqueza não está na acumulação de metais preciosos mas no crescimento da agricultura e na indústria.

Por fim, o estudo anónimo inserto no tomo 3.º, premiado em 1782 entre os trabalhos que concorreram ao mesmo tema (II, n.º 17). Analisando a agricultura e o comércio do Alto-Douro e não sendo o único trabalho das *Memórias* sobre esta matéria, oferece o interesse de, além de fornecer um acervo de informações concretas e relevantes desde finais do século XVII, facultar traços significativos acerca da maneira de ver diversos problemas económicos, a par da própria concepção do seu autor acerca das actividades económicas. Historia o

desenvolvimento da produção e comercialização do Vinho do Porto e a este propósito, critica a Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro, embora reconheça as suas facetas positivas, examinando o que se passou entre a sua fundação em 1756 e o ano de 1781. Embora reconhecendo a melhoria do cultivo e o avanço quantitativo da produção, não deixa de criticar também o Tratado de Methuen, pois antes de 1703 as importações de lanifícios ingleses chegaram a não ultrapassar 400 000 libras por ano, atingindo 1 300 000 logo depois do tratado. Aconselha que se institua a liberdade da produção e comércio dos vinhos do Douro, se estabeleça a liberdade de preços, se fomente a sua exportação para os países do Norte e que o seu transporte se faça em barcos portugueses.

5 — LUÍS FERRARI MORDAU

Porém, não foram só os autores representados nas *Memórias Económicas da Academia das Ciências de Lisboa* que, nesta colectânea e em outros trabalhos, manifestaram profundas preocupações pelos problemas económicos, revelando ao mesmo tempo possuir um certo número de concepções norteando as suas interpretações e as soluções que propuseram.

Além dos que já foram mencionados no início deste capítulo, seria inadmissível omitir alguns autores desta época histórica que representam também elementos importantes do estágio doutrinal situado na charneira para o pensamento económico de tipo contemporâneo.

Precisamente no ano em que era premiado o estudo que nove anos depois seria incluído no tomo III das *Memórias da Academia* e que se acabou de referir, um alto funcionário redigia um estudo que se manteria inédito até 1951, quando M. B. Azmalak o fez publicar: o *Despertador da Agricultura de Portugal...* da autoria de Luiz Ferrari de Mordau (Cf. II, n.^{os} 1 e 2 e, na Bibliografia, o n.^o 4), datado de 1782.

Sabe-se que este autor (que também usou os nomes de Luiz Ferrari e nos registos o de Luiz José Domingos de Ferrari) casou em França em 1759, foi nomeado Intendente Agricultor-Mor pelo Marquês de Pombal em 1765 e que ainda vivia em Lisboa no ano de 1802.

Sob o critério superficial corrente revela-se possuído de concepções fisiocráticas, ao escrever nas primeiras linhas do texto: «Toca-se a materia mais importantee, mais vasta, e mais urgente, não só da Monarchia, senão do Céu para baixo depois da Religião. Isto he, a Agricultura, que se entende trabalhar a terra, para della se tirar a nutrição, vestido e regalo do Homem, e fazer poderosa a Nação...» e que «Estado sem agricultura he corpo sem sangue», posição a que voltará ao longo do estudo, em particular no capítulo 13.^o, quando, ao sublinhar a conexão da agricultura com as artes, fábricas, comércio, navegação e comunicações (correios), escreve que sendo todas indispensáveis, a actividade agrícola conserva uma eminente primazia, visto ser dos três reinos mineral, vegetal e animal que se forma tudo, sendo a base de toda a vida social; sendo «movei primeiro», se padece a agricultura padece o mais, como sucedeu em França no tempo de Colbert. E no capítulo 19.^o afirma Mordau que «são tão prodigiosos os

efeitos da Agricultura, que ainda quando o seu físico padeça no seu próprio mal está o remédio.»

Além do estudo principal o manuscrito compreende um «segundo volume» constituído, no entanto, por poucas folhas, em que o autor desenvolve pontos tratados antes: um projecto da Lotaria Real da Agricultura» (mencionado no n.º 16 do cap. 6.º), um esboço para o canal Tejo-Sado (cap. 14.º) e o traçado dum mapa para recolha de dados estatísticos de carácter demográfico e económico.

Ferrari de Mordau começa por anunciar as causas da decadência da agricultura portuguesa, desenvolvendo depois em 18 dos 20 capítulos da obra as medidas necessárias para lhe pôr cobro, ao mesmo tempo que fornece informações de interesse sobre a situação económico-agrária por essa altura, sobretudo ao identificar as pessoas que em grande parte do bispado de Beja tinham correspondido ao incentivo para pôr em cultivo terras incultas. Segundo parece, nos últimos 17 anos (de 1765 a 1781), teriam sido «rompidas» 475 leiras nas 18 freguesias que aponta, entre as quais duas dele próprio em Aljustrel e S. João de Negrilhos. O mesmo se dirá do cap. 19.º acerca do abastecimento de Lisboa e doutras indicações dispersas.

Mordau aponta vinte causas fundamentais do atraso agrícola nacional e, ao longo do texto, ainda considera outras, como, por exemplo, não só a falta de gente no campo (causa indicada em quarto lugar) mas até a escassa população do país em geral; não só falta de vias de comunicação e de meios de transporte como ainda a insuficiência das comunicações devido ao mau sistema de correios (cap. 14, n.º 20), ponto que já algumas dezenas de anos antes Luís da Cunha salientara

e que como vimos seria objecto de providências em 1797.

Entre as numerosas providências que sugere destacaremos ainda as que se referem à organização administrativa da Intendência da Agricultura (cap. 1.º), à organização do ensino agrícola (cap. 2.º e cap. 18.º, n.º 6), sem excluir os incentivos honoríficos e a divulgação do interesse pela vida agrária; os progressos tecnológicos (caps. 3.º, 4.º e 5.º), abrangendo o fomento pecuário e melhores pastagens (caps. 10.º e 11.º), conversão de incultos em terras cultivadas (cap. 6.º), respeito pelas leis agrárias (cap. 18.º), fomento da ocupação na agricultura, combatendo-se a mendicância e a prostituição, reduzindo-se a população ociosa da capital e, em especial, combatendo-se o número excessivo de criados e de pessoas dedicadas à vida eclesiástica, estabelecendo salários razoáveis e o trabalho «de sol a sol»; redução do *déficit* do comércio externo, fomento do comércio, indústria e navegação nas suas conexões com a agricultura, mas sob a primazia desta. Porém, entre as providências mais dignas de registo encontra-se a redução de impostos e rendas, o combate ao latifúndio e ao absentismo (cap. 3.º, n.ºs 7 e 8), evitar a tapagem dos campos com dispendiosos muros de pedra, suprimir a especulação monopolista com produtos agrícolas (os «Atravessadores» e monopolizadores do comércio de cereais, cap. 15.º), a arborização (cap. 12.º), supressão do parasitismo, da chicana e da multiplicação das demandas judiciais (cap. 17.º), bem como do excesso de dias santos em que se não trabalha (cap. 16.º), etc.

Merecem também registo as concepções de José de Abreu Bacelar Chichorro, magistrado falecido em 1822,

de cujas obras económicas se conhece a *Memória Económico-Política da Província da Estremadura*, relatório de carácter oficial redigido em 1793 (Cf. II, n.º 25), que M. B. Amzalak publicou em 1942 e a que já fora prestada atenção em 1925 (Na Bibliografia, n.ºs 3 e 32).

Chichorro, doutrinalmente, situa-se já na transição para a época contemporânea. Anti-mercantilista, já se não revela influenciado, mesmo de maneira empírica e superficial, pela fisiocracia. O estudo divide-se em duas partes: na primeira já aparecem arrumadas ideias abstractas sobre determinados fenómenos económicos; e na segunda parte descreve, e analisa a actividade económica dessa província, fornecendo elementos de informação com inegável interesse para o historiador da vida setecentista. No «Prolegómeno» ele próprio resume o trabalho, dizendo que nos quatro primeiros capítulos da primeira parte «falo em abstracto para assentar os meus princípios», referindo-se depois ao que tratará em cada capítulo. Abre o primeiro com uma afirmação anti-mercantilista indo ao ponto de sustentar, não só que não é a maior abundância de numerário que faz a riqueza e a felicidade duma nação, mas até que o ouro e a prata não têm valor intrínseco. Voltando as suas críticas para a concepção fisiocrática da produtividade exclusiva da agricultura declara que «a terra, posto que fructífera de sua natureza, e capaz de reprodução, não é por si só bastante a formar a felicidade e a riqueza pública.» Depois, neste e nos restantes três capítulos imediatos, sustentando que se a quantidade de numerário não faz a riqueza no entanto afecta os preços, chama a atenção para a importância do comércio interno e externo, sublinha o significado da taxa de juro e dos câmbios, define «indústria», que em seu entender abrange

agricultura, «artes» (aquilo a que hoje se chama indústrias), comércio e ciências. No capítulo 3.º dirige uma crítica acerada ao Tratado de Methuen, em resultado do qual «a nação portuguesa ficou quase uma colónia da Grã-Bretanha, sofrendo o exclusivo dos seus estofos», ao mesmo tempo que nem sequer contribuiu significativamente para o acréscimo das exportações de Vinho do Porto, cuja expansão resultou da criação da «Companhia da Agricultura dos Vinhos feita no ano de 1756». O último capítulo da 1.ª parte é digno de nota pois sustenta uma posição anti-naturalista acerca da dinâmica demográfica que atribui a factores económico-sociais, do mesmo passo que o aumento da população também incentiva o progresso económico.

Não é aqui possível, naturalmente, recordar todos os principais aspectos da parte crítico-descritiva deste estudo. Apenas se chamará a atenção para as observações formuladas acerca do atraso tecnológico da agricultura e da indústria estremenhas e para a denúncia da multiplicidade, incerteza e peso de encargos, em especial ao denunciar as violentíssimas dízimas, primícias e conhecenças cobradas pela Igreja, não hesitando Bacelar Chichorro em propor a sua extinção. Combate ainda as múltiplas prestações da renda de tipo feudal cobradas pelas entidades senhoriais laicas, a incerteza de diversos direitos públicos, como os alfandegários, etc., etc.

7 — ANTONIO ARAÚJO TRAVASSOS

Este autor, cujas datas de nascimento e óbito se ignoram mas que ainda vivia por volta de 1829, tendo

desempenhado funções públicas, publicou entre outros alguns artigos sobre questões técnicas e um estudo pedagógico acerca dum novo método para ensinar a ler. No que respeita à economia conhecem-se dois pequenos mas significativos trabalhos seus, um sobre agricultura (que teria sido redigido em 1792) e outro sobre a moeda, datado do ano seguinte; no entanto só viriam a ser publicados em Abril de 1822 nos conhecidos «Anaes das Sciencias, das Artes e das Letras», revista dos emigrados portugueses em Londres (Cf. II, n.ºs 23 e 24, Bibliografia, n.º 9).

No primeiro desses estudos debruça-se Araújo Travassos sobre a situação difícil da agricultura portuguesa. Na sua opinião a existência de grandes extensões incultas em poder da coroa, de grandes senhores e de morgados sem capitais suficientes para as valorizar ou sem conhecimentos para os aplicar frutuosa e poderiam eliminar-se distribuindo essas terras por quem as cultivasse, criando-se explorações de tipo familiar e fazendo-se de cada légua quadrada 1600 unidades com 4900 braças quadradas. Bate-se pelos interesses dos agricultores contra os proprietários, os grandes senhores dominiais da terra e sugere, afinal, a adopção duma nova lei das sesmarias, entregando-se as terras incultas a quem as trabalhe através de emprazamentos por vários anos e com rendas baixas. Simultaneamente, advoga, como outros seus contemporâneos, a entrega dos baldios à posse particular. Estas medidas introduziriam ainda uma salutar concorrência, fazendo baixar os montantes exorbitantes das rendas praticadas em outras zonas.

A sua visão dos problemas de economia agrária é claramente dirigida contra os interesses senhoriais,

favorecendo a penetração no campo das relações capitalistas larvares. Falta a preocupação de defesa simultânea dos interesses aristocráticos própria da Fisiocracia. Esse o principal significado do pensamento deste autor. Realmente, além das providências já referidas, advoga a liberdade de fixação dos salários rurais, a redução do número de mendigos e de membros do clero a fim de ficarem mais braços aptos para o trabalho, o aligeiramento dos encargos tributários sobre a agricultura e pecuária. A este propósito analisa os principais impostos e rendas existentes, coincidindo com a orientação de Bacelar Chichorro. Não é, porém, tão radical, uma vez que, além de não propor a substituição das diversas modalidades por um imposto único, faz a crítica à dízima eclesiástica que absorve dez por cento da produção bruta mas, cautelosamente, vai escrevendo: «Não pretendo decidir da justiça e conveniência deste subsídio visto que he eclesiástico...» Na segunda parte desbobinam-se alguns conceitos económicos. António de Araújo Travassos propugna a liberdade comercial e a repressão da especulação com os géneros agrícolas, defendendo uma política que evite a sua degradação. A este propósito afirma que o valor (de troca) justo e natural procede de todas as despesas e trabalhos que concorrem para a sua produção, incluindo o juro dos capitais empregados na agricultura. Como se vê, este autor acha-se conceitualmente atrasado em confronto com o anónimo comerciante da praça de Lisboa seu contemporâneo que se assinalou nas primeiras páginas deste capítulo... Em conexão com a questão dos preços, em particular do trigo, preocupa-se com a regularização do abastecimento do mercado interno, que também exige

preços compensadores para o produtor, e salienta o papel positivo dos comerciantes deste cereal; deveria assegurar-se um preço elevado para o cereal nativo e sobrecarregar o trigo exótico; a espontaneidade da livre concorrência é tão importante que Araújo Travassos defende a liberdade da exportação trigueira. Em nota sublinha, curiosamente, a necessidade de difusão dos ensinamentos da Economia Política por todos os funcionários públicos e mesmo por todas as classes da nação.

No segundo trabalho, o discurso sobre a moeda, principalmente a de Portugal, Araújo Travassos começa por proclamar uma noção do que é valor de troca muito mais nítida e conceitualmente mais válida («o custo ou valor de qualquer coisa consiste ou depende simplesmente do trabalho») do que a precedente, revelando-se já influenciada pela economia clássica smithiana, distingue o valor do preço através do papel específico da oferta e da procura na fixação deste último e produz a interessante afirmação de que a massa monetária não depende do valor do ouro mas das necessidades da circulação monetária, como que numa crítica «avant la lettre» às futuras teorias formais e quantitativistas da moeda... Não esquece o problema dos câmbios monetários; e, na segunda parte deste seu pequeno estudo, Araújo Travassos assinala duas funções à moeda (medida do valor e intermediário das trocas) invocando as razões para as conclusões que se extraem da exposição, no sentido de que o ouro é o material mais adequado para moeda mas que não basta ser feita deste metal nobre para ser boa pois pode ser de ouro puríssimo e o soberano atribuir-lhe um valor artificial e ter pequena percentagem de metal amarelo e um valor

facial certo e constante adequado ao conteúdo intrínseco. Conclui mostrando os inconvenientes da prática portuguesa da cobrança de um imposto pela cunhagem da moeda.

8 — JOAQUIM JOSÉ RODRIGUES DE BRITO

Tendo nascido em 1753 e falecido no ano de 1831, Joaquim José Rodrigues de Brito professor de leis na Universidade de Coimbra, escreveu diversas memórias reunidas em três volumes publicados entre 1803 e 1805 (veja-se II, n.º 32, bem como na Bibliografia, n.ºs 7 e 8).

Além da «Apologia» com que abre o tomo terceiro, que examinaremos mais adiante, interessam sobretudo aqui as *Memórias I (Sobre a base, e primeiro systema fundamental da Legislação de Portugal, e sobre os systemas geralmente)*, *II (Sobre as outras bases, ou systemas Fundamentaes, Commercio, Indústria e Propriedade; a) ou Sobre a necessidade de sua existência simultânea e sua respectiva permanência*», ambas no tomo I, IV (*Sobre o valor dos Metaes preciosos*) e V (*Sobre o valor das Moedas*).

Dele escreveu Frederico Laranjo e repetiu depois M. B. Amzalak que «conhecia os fisiocratas e Adam Smith, inclinando-se mais para os primeiros embora não os seguindo à risca, e que revela um eclectismo engenhoso e sensato, desviando-se das abstracções demasiadas em que por vezes caiu a escola inglesa, chegando a conclusões que são quase as da moderna ciência» (Bibliografia, n.º 22, p. 63).

No entanto, aquilo que caracteriza o pensamento deste professor universitário conimbricense no plano conceitual é um eclectismo de precária coerência interna

combinado com uma visão dos fenómenos económicos de mero senso comum, como sucede por exemplo ao criticar a noção de valor de Adam Smith. Na esfera da sua expressão ideológica como fenómeno social destaca-se o facto de ocupar um lugar de transição entre as velhas estruturas agrárias e ruralistas do «antigo regime» e a sociedade contemporânea, sem contudo entender o significado das transformações que se operavam nos países europeus mais desenvolvidos com a consolidação das relações capitalistas e o processo de industrialização acelerada.

O doutrinalismo de Rodrigues de Brito é um compromisso historicamente inviável, implicando teoricamente uma representação sem lógica interna entre «um fisiocratismo moderado» e um modernismo que não aceitava a «escola inglesa» (quer dizer Smith e seus epígonos) naquilo em que ela precisamente introduziu um corte tal no pensamento económico que, enriquecida por algumas contribuições anteriores, se pode sustentar ter marcado o nascimento da ciência económica.

Ao lado de maneiras de ver acerca do Direito e da Legislação, da Ética e da vida social, este autor pronuncia-se sobre questões filosóficas, em especial referentes ao conhecimento e em particular às ciências, avançando concepções que aliás mereceriam ser observadas num estudo dirigido a esse objectivo. Quanto à actividade económica, Rodrigues de Brito inclui entre os «leit-motivs» do seu pensamento a concepção segundo a qual toda a vida social e económica assentaria nos «quatro sistemas»: agricultura, comércio, indústria e propriedade, dos quais o primeiro seria o fundamental, o básico.

Logo na *Memória I*, depois de citar Arthur Young, avança o seu «fisiocratismo de segunda linha». Embora não sustentando que os impostos devam incidir exclusivamente sobre a agricultura, usa como um dos argumentos a favor da tese do seu carácter fundamental, além da afirmação vaga de que ela proporciona um verdadeiro excedente (mas não explicita se só ela o faculta de acordo com a maneira de ver fisiocrática), a de que só aí se encontra a base permanente da tributação pois o comércio e a indústria, quando os impostos são pesados, emigram do país, ao mesmo tempo que em caso de guerra só a actividade agrária resiste às destruições. Trata-se duma argumentação empírica, exterior aos processos económicos como tais, estando muito longe da coerência interna da fisiocracia — a despeito, está claro, de todos os seus erros.

Distribuindo as suas críticas entre os mercantilistas, os autores que escreveram até meados do século XVIII, J. Law e A. Smith, ataca os monopólios, afirma que o mundo social é regido pelas leis do interesse individual e recorre com abundância à invocação histórica, tanto nacional como estrangeira, a fim de procurar provar as suas teses, como sucede em especial para reforçar a concepção de que o sistema económico assenta na ligação entre comércio, indústria e propriedade (o «doce e estimado direito de propriedade individual dos bens que tem encantos tão consoladores», afirma na *Memória II* sobre a base do sistema agrário). Mostra o que são e qual o interesse dos três sistemas complementares do agrário para o propósito de cada um deles reafirmar a primazia do agrário: o comércio, permutação de produtos da natureza ou da indústria; a indústria, que define como o trabalho e exercício dos talentos do

homem; e, por fim, a propriedade da pessoa, dos direitos sociais e dos bens que, embora fundamental, ocupa o quarto e último lugar visto «só poder tender a aformosear e envernizar todo o edifício.» Mas dedica atenção especial a criticar os autores que a atacam, nomeadamente a anarquia, que promete tratar numa memória à parte. Admite, no entanto, que em certas circunstâncias políticas pode ser alterada esta ordem de importância em que à agricultura se sucede o comércio, sendo a propriedade precedida pela indústria. Não é terno para com A. Smith: apoda-o de metafísico, de não ter compreendido a essência da fisiocracia e de parecer mesmo plagiário, insurgindo-se contra a sua concepção acerca da natureza do valor de troca. Aqui, Rodrigues de Brito acha-se preso duma evidente empiria das aparências quando escreve que, a admitir que o valor de troca é determinado pelo trabalho, se encontrariam tantas excepções que contrabalançariam o número de casos em que esta regra seria válida. Do autor da *Riqueza das Nações* aceita, no entanto, a crítica à concepção mercantilista sobre o ouro e a prata como moedas, referência com que inicia a *Memória IV*, uma das mais interessantes, não só para radiografar o seu pensamento económico, como para apreciar variados aspectos das suas concepções histórico-económicas e como fonte de informação de alguns aspectos da vida no tempo do próprio autor. No primeiro aspecto, sustenta que o valor do ouro e da prata consiste no seu maior ou menor valor determinado pelas suas três causas como os demais produtos, que o trigo é a medida mais exacta da alteração do valor dos metais preciosos, que interessa o seu valor elevado, que as minas são em geral prejudiciais às nações que as possuem e que, analisando-se

historicamente a relação entre o valor dos dois metais (o do ouro seria, no seu tempo, apenas de um terço do que atingira séculos antes) se deve dar preferência à prata no cálculo do sistema monetário. Sob o ponto de vista histórico procura ilustrar as suas concepções observando a evolução do preço do trigo desde o século XIV, o papel dos metais preciosos, tenta calcular a quantidade de ouro extraída do Brasil desde 1696 (bem como da prata pelos Espanhóis na América), a evolução do valor destes metais, etc., incluindo dados relativos à sua própria contemporaneidade.

9 — *OUTROS AUTORES*

Sem a pretensão absurda de, num pequeno volume de índole genérica, observarmos todos os autores com certa representatividade doutrinal, terminaremos o exame da corrente caracterizada na sua dupla dimensão conceitual e histórico-social neste capítulo recordando ainda um punhado de nomes.

Destacando um dos muitos estudos representativos das preocupações com questões económicas sectoriais do país e que, ao mesmo tempo, ministra numerosas informações sobre a situação na respectiva época, citar-se-á o livro do bacharel João António de Carvalho Rodrigues da Silva sobre a indústria dos lanifícios da Covilhã (ver II, n.º 31), em que o autor, começando por um conspecto histórico, passa a descrever a situação por volta de 1803, quando escreve o seu trabalho; chama a atenção para o crescimento do número de instalações particulares, debruçando-se por fim sobre as causas do «arrasamento e imperfeição» desta indústria regional que

divide em físicas (apontando 4), morais, (enumerando 3) e políticas, figurando entre as três deste género a existência de baldios, de terrenos próprios do concelho e dos pastos comuns, que prejudicariam a produção de gado lanar.

Outro autor que fornece informações, interpretando segundo as suas concepções próprias a vida económica portuguesa da sua época é o conhecido Jacques (Jácome) Ratton, tanto no livro que publicou como no texto (Ver II, n.ºs 28 e 52), dentre 1795 e 1813. Lembremos ainda um curioso vocabulário de Economia editado em 1822 (II, n.º 75), cujo autor se revela, aliás, penetrado por alguns conceitos económicos post-clássicos, detectando-se nele nomeadamente a influência de Jean-Baptiste Say. Sustenta, por exemplo, que a riqueza resulta de trabalhos diversos, neles incluindo o trabalho a que corresponde o lucro, a parte a que cabem os salários e a quota coberta pela renda.

No plano dos autores dominados por uma visão especificamente comercialista da actividade económica poderiam recordar-se como exemplos o de J. M. Dantas Pereira (II, n.º 30) ou o de Manuel Luís da Veiga, publicado alguns anos mais tarde, em 1803: «*Escola Mercantil sobre o Commercio assim antigo como moderno, entre as nações commerciantes dos velhos continentes. Conthendo a Historia geral do Commercio, e de todos os Ramos de que este se compõe, Agricultura, Artes, Pesca, Navegação, Cambios, etc.: huma noticia particular do Commercio de Portugal, e suas produções commerciáveis, e hum Formulario das Letras e Bilhetes de Cambio, Cartas de Affretamentos, e outros Documentos, de que se faz uso no Commercio deste Reino...*»

Por fim, um exemplo doutro tipo: as concepções de um «portuense, comerciante matriculado e

proprietário de uma fábrica de estamparias e tecidos de algodão», Francisco Gomes Veloso de Azevedo.

Dele conhecemos quatro opúsculos, editados entre 1821 e 1823, dedicados aos «srs. Deputados das Cortes» para distribuição gratuita (Cf. II, n.^{os} 71, 77, 78 e 79). Só o primeiro assume, no entanto, particular interesse ao revelar o pensamento dum comerciante e industrial. Dele diz o autor que «foi feito na dita cidade (isto é, o Porto), em 1814. Defendem-se aí os interesses do comércio e da indústria, sem excluir a protecção à agricultura a fim de serem assegurados géneros baratos (com os seus reflexos nos salários, como é óbvio), o fomento da exportação, o aligeiramento da carga tributária, a protecção comercial, os incentivos à introdução de máquinas, a proibição das vendedeiras ambulantes (a que já então se chamavam «contrabandistas») e, revelando o estágio das relações económicas nos meados do primeiro quartel do século passado, pelo menos na região do Porto, quanto à mão-de-obra assalariada, somente se preocupa com os aprendizes, que deveriam ser contratados por cinco anos com seus pais ou tutores, devendo ainda todos os operários empregados nas fábricas constar dum livro de registos...

III / OS PRIMÓDIOS DA CIÊNCIA ECONÓMICA E O PENSAMENTO PORTUGUÊS

1 — *AS DOCTRINAS ECONÓMICAS EM PORTUGAL E A INFLUÊNCIA DA ESCOLA CLÁSSICA NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XIX*

Uma apreciação cientificamente fundamentada do pensamento dos autores portugueses que se debruçaram sobre a actividade económica é, por certo, complexa, exigindo uma dimensão espacial de análise que o carácter sintético deste estudo não consente.

Apenas se avançará com alguns critérios básicos que utilizaremos na análise como base do nosso entendimento do carácter pré-científico ou já científico de dados sistemas de explicação económica, quer dizer, definidores daquilo que nos nossos dias se costuma designar pela expressão «corte epistemológico», a fim de assinalar a irrupção do conhecimento científico em relação a determinada realidade que, naturalmente no nosso caso, é a actividade económica.

Notaremos antes de mais nada que a ciência económica se formou historicamente por razões fáceis de compreender em relação ao sistema capitalista, sucedendo que a teoria económica das sociedades pré-capitalistas só nas últimas dezenas de anos tem avançado, ao mesmo tempo que a teoria económica do

socialismo somente se vem construindo ao longo dos últimos 62 anos, após o aparecimento da primeira economia deste tipo ¹⁴.

É, pois, à luz dessa realidade histórica que encararemos aqui a apreciação teórico-crítica, tanto mais que somente ela abrange (dentro do período que consideramos) os estudos e maneiras de ver de autores portugueses. Estes somente se debruçam sobre a economia enquadrados numa realidade, interna ou externa traduzindo no primeiro caso a transição para o sistema capitalista e o seu desenvolvimento relativamente «retardado» ou, quanto às economias estrangeiras mais evoluídas, um sistema dito de mercado já plenamente desenvolvido e em evolução rápida.

Muito resumidamente recordaremos que a formação da ciência económica, implicando a descoberta e construção das principais relações económicas internas do novo modo de produção, ao lado do enunciado de certas condições específicas reguladoras dessas relações, se desenha essencialmente desde a segunda metade do século XVII em Inglaterra com W. Petty (ver Quadro I, n.º 4), atingindo um nível qualitativo sistemático novo com A. Smith (I, n.º 41), se bem que esta asserção não signifique — nem muito menos — que essas construções se apresentem livres de erros ou insuficiências, o que, de resto, tem uma contrapartida em contribuições que na sua sistematicidade são pré-científicas mas que podem apresentar determinadas pré-conceitualizações, às vezes geniais, de processos económicos objectivos duma importância central, como aconteceu por exemplo com F. Quesnay, o grande corifeu da fisiocracia ¹⁵.

Smith procurou representar o processo económico movimentado pelo dispêndio de capital e a sua reconstituição, libertando-o da maneira de ver fisiocrática que o considerava expressão duma ordem natural e universal em que somente a agricultura forneceria um excedente. Neste sentido, o autor de *A Riqueza das Nações* enuncia uma das suas grandes descobertas, a teoria do valor de troca assente no trabalho, embora com limitações e lacunas que nem sequer depois Ricardo superaria. Se a concepção do valor-trabalho já surge rudimentarmente em Petty e em Locke, é ele que introduz este grande corte teórico, distinguindo também o valor de troca do valor de uso e afirmando que a utilidade não constitui um fenómeno puramente naturalista, sendo antes social. Ao considerar a riqueza das nações o resultado do trabalho humano, Smith, como sugestivamente afirmou F. Engels, «É o Lutero da economia, pois deixou de considerar a riqueza na sua forma objectiva, exterior ao homem, para a considerar na sua expressão subjectiva, produto do trabalho humano.»

David Ricardo (I, n.º 82) leva mais longe a teorização, embora com certas representações que são produto duma ideologia a que historicamente não podia fugir, como ao considerar o sistema económico que teoriza eterno e não histórico, ou ao afirmar que a tendência para a queda da taxa de lucro resultaria dum factor meramente natural, o cultivo de terras cada vez menos férteis, que faria aumentar a renda diferencial. Além de descobrir novas relações objectivas do sistema económico, constrói um sistema teórico global e abstracto. Parte também da descoberta fisiocrática genial do movimento do capital mas consegue uma

elaboração teórica: a sua acumulação é a base do crescimento económico dependendo dos lucros e estes estão internamente relacionados com os salários. A lei do valor de troca é a placa giratória central de todo o sistema, não se podendo explicar os preços na sua expressão última pela oferta e pela procura mas sim pelo valor, que se distingue da riqueza, conjunto de coisas necessárias, úteis ou agradáveis, de maior facilidade ou dificuldade de produção. Introduce depois na teorização o factor monetário e alarga-a para as relações internacionais com a sua famosa teoria do comércio internacional (custos comparados), etc.

Como escreveu J. Keynes na sua *General Theory...* (I, n.º 438), Ricardo triunfou porque as suas concepções estavam de acordo com os interesses da classe dirigente; foi, com efeito, um grande teorizador do capitalismo ascendente do seu tempo. A este propósito é oportuno frisar que vamos encontrar nesta época histórica uma tendência para os economistas se revelarem profundamente anti-revolucionários, ao mesmo tempo que os pensadores de raiz socialista-utópica se manifestam em regra «anti-economistas» — fenómeno que igualmente se revela entre nós, como sucede precisamente com o primeiro autor que vamos observar a seguir, José da Silva Lisboa.

Até cerca de meados do século XIX, não podendo nós proceder à radiografia interna do pensamento económico universal como guia de interpretação teórica dos autores portugueses — mas não podendo renunciar a esse esforço —, é possível adoptar como critério seguro, ainda que muito genérico, a medida e a profundidade em que aceitam Smith e Ricardo.

Porém a ciência económica certamente não parou depois de 1817: o volume 1.º de *O Capital* foi publicado em 1867...

Sendo inviável prosseguir nestas referências à estrutura teórica (ou não teórica) das sucessivas concepções neste domínio, contentar-nos-emos em registar os critérios abstractos mais gerais que serão aplicados, em particular na complexa apreciação teórica das doutrinas económicas post-clássicas:

a) Tais exigências, as exigências de cientificidade, exigem que tanto o processo económico global como as suas respectivas leis não sejam reduzidos a meras relações naturais, físicas e biológicas, nelas se manifestando a sua índole social, posto que naturalmente em relação com o quadro natural;

b) Daí decorre também a índole do valor de troca, fenómeno social objectivo nas suas determinações mais gerais e a possibilidade da sua quantificação homogénea (o que viria a ser feito por K. Marx): tempo de trabalho, conteúdo do valor da força de trabalho, como se entrosas a utilidade dos bens neste processo, etc. (co-determinada aliás por factores sócio-históricos), a origem de salários, lucros e rendas, etc.;

c) A historicidade de qualquer sistema económico. Na observação da imensa variedade de análises económicas posteriores a Ricardo (ou algumas suas contemporâneas, como as de J. B. Say, por exemplo, com grande influência no nosso país (ver I, n.º 60) há que dominar os parâmetros epistemológicos, i. e., as regras de apreciação da cientificidade interna duma representação da actividade económica, de tal forma que seja possível:

I — Separar a representação científica da mera apologética do sistema;

II — Aproveitar as contribuições analíticas de qualquer realidade económica concreta e o seu interesse informativo e documental, a par da validade ou inexactidão de leitura teórica do quadro conceitual em que se move o respectivo autor;

III — Descobrir em particular o grau de respeito pelas bases mais gerais da exigência teórica recordadas acima nas alíneas *a*, *b* e *c*;

IV — Poder perfurar-se o espaço conceitual interno de qualquer construção teórico-económica a fim de se distinguir aquilo que, podendo não respeitar a esses alicerces teóricos básicos, significa no entanto tratar-se de construções teóricas representando esferas de organização estrutural ou de funcionamento económico com validade, entrosando-se (ou sendo susceptíveis de inserção lógico-teórica) no quadro científico mais largo, como por exemplo a teoria do mercado, a teoria do crescimento económico, etc.

V — Ser possível identificar e caracterizar estas últimas contribuições teóricas, combatendo por isso, por razões epistemológicas essenciais, as tendências correntes para a sua generalização ilegítima para além das fronteiras da sua validade teórica quando procuram ocupar o espaço da teoria económica mais geral. Trata-se duma das grandes dificuldades da análise crítico-teórica, tanto devido à complexidade conceitual da tarefa como à grande abundância dessas práticas abusivas. Veremos, aliás, que elas também se manifestaram no nosso meio na época em que este problema assume acuidade crescente, fundamentalmente desde os neo-clássicos em diante. É

o que sucede, por exemplo, com a obra digna de registo elaborada já no nosso século por António Osório, conforme o próprio autor, de resto, explicita claramente no prefácio (ver II, n.º 179).

a) *José da Silva Lisboa (1756-1835)*

Natural da Baía, desempenhou importantes funções públicas em Portugal e viria a ser um dos mais representativos agentes da independência do Brasil. Silva Lisboa, Visconde de Cairu, escreveu numerosas obras e artigos, principalmente no domínio da Economia. Embora José Frederico Laranjo lhe dedique meia dúzia de linhas (Bibliografia, n.º 25), trata-se sem dúvida dum dos mais importantes representantes do pensamento económico luso-brasileiro, pois pertence historicamente aos dois países (cf. na Bibliografia os estudos que lhe foram dedicados, n.ºs 11, 22, 44, 54 e 77).

José da Silva Lisboa debruçou-se sobre problemas económicos concretos, como o comércio franco no Brasil, a liberdade comercial, a instalação de indústrias na sua pátria, a defesa da liberdade mercantil para os Ingleses nos portos brasileiros, a actividade seguradora, a necessidade da instalação de bancos no Brasil (onde o primeiro banco, como se sabe, surgiu vários anos antes de Portugal) e o problema do monopólio dos vinhos do Alto-Douro, batendo-se pela liberdade comercial (ver Quadro II, n.ºs 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43 e 51).

Escreveu também textos de economia teórica (II, n.ºs 33, 63, 69, 85 e 107, os dois últimos publicados postumamente). Querendo acentuar-se um dos traços

mais significativos dos estudos económicos concretos do Visconde de Cairu destacar-se-ia o facto de serem guiados pelo objectivo de defender os interesses próprios da burguesia brasileira em luta contra a dominação colonial, ao contrário do que sucedeu com o seu compatriota e contemporâneo José J. da Cunha de Azeredo Coutinho, apenas uns 13 ou 14 anos mais velho do que ele.

Das suas obras teóricas destacaremos a aparecida em 1804 (II, n.º 33) e em 1819-1820 (II, n.º 63), suficientemente representativas do seu pensamento doutrinal e da evolução que sofreu ao longo do tempo. Anti-mercantilista e anti-fisiocrata, Silva Lisboa constitui um dos mais assinaláveis economistas da primeira metade do século XIX. Posto que em geral se assinale como primeiro manual de economia portuguesa a publicação realizada 18 anos mais tarde pelo Padre Manuel de Almeida, não há dúvida que os *Princípios de Economia Política* editados em 1804 lhe são muito anteriores, ao mesmo tempo que o seu nível conceitual está sensivelmente acima do nível da obra do pároco de Portalegre. Aliás, seria possível, provavelmente, apontar estudos cronologicamente anteriores pretendendo apresentar uma exposição mais ou menos sistemática das principais noções económicas, como a obra que, embora editada em 1821, teria sido redigida em 1795 (II, n.º 27) mas que, a despeito das suas antevisões geniais, não tem a sistematicidade teórica dos *Princípios* de Silva Lisboa. Defendendo a necessidade das «luzes da ciência económica», segue A. Smith, reafirmando ser o «trabalho a origem e fundamento de toda a propriedade e valor» (p. 81); daí a sua defesa das nações comerciantes e manufactureiras e a afirmação de que os

fisiocratas defendiam os proprietários rurais ricos; volta-se contra os críticos de Smith, «o novo Arquimedes» (p. 95), sendo assinalável como Silva Lisboa se apercebe do «corte» por ele introduzido no conhecimento dos fenómenos económicos; por isso o compara com o astrónomo que mostrava um astro ao rústico que só via a torre da sua aldeia, pois Smith mostra «o luminoso astro do trabalho» (p. 169). Muito embora a sua concepção apresente claras hesitações e confusões que irão melhor espelhar-se na obra de 1819-1820 (quando sustenta que a riqueza não está no trabalho mas na sabedoria com que é dirigido (*Princípios...*, p. 179), no entanto reconhece, por exemplo, que valor e preços não têm de coincidir (p. 181). Nos *Estudos do Bem Comum e Economia Política*, com duas partes publicadas entre 1819 e 1820, Silva Lisboa desenvolve, tamisa e altera algumas das suas concepções. É digno de nota o facto de a 1.^a parte desta obra constituir, que saibamos, a primeira história do pensamento económico, não só internacional como português, permitindo revelar as suas vastas informações. É certo que, embora citando Ricardo e elogiando-o, não se mostra conhecedor do verdadeiro significado da sua obra principal, que, aliás, saíra dois anos antes mas de que cita a tradução francesa de Solano Constâncio. Prosseguindo a crítica ao mercantilismo e à fisiocracia, revela de novo a sua compreensão do salto teórico devido a Adam Smith: «foi o primeiro que elevou a Economia Política a Ciência Regular, fundando a sua theoria em *Princípios*, estabelecendo *Theoremas*, e deduzindo *Corollarios*.» (p. 71) Ataca as concepções de J. B. Say, que não distinguiu valor de uso e valor de troca (pp. 99, 190-2, 213-6) e em vários passos revela o seu conservadorismo político

(Rousseau e Mably, sofistas, tentaram introduzir a *Isocracia* dos Anarquistas (p. 113). No entanto, modifica a concepção smithiana, destacando a «inteligência» na criação da riqueza. A sua exposição das doutrinas económicas em Portugal é sobretudo significativa; limitando-se a considerar a evolução histórica expressa nas medidas político-económicas sucessivas, destaca depois João de Barros no século XVI, Duarte Ribeiro de Macedo no século seguinte e as *Memórias Económicas da Academia das Ciências*, no século XVIII. Quanto ao seu próprio tempo, além de dedicar três linhas a Rodrigues de Brito, sublinha o interesse da obra de José Acúrsio das Neves, *Variedades* (I, n.º 53).

b) *Uma polémica historicamente exemplar:
a controvérsia*

Silva Lisboa/Rodrigues de Brito (1804-1805)

Silva Lisboa dedicou 52 páginas dos seus *Princípios de Economia Política* a criticar Joaquim José Rodrigues de Brito, de quem os dois primeiros tomos da sua obra haviam sido publicados no ano anterior, em 1803.

O significado desta polémica, aliás travada em termos de respeito mútuo, quando a resposta do professor de Coimbra apareceu no terceiro e último tomo das suas *Memórias Políticas*... em 28 páginas iniciais sob o título «Apologia...» (pp. III-XXXI) é realmente exemplar na dupla perspectiva doutrinal e do seu significado económico-social concreto.

Enquanto Rodrigues de Brito se mantém atido aos princípios fisiocratas e se preocupa em defender antes de mais nada os interesses dos proprietários agrícolas,

Silva Lisboa, movido por uma posição sem dúvida mais «modernista» na linha histórica, bate a defesa da liberdade comercial, industrial, do trabalho e da ciência, embora sem menosprezar, diz, a agricultura — mas frisando como ela, inclusive, depende dos outros ramos da produção, incluindo para dispor de utensílios. Smitheano firme, ataca Rodrigues de Brito por não considerar o «princípio do trabalho» como fonte do valor de troca e o da inteligência da sua direcção como a origem da riqueza. Recorda que a própria lei divina aceita a função original do trabalho e que isso mesmo está radicado nas concepções correntes («isto não paga serviço», «custou tantos dias de trabalho», etc., p. 183). Daí que impugne a tese de Rodrigues de Brito, proclamando ser necessário proteger todo o trabalho útil. Ao mesmo tempo chama a atenção para Smith quando afirma que valor e preços não têm de coincidir exactamente (p. 181). Daí, escreve, que se não possa considerar a agricultura criadora de todo o excedente e que haja que combater os privilégios exagerados concedidos a esta actividade em prejuízo das demais. Embora reconhecendo que o próprio A. Smith reconheceu o que era válido nos «novos economistas», i. e., nos Fisiocratas, como o princípio da liberdade de comércio (e aqui a réplica de Rodrigues de Brito ignorou esta posição), repete o ataque à interpretação do «excedente líquido», dizendo que esses autores transformam a «agronomia em agromania...» (p. 153). Procura demolir a tese do seu opositor de que o princípio do trabalho seria, posto que evidente, demasiado genérico e impreciso, sendo mais a excepção do que a regra, e de que não teria utilidade social como orientação de prática económica.

Rodrigues de Brito, proclamando-se aberto às críticas, insiste nas suas teses básicas, auto-apelidando-se «fisiocrata moderado»: seriam quatro os princípios básicos da vida económica, ocupando a agricultura o primeiro lugar, seguida do comércio, indústria e propriedade, pelo que o sistema fisiocrático deverá constituir a primeira base da legislação, sendo muito menos indefinido do que o princípio smitheano do trabalho defendido por Silva Lisboa. Desdobrando-se a sua resposta por vinte e dois pontos, sendo os primeiros dedicados a contrabater concepções que o seu crítico lhe atribuiria erroneamente, responde-lhe que se nele está presente a fisiocracia, em Silva Lisboa estaria «sempre Smith» (*sic*). No entanto, termina por introduzir, a partir de razões metodológicas, um princípio complementar extremamente abstracto dos seus princípios básicos, assente na concepção fisiocrática: «a verdadeira utilidade deve determinar-se pelo maior valor político», que constrói como que para ressalva das alterações ao seu fisiocratismo, através de princípios muito gerais de ordem moral, política e jurídica.

Num ponto todavia o professor conimbricense leva doutrinariamente vantagem ao seu sagaz opositor. É o que sucede quando defende a importância da *Táboa Económica*, indicando «a diferente circulação das Riquezas Nacionais assente na hypothese do estado de maior prosperidade da Nação». É uma pré-ciência da importância teórica da representação do processo económico interligado. Mas não se poderá exagerar a incompreensão de Silva Lisboa, preocupado em demolir as falácias fisiocratas, quando, aliás, a tantos economistas posteriores também escapou este ponto

teórico; nem tão pouco se poderá sobrestimar a compreensão teórica de Rodrigues de Brito acerca do verdadeiro alcance teórico dessa genial representação de Quesnay.

c) *Francisco Solano Constâncio (1777-1846)*

Figura extremamente curiosa e significativa, tanto pela dimensão global da sua actividade intelectual como pela sua «prática social», Constâncio representa ainda como economista um dos casos mais destacados da primeira metade do século XIX, em especial do seu primeiro quartel. Personagem de multifacéticos interesses e de origem burguesa-intelectual lisboeta, foi médico-cirurgião, diplomata e político (desempenhando inclusive missões algo inesperadas como a de secretário confidencial do rei Carlos IV de Espanha entre 1812 e 1814), estudioso de economia, pedagogo, literato, gramático, filólogo, historiador. Constitui um exemplo do ideólogo-político liberal que viveu a sua vida praticamente na emigração, entre a Inglaterra, a França e os Estados Unidos da América. Articulista, tradutor e crítico, dos 69 anos da sua vida passou praticamente toda a maioridade na emigração, visto que saiu de Portugal aos 14 anos só voltando a viver na pátria entre os 22 e os 29 a 30 anos de idade. Porém, como já foi observado, se o seu jacobinismo o atirou para o estrangeiro, nem sequer assumindo o posto de deputado que obteve em 1837, todas as suas preocupações se centram em torno dos problemas da pátria que jamais esqueceu, tendo mantido relações pessoais com personalidades tão diversas como Bocage em Portugal e

J. Baptiste Say, Cabanis e Fouché em França ou o abolicionista inglês lord Brougham.

Cabe-nos aqui uma rápida referência a Solano Constâncio economista.

As suas principais obras desta índole constam do Quadro II (cf. n.ºs 34, 60, 62, 64, 65, 68, 70, 72, 73 e 102); e entre os autores que sobre ele se têm debruçado assinalamos na Bibliografia os n.ºs 12, 13, 14, 22, 25, 30, 43, 46, 47, 49 e 68, sendo um dos estudos mais completos de nosso conhecimento o de Maria Leonor Machado de Sousa, embora só marginalmente trate da sua faceta de economista.

Distinguiremos por motivos expositivos os estudos de economia aplicada, em que Solano Constâncio se debruçou, quer sobre a economia portuguesa (II, n.º 34 e críticas a obras de autores portugueses, como os n.ºs 60 e 68), quer estrangeira (por exemplo o artigo nos «Annaes das Sciencias, das Artes e das Letras» sobre a obra de Godwin, onde também se referem aspectos demo-económicos portugueses, etc.).

Se a obra de Solano Constâncio não oferece uma sistematicidade regular, na medida em que se dispersa por artigos, traduções, comentários críticos e análises particularizadas, nem por isso é menos significativa.

Tendo sido um dos fundadores dos «Annaes...» (*ASAL*), foi ainda um dos seus principais colaboradores, havendo até redigido o seu «discurso preliminar». Colaborou ainda noutras revistas, em especial em «O Investigador Portuguez em Inglaterra» e «O Observador Lusitano em Paris.»

Constâncio aceita as concepções económicas clássicas, afirmando expressamente que os princípios de A. Smith são válidos com algumas modificações,

excepto quanto ao comércio externo, pois somente na hipótese de não existirem rivalidades entre as nações seria válida a proposição de que «vale mais comprar barato ao estrangeiro do que fabricar caro no próprio país.»

Não é difícil discernir a raiz pequeno-burguesa das suas concepções, bem revelada quando, ao atacar Malthus e considerar em particular a controvérsia com J. B. Say a propósito da conhecida «lei dos mercados» deste último (cuja falsidade de resto só viria a ser demonstrada por Marx e reafirmada um século depois por Keynes), atribui as crises na Inglaterra à introdução do maquinismo e não às estruturas económicas do capitalismo, embora assinalasse outros factores pertinentes, como a grande concentração da propriedade fundiária na Grã-Bretanha (existirem apenas uns 30 000 proprietários); em compensação a concentração industrial inglesa seria para ele um mal não estrutural, chegando a escrever que o número de operários na Inglaterra tendia a aumentar em vez de diminuir...

Porém a identificação das suas posições ideológicas com a objectividade das relações económicas do sistema capitalista surge com nitidez no repetido ataque que desfere ao «malthusianismo», quer em artigos a propósito da obra do próprio Malthus e do seu opositor William Godwin (Cf. I, n.º 55) e ao debruçar-se sobre a discussão Say-Malthus (II, n.º 72) quer em particular ao verter para o francês a obra de Godwin (II, n.º 70), coroando esse esforço com a publicação em francês duma das obras fundamentais de T. Malthus acompanhada de diversas anotações críticas do seu punho (II, n.º 65), além doutras análises sobre o mesmo assunto (como por exemplo, II, n.ºs 64 e 73). Repudia,

com efeito, a defesa de Malthus da estrutura vigente da propriedade territorial, acusando-o de só ver as causas secundárias da miséria na Inglaterra com 1 200 000 desempregados; insurge-se contra a sua concepção acerca da dinâmica relativa da população e das subsistências, a famosa «lei de Malthus» segundo a qual aquela cresce numa proporção geométrica e as últimas apenas numa progressão aritmética. Daí também o seu ataque à posição política de Malthus (defesa do despotismo contra o regime republicano, etc.).

Revelando o fundo pequeno-burguês da sua maneira de ver — que, aliás, então era historicamente progressiva — além do seu anti-industrialismo-maquínofactor já referido, pronuncia-se contra o escravagismo e o malthusianismo. Ao aplicar as suas concepções à situação portuguesa, Solano Constâncio debruça-se sobre a necessidade de desenvolvimento agrícola, industrial e comercial e denuncia a escandalosa dominação inglesa (citando factos surpreendentes e criticando também a «justificação» oficial para o tratado de 1810). Não sendo favorável à independência política do Brasil, proclama, no entanto, que a sua independência comercial será mais vantajosa para Portugal, afirmando que as colónias não são indispensáveis à nossa prosperidade e invocando a lição da história pois, para ele, a causa da nossa decadência foram as «conquistas». Um dos aspectos mais significativos do lugar ímpar de Constâncio no pensamento económico português revela-se, sem dúvida, nas suas traduções para o francês não só das obras de Malthus e de Godwin como sobretudo na publicação da «opera magna» de David Ricardo, com a circunstância adicional (que já Amzalak notará) de ter

surgido nos escaparates apenas dois anos após a primeira edição inglesa, o que revela a acuidade da percepção do autor da primeira tradução francesa de Ricardo acerca do significado desta obra para a ciência económica.

2 — *PRINCIPAIS REPRESENTANTE DAS DIVERSAS CONCEPÇÕES ECONÓMICAS: A) JOSÉ ACÚRSIO DAS NEVES (1776-1834); B) MANUEL DE ALMEIDA (?/?); C) ANTÓNIO MAXIMINO DULAC (1786/1838); E) AGOSTINHO ALBANO DA SILVEIRA PINTO (1783/1846); F) SILVESTRE PINHEIRO FERREIRA (1769/1846)*

Do conjunto de autores da primeira metade do século XIX que agrupamos aqui, quer pela projecção global das suas personalidades, quer sobretudo pelo significado particular das suas concepções económicas destacar-se-ão provavelmente José Acúrcio das Neves, José Ferreira Borges e Silvestre Pinheiro Ferreira, seguidos talvez de Agostinho A. da Silveira Pinto, enquanto Manuel de Almeida se assinalará mais pela índole até certo ponto pioneira da sua obra (pelo menos assim considerada pelos observadores que se têm preocupado com a história do pensamento económico português): um compêndio de Economia Política apresentado em fins de 1821. A. M. Dulac conquistou o seu lugar nesta recensão devido aos seus estudos da situação económica do país logo após a Revolução de 1820. A obra de José Acúrcio das Neves, considerando-se, em particular no contexto do conjunto dos seus escritos e da sua actividade social e política, os trabalhos

que dedicou a questões económicas e histórico-económicas, representa um caso que, sendo fruto duma situação histórica específica, é no entanto extremamente sugestivo. Apenas consideraremos aqui as suas obras económicas principais (Cf. II, n.ºs 53 e 66) e quanto aos estudos que lhe foram dedicados alguns dos mais representativos (ver Bibliografia, n.ºs 18, 22, 25, 26, 28, 30, 35 e 57). Magistrado, desempenhou funções públicas como Secretário da Junta de Comércio e administrador da Real Fábrica das Sedas no Rato, de que viria a ser demitido em 1821 com o triunfo liberal. Defensor estrénuo do absolutismo miguelista, ficaram célebres as suas intervenções anti-liberais nas Cortes de 1822 e o discurso legitimista que proferiu na «Abertura dos Três Estados» em 23/6/1828, em apoio da aclamação de D. Miguel, no qual pedia o esmagamento dos partidários de D. Pedro IV, razões pelas quais Oliveira Martins o apelidou de «energúmeno sábio»¹⁶.

Política e ideologicamente anti-liberal, bateu-se paralelamente pela industrialização do país, pela introdução da maquinofactura e da energia do vapor, apoiando-se neste e noutros pontos em Adam Smith (a introdução de máquinas a longo prazo não leva ao desemprego mas ao aumento do número de trabalhadores); as dificuldades do país resolver-se-iam com a industrialização, acompanhada da remoção dos obstáculos que afligiam a agricultura (aqui manifesta-se a favor da liberdade comercial, incluindo dos intermediários, devendo ser livre a exportação de trigo, da regulamentação do morgadio, criticando por outro lado a «lei das Sesmarias»). Exalta a importância do estudo da Economia Política e pronuncia-se contra os males das ordens religiosas sem se atrever a advogar a

sua extinção. Liga o seu industrialismo às lições históricas dos surtos do tempo do Conde da Ericeira e de Pombal (Acúrsio das Neves é um acérrimo defensor do «iluminismo pombalino»), debruçando-se sobre a política económica da época de D. Maria II. Condena as «corporações de artes e ofícios» (no que também há coincidência com as posições económicas dos liberais, que as viriam a abolir após 1834) e denuncia também os malefícios dos Tratados de Methuen e de 1810.

Por seu turno nas *Variedades...*, publicadas alguns anos antes da *Memória sobre os meios de melhorar a Indústria Portuguesa...*, já acentuava algumas das suas ideias económicas básicas, apoiando-se doutrinariamente em Smith, em J. B. Say e em alguns autores menores (incluindo Herrenschwand que, curiosamente, por volta de 1820, Silva Lisboa criticaria violentamente com base na sua pobreza conceitual. Defensor do sistema colonial português, pronuncia-se porém, significativamente, a favor da liberdade empresarial, estudando mesmo a orientação a tal respeito seguida após Pombal, atacando tanto o mercantilismo como a fisiocracia. Assinala a importância primordial da indústria, defende a importância das suas relações com a agricultura (por exemplo, *Variedades*, Vol. 2.º, pp. 216-217) e chama a atenção para a necessidade do desenvolvimento da circulação monetária e da criação de bancos. É assinalável a sua observação no volume 1.º das *Variedades* (de 1817), acerca da crise inglesa de sobreprodução ao sustentar que seria passageira, que não afectaria o progresso económico e se repararia por si mesma (p. 56).

Se Acúrsio das Neves não traz nada de novo ao ligar a análise dos problemas do seu tempo à história da

actividade económico-histórica, pois tanto seus contemporâneos como autores dos séculos XVII e XVIII o haviam já feito, no entanto fá-lo com uma sistematicidade permanente, quer a propósito da indústria, quer doutras actividades, quer mesmo do sistema monetário. Outro ponto conceitualmente digno de registo é a sua afirmação de que, embora o comércio externo seja vantajoso, a primazia pertence ao comércio interno (uma tese que ainda nem hoje será devidamente entendida), como escreveu no Vol. 2.º de *Variedades*, pp. 260-3; e, como outros autores anteriores e contemporâneos, filia o atraso económico do país nos descobrimentos (idem, pp. 293-4).

Preocupado essencialmente com problemas económicos concretos, para cuja leitura interpretativa se guia sobretudo pelo pensamento clássico de Smith (embora ainda ignorando Ricardo), a obra de Acúrsio das Neves constitui também, por isso mesmo, uma fonte importantíssima para o estudo histórico-económico nacional, sobretudo quanto ao período compreendido entre finais do século XVIII e o primeiro quartel do século seguinte.

Como compreender porém as posições ideológico-políticas de Acúrsio das Neves (absolutista e acérrimo partidário de D. Miguel) em paralelo com as suas concepções económicas? É claro que mesmo que fosse politicamente, ideologicamente, liberal, nada disso colidiria com uma posição conservadora, anti-revolucionária, antes pelo contrário, conforme já se salientou. O que surpreenderá é a sua posição política legitimista, cujos interesses básicos eram os da aristocracia de origem feudal, portanto radicalmente anti-burguesa. Sob este aspecto dir-se-á que, se ao nível

da consciência ideológica Acúrsio das Neves foi um inimigo da burguesia, na perspectiva dos mecanismos histórico-económicos (e portanto, a longo prazo, das estruturas tanto económicas como políticas e mesmo ideológicas) foi um teorizador dos interesses burgueses (industrialização, liberdade comercial, fomento do mercado interno, desenvolvimento dos transportes, extinção das corporações de artes e ofícios, liquidação do domínio inglês, etc.). Eis o sentido profundo da afirmação por nós efectuada há bastantes anos de que foi um ideólogo da burguesia, um ideólogo na perspectiva histórica e «malgré lui»... Provavelmente foi o diagnóstico correcto das razões do atraso do país combinado com uma formação social e ideológica aristocrática (agravada pelas perseguições que conheceu após 1821 — um factor pessoal) que explicam esta contradição objectiva de que a pessoa de José Acúrsio das Neves constitui exemplo gritante.

Manuel de Almeida, cuja data de nascimento e data de óbito ignoramos mas que provavelmente teria nascido dentro do último quartel do século XVIII, visto ter sido provido no cargo de prior duma igreja de Portalegre em 1801, tem de ser assinalado pelo facto de, em execução do concurso aberto pelas Cortes Constitucionais de 1821 (veja-se a referência adiante na nota 2 do Apêndice) ter apresentado um *Compendio de Economia Política*, primeira parte (ver II, n.º 74). Manuel de Almeida redigiu ainda a segunda parte deste compêndio em 1823 (II, n.º 80), bem como um trabalho circunstancial em 1822 (ver II, n.º 76).

Os estudiosos da história do pensamento económico em Portugal afirmam que foi aquele o primeiro manual de economia feito em Portugal. Não é

exacto. Quer cronologicamente quer inclusive pelo nível conceitual já assinalámos outros: não só os *Princípios de Economia Política* de Silva Lisboa (1804), como a *Economia Política* do anónimo mercador de Lisboa, que se auto-afirma datada de 1795 (e confirmado por passagens do texto), embora publicada no mesmo ano do *Compêndio* do Padre Manuel de Almeida, oferecem uma exposição orientada sistematicamente, sendo também dum nível teórico-conceitual muito superior.

Embora ainda sob a influência de Smith (mais uma vez, porém, não se detecta ainda qualquer influência de Ricardo, que já um ano antes Constâncio havia traduzido para o francês), afirma naturalmente princípios económicos liberais, como a liberdade comercial, mas limitada, e a importância básica do comércio interno, de facto indispensável ao lançamento da indústria capitalista. Recuando em confronto com Acúrsio das Neves, defende uma introdução limitada de maquinismos. Modificando muitas das concepções económicas smitheanas, introduz maneiras de ver doutros autores de nível conceitual muito inferior, desde o próprio Say a Herrenschwand. Resulta assim um «molho conceitual eclético», agravado pela forma da exposição, que nos aparece escolasticamente dividida por parágrafos, escólios, corolários, em que a forma asfixia a relação de desenvolvimento interno dos princípios expostos, conforme se apercebera José Frederico Laranjo (sobre este autor vejam-se na bibliografia os n.ºs 2, 22, 25, 35 e 60).

António Maximino Dulac, funcionário público superior e liberal entusiasta, publicou no próprio ano de 1820 um estudo em dois volumes sobre a situação económica portuguesa (ver II, n.º 67) a que juntou

poucos anos depois um complemento (II, n.º 81), tendo ainda redigido um opúsculo em 1827 (II, n.º 82). Sem a profundidade e a informação teóricas dos autores já referidos, embora citando Quesnay, Say, Young, Sismondi, o Conde de Chaptal, Montesquieu e o próprio Smith, o seu esforço volta-se para a denúncia das dificuldades do país. Paladino da manutenção colonial do Brasil, aponta o peso brutal dos encargos feudais e tributários que incidiam sobre a agricultura, as pescas e o comércio externo. Nas suas análises apoia-se sobretudo em Smith. Na obra de 1826 (II, n.º 81), propõe como grande solução dos problemas nacionais a criação dum porto franco em Lisboa.

José Ferreira Borges, conhecido jurisconsulto e liberal, um dos responsáveis pela Revolução de 1820, debruçou-se também sobre questões económicas e financeiras. Das três obras destes géneros destacaremos o pequeno volume de 43 páginas dedicado ao estudo do problema do Banco de Lisboa (II, n.º 83), e sobretudo as suas *Instituições de Economia Política* (II, n.º 89), já que os *Princípios de Syntelogia* (II, n.º 87), são um estudo essencialmente de finanças públicas, embora contendo importantes dados de informação quantitativa de grande relevância para o conhecimento da vida económica portuguesa até 1834. Dos estudos dedicados à obra económica e financeira do autor do *Código Comercial* incluímos na Bibliografia os que vão sob os n.ºs 22, 25, 35 e 63.

Reafirmando as críticas ao mercantilismo e à fisiocracia dos seus predecessores imediatos e dos seus contemporâneos proclama-se seguidor de Smith, citando mesmo por vezes Ricardo. A primeira parte

das *Instituições* é um resumo quase total da obra de Storch, seguindo também Rau, que o traduziu do russo para o alemão (ver Quadro I, n.ºs 76, 105 e 115) na sua «teoria da riqueza», ao passo que na «teoria da civilização» já se afasta de Storch. Porém o mais significativo é que Ferreira Borges representa já um abandono radical das concepções básicas da Economia Clássica, posto aceite um ou outro dos seus princípios. A pedra de toque é a teoria do valor de troca: para o autor das *Instituições* ele é determinado pela procura (repudiando a teoria de Smith) enquanto os preços resultam da acção da lei da oferta e da procura (pp. 18-33 e 38-41). E é claro que, apesar de referir Ricardo, está dele muito longe, ainda que aceite certas concepções (por exemplo, a renda é determinada pelo rendimento nas terras mais férteis, a «renda diferencial», pp. 121 e ss.). Outras curiosas concepções do autor: o capital é originado pela «economia» e não pela indústria (p. 91), uma concepção de «riqueza» (que é a de Storch) contra a de Say (p. 83), antecipando o conceito de «produto nacional» (o «rédito nacional», pp. 138 e ss.), ao mesmo tempo que reduz, por uma tendência de identificação naturalista do económico que aparece também noutros autores, as leis económicas a leis naturais, fixas e invariáveis historicamente, considerando a economia política a ciência que estuda a produção e consumo dos objectos (p. XXVIII).

Agostinho Albano da Silveira Pinto, abreviadamente Albano Pinto, personagem multiforme, médico, professor de agricultura, político, estudioso de finanças, economista, gramático, mereceu críticas nada meigas das correntes políticas à

esquerda da sua posição: «Medico, Philosopho, Literatto, Politico, Financeiro, Economista, Poeta, Guerreiro, Legislador, Alto, gordo e rubicundo, escreveu uma Economia Politica, e copiou do *Examinador* alguns artigos sobre finanças, que não inquietaram a sciencia... », escreveu-se com certo exagero no *Diccionario Biógrafo-Político* (Bibliografia, n.º 80, pp. 1 e 3).

No que respeita à economia, Albano Pinto proferiu uma série de lições em Junho/Julho de 1837 que depois fez publicar (Cf. II, n.º 92), além de intervenções sobre questões económicas concretas quando deputado (por exemplo, 11, n.º 98). Redigiu ainda diversos trabalhos sobre finanças que, embora interessando ao estudo da realidade económica portuguesa, como sucede com muitos outros estudiosos seus contemporâneos e posteriores, excluimos aqui, visto situarem-se à margem do campo disciplinar estrito da economia, mesmo aplicada ¹⁷.

As suas *Prelecções Preliminares* encontram-se já conceitualmente na fase de decadência, na medida em que, representando por um lado um abandono dos conceitos básicos de Smith e de Ricardo, por outro lado misturam as concepções dos mais variados economistas e erguem-se como um autêntico monstro lógico-teórico. Embora criticando a fisiocracia (prelecções 4.^a e 5.^a), afirma porém que a ciência económica teria sido fundada pelo «pensador Quesnay, verdadeiramente entendida pelo profundo A. Smith, amplamente desenvolvida pelo ilustre Say; corrigida e ilustrada por Storch e Sismondi, Ganilh e outros sábios...» (*sic*, p. 45). Proclamando a importância da Economia Política — «braço direito do

Governo Constitucional» — é curiosa a justificação que adopta para seguir as *Instituições* de José Ferreira Borges, dizendo que as obras de J. J. Rodrigues de Brito e de Silva Lisboa (*Os Princípios...*, de 1804 e os *Estudos do Bem-Comum...*) não são didácticos, mencionando ainda de passagem os estudos aplicados de Acúrsio das Neves e de A. M. Dulac; considera a obra de José Lineu Jordão inferior, reservando alguns elogios para o livro do médico José Pereira Barbosa publicado em 1822 (Cf. II, n.º 75). Pode ajuizar-se do seu eclectismo conceitualmente aconflitual à custa do entrosamento teórico-sistemático, recordando que, a par de críticas à fisiocracia e ao mercantilismo, defende a liberdade de comércio e aceita que o «trabalho é o manancial da riqueza» (e a Economia Política para Agostinho Albano tem por objectivo indagar a formação da riqueza e a sua distribuição). Proclama, no entanto, que o valor é determinado: 1.º pela utilidade; 2.º pelos limites da quantidade; e 3.º pela faculdade das trocas. Debruça-se depois sobre utilidade e raridade para, ao tratar a teoria do valor, relacionar esta categoria com a oferta e a procura.

Silvestre Pinheiro Ferreira constitui outro exemplo do intelectual multifacético ligado à vida social e política do seu tempo, levando-o a debruçar-se também sobre a economia. Jurista, político, professor de filosofia na Universidade de Coimbra, filólogo e gramático, mutualista e preocupado com os problemas da previdência e dos socorros mútuos, escreveu trabalhos sobre todas estas matérias, deixando ainda outros inéditos. Como outros seus contemporâneos, ou pertencentes à geração imediatamente anterior, Silvestre Pinheiro Ferreira

viu-se obrigado a emigrar, o que aconteceu em 1797, com cerca de 28 anos, tendo passado então cerca de 13 anos no estrangeiro. Fixando-se no país entre os 40 e os 52 anos de idade, voltaria à emigração, lá se conservando à volta de 20 anos, para regressar com 72 anos e falecendo 5 anos depois. Mesmo neste período, à semelhança do que sucedera com Solano Constâncio, recusou assumir o lugar de deputado para que fora eleito (em 1837 e 1838).

Excluímos da análise as obras que, embora ligadas ou em que transpiram as suas concepções económicas, no entanto escapam directamente a este domínio, como, por exemplo, a referida no Quadro II, n.º 99, embora constituindo um dos seus estudos mais significativos. Assinalámos por isso os seus principais trabalhos económicos do nosso conhecimento (II, n.ºs 95, 96, 97, 105, 106 e 109).

Existindo vários estudos sobre este autor, são todavia escassos os que se referem à sua obra económica (ver na Bibliografia os n.ºs 21, 45 e 72, o primeiro aliás de índole bibliográfica)¹⁸.

Silvestre Pinheiro Ferreira revela, a par de penetrantes observações pontuais ou mesmo de concepções argutas, uma visão geral da actividade económica que se encontra já substancialmente afastada da teorização clássica, posto dela ainda se reclame. O seu primeiro estudo económico do nosso conhecimento, *Importância da Economia Política* (no «Jornal da Sociedade dos Amigos das Letras», n.º 1, de Abril de 1836), contém em embrião algumas das suas concepções posteriores, avançando com algumas ideias dignas de registo: a economia política é importante pois, além doutros aspectos, permite

explicar muitos acontecimentos históricos, o que representa como que uma pré-visão rudimentar do materialismo histórico. Algumas linhas adiante escreve que «não há física antes de Newton como não há economia antes de A. Smith», como que uma precência do «corte epistemológico» nesta disciplina, posto só o justifique com a sistematicidade e o rigor da sua análise; critica a fisiocracia embora ressalte a grande descoberta de Quesnay de que a riqueza consiste nos artigos de consumo e ataca, aqui como depois, o mercantilismo.

É assinalável, porém, que por um lado não compreenda Ricardo e que por outro, afirme nesse texto que, embora a economia se tenha desenvolvido após Smith, os fundamentos permaneçam os do autor de *A Riqueza das Nações*. Todavia, abandona-os depois. As obras que redigiu em Paris, destinadas a cursos, não merecerão atenção especial na medida em que o próprio autor esclarece que segue McCulloch por razões didáticas, simplificando e precisando as suas definições. A sua obra económica básica é por certo o *Précis* (II, n.º 97), destinado ao ensino nas escolas preparatórias. Sustenta que o valor e a sua variação dependem de 4 elementos (a utilidade para o comprador e o vendedor, os preços que lhe atribuem ambos, o preço de custo e o preço corrente (pp. 39-41). O salário depende dos «empregadores», mas na indústria pode ser favorecido pela divisão do trabalho; a lei económica é imposta pelos proprietários, capitalistas e empresários (p. 153); a renda é igual ao juro mais o pagamento do trabalho de vigilância (p. 47); estuda com largueza a divisão do trabalho e descreve o sistema monetário, para depois impugnar a

teoria da renda diferencial de Ricardo, ao passo que, numa das notas finais, fazendo o elogio de Malthus como economista, nega a sua conhecida «lei». Nos artigos publicados em 1842 no *Pantólogo* (de que só conhecemos os dois primeiros), (ver II, n.º 105), diz curiosamente que todas as nações devem começar por estabelecer a agricultura e minas mas que, quanto às indústrias, se deve defender a liberdade, de forma que a concorrência seja livre, deixando-se entrar os produtos mesmo das indústrias que não suportam a concorrência estrangeira, via para levar ao progresso industrial interno, isto a despeito de a experiência do nosso país não demonstrar tal tese. Mas é essa a concepção de Pinheiro Ferreira acerca da divisão do trabalho e respectiva especialização internacionais... No artigo que publicou na «Revolução de Setembro» no ano em que viria a falecer, Silvestre Pinheiro Ferreira aconselha os proprietários a fundar bancos provinciais (II, n.º 109).

Neste balanço de posições contraditórias, em que predomina claramente o abandono das teses teóricas axiais recebidas da economia clássica, ressalva-se o esforço de Silvestre Pinheiro Ferreira para centralizar as suas preocupações na distribuição dos bens económicos. E, embora sem mesmo aqui lograr atingir um nível aceitável — por exemplo as suas teorias do salário e da renda — mantém-se fiel à tradição dos fundadores da ciência económica: não escreveu Ricardo em carta dirigida a Malthus que a economia não investiga a natureza e a causa da riqueza mas as leis que determinam a divisão do produto da indústria entre as classes que concorrem para a sua formação?

3 — OUTROS AUTORES

Agrupamos, por fim, uma série de autores de significado muito variável sob o ponto de vista doutrinal que publicaram os seus trabalhos sensivelmente dentro do período cronológico que consideramos aqui (a primeira metade do século XIX), mas que, duma maneira geral, não atingem o nível sistemático dos anteriores ou nos quais por vezes é patente a passagem dum esforço de leitura objectiva dos fenómenos económicos, mesmo anti-científica, para uma mera verosimilhança retórica de raiz exclusivamente ideológica.

O primeiro que referiremos é Adrião Forjaz de Sampaio, abreviadamente Adrião Forjaz (1810-1874). O mais significativo deste autor é que foi o primeiro professor de economia na Universidade de Coimbra, onde preleccionou de 1836 até 1871 (Cf., da sua bibliografia, a que assinalámos em II, n.ºs 94, 101, 118 e 129 e, quanto a estudos sobre este autor, Bibliografia, n.ºs 22, 25, 30, 31 e 35, destacando-se o trabalho de Paulo Mereia que, embora imbuído do espírito «corporativo-universitário», fornece uma indicação bio-bibliográfica desenvolvida, embora faltem diversos artigos, em especial publicados em «O Instituto», de que destacamos o trabalho inserto no n.º 1, 1853, pp. 255-260).

Os seus primeiros *Elementos de Economia Política* eram fundamentalmente um resumo do *Catecismo* de

Say (I, n.º 74). Publicados em Coimbra (1837), a reedição de 1841 assenta na obra de K. H. Rau (vide I, n.º 115), em versão francesa, combinada com Say, Droz, Storch, Mill. Nas suas obras posteriores verifica-se uma evolução no sentido duma «ideologização» progressiva da visão do económico que vai buscar a Villeneuve-Bargemont (I, n.º 149).

Apenas para se formar uma ideia do nível doutrinal de Adrião Forjaz recordar-se-á que, tomando por exemplo os *Elementos de Economia Política* de 1841, se verifica que a bibliografia em que declara apoiar-se exclui Smith e Ricardo; entre os portugueses indica Pinheiro Ferreira, Agostinho A. da Silveira Pinto e António de Oliveira Marreca. Começa por definir a economia política como a disciplina que «trata das leis gerais da natureza que determinam os fenómenos económicos» (pp. 8-9), abrangendo a economia, a produção, a distribuição e o consumo, e considera ainda a circulação, que para o autor «pode ser verdadeira e pode ser postiça ou falsa» (p. 45); que o comércio interno é directamente produtivo da fortuna individual, ao passo que o comércio externo é directamente produtivo para a nação (pp. 22-23). Pronuncia-se pela liberdade económica temperada por uma protecção moderada à indústria e evolui doutrinariamente para um «moralismo-filantropico», ao mesmo tempo que na parte final da sua vida, naturalmente, combate as doutrinas socialistas. Ao verificarmos, por exemplo, estas concepções sobre o comércio, observarmos a distância abismal a que se encontram do anónimo que referimos no capítulo precedente que, em 1794, afirmava que sendo o

comércio indispensável às sociedades todavia não era economicamente produtivo (II, n.º 27).

Outro estudo que importa registar é o do médico J. P. D. Barbosa, publicado em 1822 (II, n.º 75) e que, como vimos, Agostinho A. da Silveira Pinto conhecia e elogiou nas suas *Prelecções*. Organizado sob a forma dum vocabulário, afirma que o trabalho produz o valor e que o capital não consiste nos próprios objectos mas sim no seu valor, o que dá uma ideia do nível doutrinal digno de registo deste autor.

Outro médico, que foi professor de medicina na Universidade de Coimbra e que se dedicou à economia, entre vários assuntos (desde os da sua especialidade ou com ela relacionados, passando pelos agronómicos a questões políticas) foi Francisco Soares Franco (1772-1844). Se o seu *Dicionário da Agricultura*, em 5 volumes (1804-1805-1806), é de índole tecnológica, redigiu no entanto vários cadernos entre 1820 e 1821 sobre questões económicas (*Ensaios sobre os melhoramentos de Portugal e do Brasil*, Lisboa). Embora proclamando as suas esperanças na colónia do Brasil a dois anos da independência, por outro lado critica o peso dos encargos feudais, propondo a redução da dízima eclesiástica; denuncia a dominação inglesa, afirma a necessidade de desenvolver as actividades agrícolas e industriais e vê como um dos grandes meios para a prosperidade do país o aumento da sua população. Escreveu também, em 1822, um texto sobre a redução dos forais.

João Lineu Jordão, que foi professor do Colégio Militar e faleceu em 1854, redigiu um manual de economia (II, n.º 88), além dum livro dedicado também a estas questões: *Sessões Polémicas*. Afirma que

o valor é a representação do trabalho e que com outros aspectos se combina para determinar o preço, pressupondo o valor das coisas que tenham utilidade (pp. 12-17); critica a opinião de Smith de que «o dinheiro separado de toda a espécie de relação é um capital circulante» (pp. 198-9); defende a introdução de máquinas, que fazem baixar os custos de produção não levando ao desemprego, mas ao referir-se à escravidão limita-se a afirmar que os negros são vendidos pelos seus parentes e superiores devido ao estado de necessidade em que se encontram.

Recordemos ainda, de passagem, o interesse económico-prático dos estudos de Marino Miguel Franzini (1779-1861), oficial do exército que, entre outros assuntos, se debruçou sobre questões estatísticas, em especial demográfico-económicas, sendo digno de registo a sua tentativa *Considerações acerca da renda total da Nação Portuguesa e sua distribuição por classes*, na «Revista Universal Lisbonense, n.º 24, 1843.

José Estêvão Coelho de Magalhães, o conhecido político e orador liberal, foi durante quatro anos professor de economia na Escola Politécnica de Lisboa (entre 1840 e 1844). Às lições orais de José Estêvão (1809-1862) se referem os seus biógrafos como o assinalado no Quadro II, n.º 100, transcrevendo trechos das lições que o célebre dirigente liberal teria redigido encontrando-se no seu espólio. Ao seu curso da Escola Politécnica fez também referência J. J. Rodrigues de Freitas (ver Bibliografia, n.º 23).

Não se podem deixar de recordar, também, trabalhos diversos e variados como a tradução de

Smith devida a Bento da Silva Lisboa, filho de José da Silva Lisboa (II, n.º 45), os comentários ao mesmo autor da autoria de Cláudio Manuel da Costa, o poeta que tomou parte na «Inconfidência Mineira» e se viria a suicidar na prisão (1728-1792), mas cujo original se encontra perdido (Cf. a referência, Bibliografia, n.º 44, pp. 42-43).

O estudo de José Anastácio Falcão (II, n.º 86), sendo predominantemente histórico e histórico-económico também deixa transpirar, naturalmente, um conjunto de concepções doutrinárias sobre a actividade económica em diversos dos seus aspectos fundamentais.

Há ainda estudos económicos publicados anonimamente neste período, além dos já referidos, como o opúsculo de «um negociante português» sobre questões políticas e económicas concretas (II, n.º 91) ou alguns dos artigos insertos nos «Novos Annaes das Sciencias, das Artes e das Letras», em particular o estudo crítico da obra de Sismondi, nos volumes 2.º 3.º e 4.º de 1827 (II, n.º 84).

Também o conhecido político liberal moderado e um dos responsáveis pela «Regeneração», isto é, pela estabilização económica e política da dominação burguesa após 1820, Rodrigo da Fonseca Magalhães (1787-1858), teria publicado em Londres (e em Paris no ano de 1829) um resumo de McCulloch (*Princípios de Economia Política de Mac Culloch, reduzidos a compêndio*).

Lembraremos, por fim, textos variados da autoria de políticos, quer em relatórios de diplomas legais quer em declarações na Câmara dos Deputados quer noutros tipos de intervenção, em que vêm à superfície as suas concepções económicas, por via de

regra ligadas a preocupações político-económicas imediatas, como sucede com homens como Manuel da Silva Passos (Passos Manuel, 1801-1862). José Xavier Mouzinho da Silveira é especialmente significativo no plano estritamente doutrinal, o único que aqui consideramos, na medida em que se as suas concepções aparecem essencialmente expressas nos relatórios dos decretos que redigiu entre 1832 e 1834¹⁹.

Estas referências — em que mais uma vez frisamos excluir trabalhos de índoles afins da economia como sucede em particular com os estudos financeiros, além doutros (por exemplo — somente um exemplo — António de Saldanha da Gama, *Memoria sobre as colónias de Portugal situadas na costa occidental d’Africa*, 1839, Paris) — são meramente indicativas. Não poderíamos naturalmente deixar de insistir no facto de não haver a preocupação de se ser exaustivo nesta recensão.

IV / PRINCIPAIS EXPRESSÕES
DO PENSAMENTO
ECONÓMICO PÓS-CLÁSSICO
EM PORTUGAL

1 — *PROGRESSIVO ALARGAMENTO DO FOSSO
ENTRE A ESTRUTURA DOUTRINAL DOS
ESTUDOS ECONÓMICOS E AS SUAS BASES A
PARTIR DA SEGUNDA METADE DO SÉCULO
XIX*

A um vivo interesse do conjunto dos trabalhos económicos produzidos ao longo da segunda metade do século XIX, fundamentalmente pelo facto de se debruçarem sobre problemas portugueses, ministrando por isso informações de grande interesse, e também pelas próprias indicações que contêm sobre outros aspectos da sociedade portuguesa, nomeadamente acerca das ideologias e das mentalidades, não corresponde, com uma ou outra excepção como é óbvio, um paralelo interesse doutrinal sob a óptica do seu nível teórico-estrutural. Duma maneira geral, o que acontece efectivamente é que vão predominando as concepções empírico-imediatizantes acerca dos fenómenos económicos, com o afloramento, aqui ou ali, duma tentativa de interpretação que consegue perfurar pontualmente a enganadora aparência das relações económicas.

Limitar-nos-emos por isso a radiografar e a cinematizar muito rapidamente os representantes desse doutrinário, paredes-meias com uma orientação que pouco poderá ultrapassar uma mera recensão visto o espaço disponível não permitir outra orientação.

a) *António de Oliveira Marreca (1805-1889)*

Oliveira Marreca, talvez um dos últimos representantes das correntes doutrinárias que se afirmaram nos primeiros quatro decénios do século de Oitocentos e, como outros representantes, centro de preocupações múltiplas, ligando também a sua actividade intelectual a uma intervenção social prática, foi simultaneamente romancista, economista, político da ala esquerda do liberalismo e mesmo precursor dum republicanismo genérico, embora o não tivesse proclamado expressamente. As suas obras económicas vão assinaladas no Quadro II sob os números 90, 93, 103 e 111, incluindo-se ainda o artigo que dedicou a questões histórico-económicas sob o n.º 121.

Elogiado por Alexandre Herculano no prefácio das *Lendas e Narrativas*, chamou-lhe «muito ilustrado nas ciências económicas políticas» o *Dicionário Biógrafo-Político* (Bibliografia, n.º 80, onde se encontram referências a outras análises à sua obra económica: n.ºs 22, 23, 35, 50 e 55).

No conjunto dos seus trabalhos económicos, sobretudo no compêndio do curso que regeu na Associação Mercantil de Lisboa, de 1838, no *Relatório Geral do Jurado da Exposição Industrial de 1849* (que

certamente é da sua autoria) e nos artigos escritos no «Panorama» revela-se defensor dum livre-cambismo oscilante mas mitigado e da formação duma classe média rural pelo predomínio da pequena e média propriedades, sublinhando o interesse da pequena e média indústrias, ao afirmar não existir apenas aquela dúzia de «grandes indústrias» que menciona nas *Noções Elementares* (II, n.ºs 93, pp. 13-14), o que é demonstrativo da raiz social da sua ideologia. Proclamando-se discípulo de Smith, de Say e de Ricardo, no entanto a influência do segundo é nítida, ao mesmo tempo que a sua filiação ricardiana se afirma em aspectos teóricos como o interesse pela distribuição económica e a aceitação genérica da teoria dos custos comparados no comércio internacional (aliás, base conceitual do seu livre-cambismo de fundo). Em contrapartida a influência de Say nas suas manifestações empírico-imediatizantes revela-se, por exemplo, ao proclamar que só tem valor o que é permutável e que a utilidade é a base única do valor de troca (idem, p. 5). Ao mesmo tempo — e por outro lado — critica as chamadas «leis» de Malthus sobre a população e advoga a introdução de maquinismos, elemento do seu projecto de industrialização necessária do país.

Oliveira Marreca elaborou ainda um *Parecer e Memória sobre um projecto de Estatística* (1853), a partir da proposta apresentada neste sentido por Alexandre Herculano na Academia das Ciências.

b) *José Joaquim Rodrigues de Freitas (1840-1896)*

José Joaquim Rodrigues de Freitas: engenheiro, professor de Comércio e de Economia Política na Academia Politécnica, provido definitivamente nessas disciplinas em 1867, primeiro deputado republicano em 1870 e 1874, homem de inegável coerência intelectual e cívica e de elevado apuro moral, temos porém de analisar a sua obra na sua real expressão teórica, como a de qualquer outro autor. E, das suas publicações, aquelas em que essas concepções melhor transparecem são, sem dúvida, os estudos publicados em 1883 e 1889 (vejam-se, no Quadro II, n.ºs 133, 142, 144, 147 e 154, bem como na Bibliografia os estudos sobre este economista alinhados sob os números 22, 35, 36 e 51) ²⁰.

As outras obras que assinalámos assumem particular interesse para o estudo da realidade económica portuguesa da época (sobretudo II, n.º 133) bem como para a análise da crise financeira e bancária de 1876 (II, n.ºs 144 e 147), tanto na perspectiva descritiva como na observação das razões que, segundo o autor, estiveram na sua génese.

O que se combina neste autor é um notável discernimento conceitual relativamente a alguns fenómenos da vida económica combinado com um muro imposto pela sua formação ideológica que, por um lado, implica uma quebra flagrante na capacidade de retirar das observações pertinentes as devidas consequências lógico-doutrinárias e que, por outro, o impelem para certas posições intelectuais que chegam a ser surpreendentes, revelando a força avassaladora do ideologismo burguês-republicano de que foi, de resto, uma expressão histórica altamente

representativa. Quere-se a demonstração? Seja em poucas linhas.

A pertinência da sua análise introdutória da economia, focando o próprio processo de hominização e o seu significado decisivo (II, n.º 147, pp. 1-33 e 78-79); a afirmação de que o valor provém do trabalho (id., pp. 15-16); as vantagens da maquinofactura e do progresso industrial, da divisão do trabalho (p. 49-53); o progresso económico centrado no avanço tecnológico, com a redução do valor dos produtos (pp. 121-2); a notável crítica à lei dos rendimentos decrescentes na formulação de Stuart Mill (pp. 138-149); e a crítica à «lei da população» de Malthus, tanto no livro *Os princípios de Economia Política*, como na análise da obra de Oliveira Marreca.

Limita esta estrutura conceitual o seu liberalismo económico, combinado com a defesa duma intervenção do Estado posta cuidadosamente ao serviço do livre jogo das leis económicas, levando-o a acusar a Associação Comercial do Porto de assumir posições socialistas e comunistas ao propor ao Governo apoio para a absorção do desemprego por meio de obras públicas e de subsídios aos empresários a fim de evitar os despedimentos devido às perturbações sociais daí decorrentes (II, n.º 144, pp. 103-4). O seu anti-socialismo implacável levou-o, aliás, independentemente desta posição ideológica, a defender concepções dum anacronismo extremo. Para se não ser mais rude, basta ler *A Revolução Social — Análise das Doutrinas da Associação Internacional dos Trabalhadores*. Foi esse mesmo doutrinalismo político-ideológico que o conduziu a criticar Bastiat

no confronto com Smith, não ultrapassando, porém, essas opções sem demonstrar a sua base teórica (II, n.º 154, pp. 366-7).

c) *Joaquim Pedro de Oliveira Martins (1845-1894)*

Dotado dum imenso talento pessoal e duma capacidade de trabalho invulgar, Oliveira Martins não só combinou uma variada actividade social prática, em especial na sua expressão mais concentrada, a política (chegou a ser deputado e ministro) com uma vasta obra, como ainda essa obra se revelou variadíssima, indo da história a outras ciências sociais como a Anespecial na sua expressão mais concentrada, a política, em inquéritos ou análises sociais e económicas concretas. Pôde ainda reservar, nesta curta mas intensa vida (Oliveira Martins faleceu com menos de 50 anos de idade), uma parte substancial das suas energias aos estudos económicos. Indicamos os mais relevantes sob a nossa perspectiva (excluimos análises de tipo estatístico ou os estudos de índole político-social, em especial os que dedicou a questões do socialismo que não cabem nesta análise) no Quadro II, n.ºs 145, 146, 149, 151 e 152; e, sob o n.º 138, um dos seus estudos que escapa ao nosso critério estrito de selecção. Se a bibliografia sobre este vulto cimeiro da cultura portuguesa da parte final do século passado é abundantíssima, escasseiam, porém, trabalhos que se debrucem sobre o seu pensamento económico; na Bibliografia indicamos, duma maneira geral, três estudos, os n.ºs 22, 79, 81, não sendo o n.º

40 propriamente desta índole, mas podendo adicionar-se a análise que no prefácio à colectânea dos seus estudos dispersos desta índole, sob o título *Economia e Finanças* (Lisboa, 1956), A. Marques Guedes redigiu.

Concentrando, no entanto, a nossa atenção nas suas concepções económicas, que brotaram nesta explosão dum talento derramado de maneira tão acentuadamente multímota, o que é que se poderá acentuar em meia dúzia de linhas?

Uma primeira observação consiste em sublinhar que Oliveira Martins não elaborou estudos abstractos sobre os princípios económicos e que, muito embora possuindo-os, os exprimiu fundamentalmente através de análises de aspectos económicos concretos centrados sobre a sua própria pátria, utilizando porém amiúde o método comparativo ao destacar o que sucedia noutras economias. Outro traço saliente reside no predomínio de preocupações com as questões monetárias, bancárias e financeiras, fruto da realidade imediata do seu tempo, levando-o em particular a debruçar-se sobre as crises financeiro-especulativas de 1846 e de 1876, sobre cuja etiologia directa deixou penetrantes observações, bem como sobre algumas grandes questões económicas e sociais, tais como o problema agrário (o seu «Projecto de lei de fomento rural» é disso um exemplo), a questão da emigração, que tomou em vários estudos (como, por exemplo, em II, n.º 149, pp. 126 e ss.), o desequilíbrio da balança comercial, etc., etc. Daí que a sua obra constitua uma fonte de consulta obrigatória para qualquer estudioso da economia portuguesa do seu tempo.

Confessando-se, *ipsis verbis*, «socialista catedrático» (por ex., II, 149, p. 83), pelo menos quanto ao processo político, avança uma ideologia que essa expressão infeliz forjada além fronteiras no entanto confunde, visto tratar-se duma corrente doutrinal que nada tem de socialista, antes se orientando para uma intervenção limitada no livre jogo do processo económico espontâneo regido pelas leis do mercado e da propriedade privada dos meios de produção.

Nesta realidade nacional que era a sua, em que se combinavam um capitalismo incipiente e atrasado sujeito à dominância dum sistema capitalista mundial que preparava a sua transição da livre-concorrência ao aparecimento dos grandes monopólios e sua planetarização, devido à constituição do sistema colonial mundial, entrecruzava-se uma ideologia que não podia rejeitar os quadros axiais do sistema, visionando a sua reforma imaginária — sinal certo da sua índole ideológica. Oliveira Martins sofreu, aliás, este drama como muitos dos seus contemporâneos, que viveram as mais variadas dimensões da actividade intelectual e estética.

No plano teórico-económico podemos antever algumas das principais limitações estruturais do seu pensamento. Sendo-lhe por um lado impossível captar a índole teórica do sistema económico marxista, posto conhecesse o nome de Karl Marx, será suficiente registar a concepção superficial e imediatizante de que a circulação constituiria o ponto nodal da economia (II, n.º 146, p. 6), perspectiva errónea que vai aplicar à interpretação de variados problemas, como os monetários e bancários e à

tentativa de explicação das crises cíclicas de sobreprodução (vê-as como mera expressão de fenómenos passados na esfera da circulação, *idem*, pp. 56-59). Não surpreende, assim, que seja levado a criticar Stuart Mill, entendendo que as crises não são inerentes ao sistema económico em que se produzem (*passim*, p. 66). Ao debruçar-se sobre a índole da moeda afirma que o valor resulta duma relação constantemente variável, não se pronunciando, porém, sobre as respectivas determinantes de forma clara e explícita. Não surpreende, por isso, que pudesse avançar também uma previsão que a realidade do século seguinte viria a desmentir cabalmente, quando escreveu não poder existir circulação total de papel-moeda... (*idem*, pp. 19-20), o que só poderia ser exacto dentro dum condicionalismo concreto particular mas não numa perspectiva histórica a longo prazo, mesmo dentro de qualquer sistema em que «a moeda seja mercadoria».

Se o grande talento de Oliveira Martins não o fez cair numa interpretação do sistema económico identificado com a mera verosimilhança retórica que vamos encontrar em autores menores, o certo é que as suas limitações sociais e ideológicas, permitindo avançar penetrantes observações e diagnósticos sectoriais e pontuais concretos, no entanto não tornaram possível que penetrasse, em regra, para além de representações dominadas pela verosimilhança das relações económicas aparentes, ideologicamente interpretadas.

2 — ENFRAQUECIMENTO DOS SUPORTES
CONCEITUAIS E A ACENTUAÇÃO DO
HIBRIDISMO DOUTRINAL: CARLOS MORATO
ROMA (1797/1871), LUÍS DE ALMEIDA
ALBUQUERQUE (N 1816), JOSÉ FREDERICO
LARANJO (1846/1910), J.F. MARNOCO E SOUSA
(1869/1916), AUGUSTO MARIA FUSCHINI
(1846/1911), ALEXANDRE HERCULANO
(1810/1877), F.J. TEIXEIRA BASTOS
(1856/1901), LUCIANO CORDEIRO (LUCIANO
BATISTA DE SOUSA CORDEIRO, 1844/1900),
FRANCISCO LUÍS GOMES (1829/1869), LUÍS
AUGUSTO REBELO DA SILVA (1821/1871)

Numa breve recensão, temos, pelo menos, de chamar a atenção para uma série de autores, muito embora situando-se em quadros histórico-doutrinários diversos e sem um denominador comum quanto à índole da sua abordagem dos fenómenos económicos. Por certo que o caso de José Frederico Laranjo, professor universitário de economia, é muito diferente do caso de Alexandre Herculano que, não se debruçando especificamente sobre esta realidade social, no entanto, por preocupações cívicas e políticas, revela um claro doutrinário ao propor diversas medidas para a sua colectividade — afirmação semelhante se podendo, inclusive, avançar a propósito de Almeida Garrett, como já houve quem sublinhasse (Bibliografia, n.º 27).

Carlos Morato Roma, com intensa actividade social, alto funcionário, deputado, membro dos primeiros conselhos de administração do Banco de Lisboa, interveio como jornalista e deputado em

numerosas questões económicas e financeiras, sendo um representante do burguês enriquecido com a compra dos bens confiscados pelo liberalismo às congregações religiosas e ligando a propriedade fundiária à actividade capitalista bancária. Além de numerosas intervenções sobre problemas financeiros na Câmara dos Deputados escreveu duas memórias sobre as suas concepções (*Opiniões do Deputado Roma sobre as Finanças de Portugal*, 1841) e publicou um estudo sobre a moeda (II, n.º 130), que depois fez editar em francês. Colaborou também em jornais com numerosos artigos. Debruçou-se, à semelhança de muitos estudiosos do seu tempo, sobre questões económico-financeiras, defendendo o monetarismo do ouro como base do sistema europeu. É digno de nota que considerasse o valor do ouro e da prata determinado pelas jornadas de trabalho necessárias à sua produção (II, n.º 130, pp. 70-3 e 92-93).

Luís de Almeida e Albuquerque, jurista e jornalista, fundador do «Jornal do Comércio» e professor de Economia no Instituto Industrial e Comercial e da 10.^a cadeira da Escola Politécnica, em Lisboa, redigiu um compêndio, *Noções Elementares de Economia Política*, 1885, com muito pouco interesse, mesmo pedagógico (II, n.º 150).

José Frederico Laranjo, professor de Economia na Universidade de Coimbra após 1878, além de ter elaborado uma história das doutrinas económicas em Portugal publicada em sucessivos números de «O Instituto», que já referimos várias vezes (Bibliografia, n.ºs 22 e 25), foi fundamentalmente um estudioso da economia, e um polígrafo variado. Em livros, opúsculos e artigos escreveu sobre direito, política e outras

questões, tendo publicado, inclusive, um livro de poemas na juventude. Da sua obra económica (pondo de lado estudos sobre finanças e questões económico-sociais concretas, como a *Teoria Geral da Emigração*, 1878 e *O Banco Emissor*, 1887), destacamos os *Princípios...* (II, n.º 156), além da história do pensamento económico já referida. Mas, preocupado com questões sociais e pedagógicas, quer como deputado quer na acção pessoal procurou agir de harmonia com os seus princípios (veja-se o estudo na Bibliografia, n.º 22 e ainda o artigo de J. Tengarrinha no *Dicionário de Economia*). Influenciado pelo positivismo, procurava combater as lucubrações económicas abstractas apoiando-se em informações estatísticas.

Tem o cuidado de definir a economia como ciência social, o que é sem dúvida digno de registo: é a ciência que estuda «as relações sociais que se devem organizar de forma a obter-se o máximo desenvolvimento das forças de que ela resulta», abrangendo ainda a circulação, a distribuição e o consumo dos produtos (não vendo que este último, como tal, já não é um fenómeno social da mesma índole dos outros). Acentua as relações da ciência económica com outras disciplinas (II, n.º 159, p. 3 e pp. 4-5) e cita Marx em vários pontos, mas não adopta a teoria marxista, pois os conceitos que invoca não são as categorias fundamentais de Marx, como se vê por exemplo da sua noção de capital que (em contradição aliás com a sua própria concepção do económico), entende ser a parte da produção destinada para matéria-prima, meios e instrumentos de produção (Id., p. 18). Nos *Princípios* debruça-se sobre outras questões. Salientaremos, nesta tentativa de caracterização, as suas preocupações com o

cooperativismo, que, em seu entender, permitiria estender o monopólio da capacidade de direcção das empresas a todos os trabalhadores à medida que essas qualidades da burguesia se universalizassem (idem, pp. 136-137).

A actividade de José Ferreira Marnoco e Sousa projecta-se, sob o aspecto económico-doutrinal, na esfera pedagógica como professor na Faculdade de Direito de Coimbra desde 1898 até à sua morte em 1916. À parte o *Tratado de Economia Política*, iniciado no próprio ano do falecimento e por isso interrompido, a bibliografia deste sector é constituída fundamentalmente por sucessivas prelecções a diversos cursos, nas quais se incluem notícias sintéticas sobre alguns dos mais significativos doutrinadores portugueses. (Veja-se a notícia bio-bibliográfica na Bibliografia, n.º 37, publicada precisamente em 1916 e, a título de exemplo, II, n.º 176).

Augusta Maria Fuschini, político destacado do último quartel do século passado aos primeiros anos do século XX, foi defensor dum associacionismo sob a égide duma intervenção correctora do Estado aos males económicos e sociais, permitindo unir todas as classes, que ele próprio identificaria com um suposto «socialismo colectivista». Além de muitas intervenções na Câmara (algumas das quais publicadas em opúsculos), escreveu duas obras dedicadas ao estudo, com base em elementos informativos sobretudo estatísticos, acerca dos problemas económicos da sua pátria do seu tempo (II, n.ºs 158 e 164). Os seus esforços de frieza analítica, dignos de registo (o próprio Fuschini declarou não escrever um livro de

combate), são em parte dirigidos por algumas noções económicas abstractas gerais (comércio, câmbios, moeda), mas são também quebrados pela combinação interpretativa de concepções mais ou menos psicologistas (por exemplo II, n.º 164, pp. 313 e ss.).

A invocação de Alexandre Herculano de Carvalho Araújo (Alexandre Herculano) visa somente chamar a atenção para a circunstância de que, sendo fundamentalmente um historiador, um romancista e um poeta, foi também um interventor na vida social e política do seu povo, guiado em muitas acções por um claro conjunto de concepções económico-sociais. Elas emergem em diversos trabalhos, sobretudo em artigos de jornais e revistas ulteriormente reunidos nos *Opúsculos* e que se assinalam no Quadro II (n.ºs 108, 110, 113, 115, 119, 122, 123, 124, 125, 128 e 139), posto que muitos deles sejam predominantemente de ordem social, incidindo sobre questões de socorros mútuos, previdência e semelhantes. É todavia evidente que, em especial na visão de Herculano acerca dos meios de resolver a questão agrária nacional, que supunha poder fazer-se com base no modelo medieval do instituto da enfiteuse, está presente a concepção, ainda que utópica, de adaptar esse instituto de raiz económica medieval às estruturas do capitalismo nascente quando, embora com peculiaridades, ele se espalhava igualmente pelas estruturas agrárias (Cf. sobre uma perspectiva geral aproximada desta o estudo assinalado no número 42 da Bibliografia).

Francisco José Teixeira Bastos, jornalista e propagandista das ideias republicanas, imbuído das concepções positivistas, debruçou-se sobre matérias

diversas em numerosos artigos de jornais, evoluindo doutrinariamente para concepções económicas doutros seus contemporâneos conhecidas sob o *soi-disant* «socialismo catedrático». Publicou duas obras acerca desse domínio (II, n.ºs 157 e 160), que fornecem indicações de grande interesse acerca da economia portuguesa no último decénio do século passado (ver, na Bibliografia, n.º 52 e a entrada que, no *Dicionário de Economia*, o mesmo autor dedicou a Teixeira Bastos). As suas análises são, porém, meramente empíricas e dominadas pelas preocupações que lhe suscitava a crise económico-financeira posterior a 1891, ao mesmo tempo que se guia nas suas observações por preocupações éticas. Para ele, a expansão ultramarina não foi prejudicial mas sim as condições em que se efectuou, levando a fenómenos como o despovoamento e o abandono do cultivo de quase todo o Alentejo com 2 441 077 hectares (II, n.º 157, pp. 407-410).

Luciano Cordeiro, de seu nome completo Luciano Cordeiro Baptista de Sousa, funcionário público e professor, foi um grande animador da exploração das colónias portuguesas (foi até um dos fundadores da Sociedade de Geografia de Lisboa), sobre as quais redigiu estudos históricos e económico-sociais. Sob o ponto de vista económico, além de relatórios acerca de questões como a emigração e a exposição do Rio de Janeiro, redigiu dois estudos que importa registar aqui, nomeadamente o referido no Quadro II, n.º 143, bem como os volumes que dedicou a questões bancárias particularizadas: *A Questão do privilégio do Banco de Portugal*, 1863, *Os bancos e os seus directores*, 1877 e *Dos*

bancos portugueses. Estudos que o investigador sobre a situação económico-bancária nacional no terceiro quartel do século XIX não poderá ignorar, debruça-se em particular no livro assinalado no Quadro II sobre a crise bancária e financeira especulativa de 1876, proporcionando algumas indicações curiosas.

A referência a Francisco Luís Gomes, médico militar, polígrafo e inclusive romancista, resulta da circunstância de ter publicado um estudo que oferece a característica praticamente inédita entre nós de se debruçar sobre as relações entre a economia, a moral e o direito (II, n.º 134), muito embora as suas concepções económicas doutrinárias não ultrapassem as maneiras de ver dominantes entre os economistas da sua época. É assim que, por exemplo, procurando definir a economia política, traz à colação três maneiras de ver esta disciplina — de Say e Mac Culloch a Joseph Garnier e M. Chevalier, passando por Bastiat e outros, para aceitar a aqui indicada em segundo lugar: é a «ciência do trabalho do homem» (*idem*, pp. 20-28).

É certo que a obra de Luís Augusto Rebelo da Silva é antes de mais nada a de historiador e de romancista; e se é verdade que em alguns dos seus estudos históricos a dimensão da análise pressupõe e afirma concepções económicas, não é por esta circunstância que registamos aqui o seu nome mas pelo facto de ter redigido dois compêndios sobre questões económicas, que têm, em regra, passado despercebidos dos biógrafos e estudiosos da sua obra (Quadro II, n.ºs 135 e 136).

Ora tratando-se embora de compêndios didácticos, pois destinavam-se às «Escolas populares

criadas pela lei de 27/6/1866», são um repositório de indicações importantes para o estudioso da agricultura, da indústria e do comércio portugueses nos primeiros lustros da segunda metade do século de Oitocentos. Doutrinariamente, Rebelo da Silva mostra-se conhecedor do pensamento dos principais economistas estrangeiros do seu tempo, de Smith e Ricardo a C. Donoyer, Chevalier e outros. As suas concepções gerais são, porém, já dominadas pela manifestação aparente dos fenómenos económicos, como quando entende que a lei da oferta e da procura é a lei máxima das trocas ou que o lucro constitui um rendimento meramente residual (n.º 136, pp. 14 a 17).

3 — *OUTROS AUTORES*

Não podemos deixar de consignar aqui outros estudiosos dos problemas económicos, quer nas tentativas de representação sistemática e abstracta das suas condições relacionais, quer dizer, teóricas, quer na sua manifestação prática, concreta. Mas o certo é que, quanto a uma orientação investigadora, ou mesmo apenas expositiva sistemática dos princípios teóricos, dificilmente poderíamos assinalar quaisquer trabalhos merecedores de destaque, mesmo puramente recenseador. O que, aliás, já aconteceu com a maior parte dos trabalhos que se acabou de mencionar. Existem, todavia, publicações que também assumem um interesse directo inegável, tanto sob o ângulo informativo da vida económico-social portuguesa como a respeito da própria estrutura do pensamento dos seus autores, permitindo ajuizar da medida em que

logram ou não romper a carapaça combinada das aparências imediatas e enganadoras dos fenómenos económicos com as suas representações ideológicas que, como tais, não constituem qualquer tipo de conhecimento.

Por outro lado, esta apreciação das estruturas doutrinárias (ou da sua epistemologia, como se costumam designar hoje), permitirá ainda joeirar as opiniões expendidas sobre aspectos económicos práticos e pesar o seu significado quanto à estrutura do pensamento dos responsáveis, uma vez que a interpretação da realidade económico-social desprovida duma utensilagem teórica é tarefa semelhante à de procurar o sol com uma candeia na mão...

Sem individualizarmos as referências e a caracterização tipificadora doutros estudiosos desta dimensão da vida social, será suficiente invocar o registo que apresentamos no Quadro II do Apêndice acerca de muitos deles. Entre os estudos mais significativos situam-se os que se voltam para a crise económica portuguesa, sobretudo durante o último quartel do século XIX, os que a consideram nos seus aspectos gerais, como o estudo de Joaquim António da Silva Cordeiro (II, n.º 158), ou se debruçam sobre a sua projecção monetária e bancária, bem como nas suas interligações com o sistema financeiro. Recordaremos, por exemplo, os livros de Eurico de Seabra (II, n.º 162), de António Cândido de Almeida Leitão (II, n.º 165) e de José Joaquim Pinto Coelho (II, n.º 140).

Mas também surgiram estudos sobre as relações de produção e o nível da tecnologia portuguesa, tanto na agricultura como na indústria transformadora e nos

transportes, bem como sobre a circulação comercial. Dos primeiros, citaremos a tese de licenciatura em agronomia de João Achilles Ripamonti (II, n.º 153), o estudo de J. de Magalhães Lima, *O Crédito Agrícola em Portugal*, os estudos e intervenções parlamentares de Joaquim António Fradesso da Silveira (além de vários trabalhos que dedicou a questões industriais), de João de Andrade Corvo e tantos outros, como a perspectiva de grande proprietário que foi a do Visconde de Coruche que, auto-proclamando-se «fisiocrata», assumiu a defesa dos interesses da sua classe em diversas conferências e outras intervenções durante o último quartel do século passado (como *A Agricultura e o Paiz*, 1886, e *Propriedade, enphiteuse e agricultura*, 1893).

Outra questão que esteve no centro da vida económica e política portuguesa durante toda esta época foi a do «livre-cambismo» contra o «proteccionismo», conforme já se referiu. Não escassearam as intervenções escritas e na Câmara dos Deputados sobre esta questão. Um defensor do proteccionismo, em numerosos artigos depois reunidos em volumes, foi A. da Silva Pereira Magalhães (II, n.ºs 131 e 137, além doutros trabalhos). Poderiam multiplicar-se as referências, sucedendo, aliás, que existem alguns estudos sobre esta questão (veja-se a nota 4 no Apêndice). Recordaremos, contudo, Augusto Malheiro Dias e os seus estudos sobre a pauta das Alfândegas e suas implicações económicas.

Há ainda estudos de índole descritiva, ou estatístico-descritiva da vida económica, como os trabalhos do oficial do exército Gerardo Pery (II, n.º 141), fonte igualmente relevante para o conhecimento da época, trabalhos circunstanciais de

autores afastados das questões económicas mas que lhes prestaram ocasionalmente atenção, como António Pedro Lopes de Mendonça com a sua revista da Economia Política em 1856 (II, n.º 126), e o estudo sobre a questão cerealífera do mesmo ano, as tentativas de Manuel de Arriaga (II, n.º 132) e de tantos outros, incluindo o jornalista de pendor humorístico Augusto Gomes de Araújo que usou o pseudónimo «Fortiori» e que escreveu artigos no «Jornal do Comércio» e em «O Economista», etc., etc.

Também os mais variados vultos políticos se debruçaram, por dever de ofício, sobre a problemática económica do seu tempo. Além daqueles que já tivemos ocasião de referir seja permitido recordar os exemplos de José Dias Ferreira, cujos discursos foram parcialmente publicados em separatas, Henrique de Barros Gomes que editou um livro em 1885 (II, n.º 148) e até Fontes Pereira de Melo, visto parte dos seus discursos parlamentares, mesmo quando a propósito dos problemas dos caminhos-de-ferro, com frequência se enquadrarem noutras perspectivas económicas.

Por fim, embora excluídos pelo nosso critério de selecção geral, existem os estudos voltados para o movimento operário, para o associativismo, para a previdência e os socorros mútuos, em que por vezes se consideram esses fenómenos sociais no seu quadro económico. Sem avançar neste domínio, registar-se-ão somente o livro de F. M. de Sousa Brandão (II, n.º 127) e alguns trabalhos de José Cipriano Costa Goodolfim — para não alongar a recensão.

4 — *IMPACTE DA TEORIA ECONÓMICA MARXISTA SOBRE O DOUTRINARISMO PORTUGUÊS*

Na óptica exclusiva deste estudo não se tratará de analisar o grau de penetração da teoria económica marxista em Portugal após meados do século XIX. Não há, portanto, que invocar o choque entre o proudhonismo, que influenciou importantíssimos sectores da intelectualidade portuguesa, e o marxismo; não se trata de verificar em que medida era conhecido e aceite o marxismo entre o incipiente movimento operário do país. Aliás, vão-se felizmente multiplicando os estudos sobre todas estas questões. O que curamos de invocar, tão somente, é a forma pela qual se manifesta no pensamento doutrinal escrito a teoria económica de Marx e Engels quando observamos os escritores que se preocuparam com esta dimensão da actividade humano-social.

Numa breve observação — pois mais não é viável dentro desta dimensão extremamente genérica — não iremos além de duas ou três observações.

A primeira consiste em sublinhar que a teoria económica marxista não foi totalmente desconhecida dos trabalhadores intelectuais portugueses que escreveram neste domínio. Já tropeçámos até com um ou outro caso, como o de José Frederico Laranjo. Mas o que isso não significa é que houvesse, já não dizemos uma aceitação das bases fundamentais dessa teoria, mas até uma compreensão profunda das suas especificidades face a todas as doutrinas e teorias, tanto pós-clássicas como, inclusive — e por maioria de razão — quanto às teorias de Smith-Ricardo. Ajuntaremos aos embora escassíssimos casos

indicados o de José Júlio de Oliveira Pinto, que em escritos da sua autoria, em especial no estudo inserto em «O Instituto» já em 1853 (II, n.º 117), se refere a Marx, sem com isso se poder afirmar ser marxista (ver na Bibliografia os estudos n.ºs 34, 35, 36, bem como o n.º 29, indo já para além do termo do século XIX e o trabalho recente indicado sob o n.º 38).

A segunda nota que importa considerar é que a abordagem em trabalhos escritos sobre a teoria económica marxista só surge, que saibamos, dos fins do século passado para os começos do século XX, sinal seguro de que só então as condições sociais internas e a própria evolução do movimento operário internacional, além da contribuição dos estudos estrangeiros, começaram a despertar a atenção para essa concepção no nosso meio, embora duma maneira extremamente episódica.

O terceiro aspecto muito geral a focar, por constituir uma das características mais significativas, é que os estudos que conhecemos publicados nesta época adoptam exclusivamente uma posição de ataque à teoria económica marxista. Um deles data de 1891 (II, n.º 155), outro de 1899-1900 (II, n.º 163), além dos que aparecem nos primórdios da centúria seguinte, nomeadamente os que são do punho de Basílio Teles, além do caso particular de João de Menezes, invocado por Alfredo Margarido.

O caso de Guilherme Alves Moreira (1861-1922), professor da Faculdade de Direito de Coimbra, é significativo pela circunstância de se tratar dum civilista o qual, do nosso conhecimento, apenas redigiu um pequeno trabalho sobre questões económicas como dissertação académica (II, n.º 155),

em torno da categoria de lucro. Surpreende, além do mais, a sua concepção de socialismo, que vai beber a Herbert Spencer, quando aceita que a maior parte das nações civilizadas se teriam lançado então (estava-se em 1891) abertamente no caminho do socialismo (p. 14, *sic*). Citando vários autores, dedica uma parcela do estudo à crítica de Marx (pp. 71-96), oferecendo uma sùmula razoável da teoria que critica. Por outro lado, defende a «teoria do fundo dos salários» (pp. 104-113).

António Augusto Pires de Lima, jurista e político (foi governador civil do Porto sob o consulado de António de Oliveira Salazar), elaborou quando estudante uma dissertação dedicada à «exposição e crítica das doutrinas económicas de Karl Marx» (II, n.º 163). Como Guilherme Moreira, embora sob uma perspectiva algo diversa, elege naturalmente como um dos pontos centrais do ataque a teoria do valor de troca (negação do trabalho médio geral abstracto, afirmação de que, para essa teoria ser exacta, o trabalho inútil criaria valor, etc.).

Bazílio Teles, no desenvolvimento das suas concepções económicas, que, aliás, não resistem a uma crítica elementar (fala por exemplo na «pseudo-lei da oferta e da procura»), pouco se refere directamente a Marx e sem lhe atribuir qualquer importância teórica, como sucede a propósito das funções da moeda e do «trabalho social» ao escrever que «o judeu Marx» afirma que a moeda serve para medir os valores, afirmação que impugna (II, n.º 167, pp. 163-4). No entanto, a placa giratória de toda a crítica à teoria económica de Marx, que é o valor de troca, aparece nele centrada na concepção segundo a

qual haveria que distinguir o valor absoluto (auto-retribuição) do valor relativo (retribuição social), acrescentando que Marx os confunde por ver somente a mercadoria (II, n.º 168, pp. 12-14).

Recordemos, por fim, Bento Carqueja, que nas obras finais da sua actividade intelectual, já nos primórdios dos anos «30» do nosso século (e esta circunstância não é provavelmente fortuita), ataca a teoria do valor-trabalho afirmando estar profundamente abalada, tendo até a ela renunciado muitos socialistas (II, n.º 196, volume V, pp. 12 e ss.).

V / AS CONCEPÇÕES ECONÓMICAS
DOMINANTES EM PORTUGAL
NOS PRIMEIROS LUSTROS
DO SÉCULO XX

1 — *ALGUNS DOS AUTORES CONCEITUALMENTE
MAIS REPRESENTATIVOS*

Quando olhamos para os estudos portugueses dos primeiros vinte ou vinte e cinco anos do nosso século e destacamos aqueles que assumem um alcance teórico que nos permite invocá-los, não se pretende de forma alguma afirmar que exista qualquer contribuição original portuguesa ao fundo teórico e mesmo doutrinal-sistemático neste domínio. Sob este aspecto, e a despeito dos trabalhadores que desde o último quartel do século XVIII pudemos apontar, é evidente que nem aí é possível ir além de contribuições restritas, pontuais mesmo, posto algumas delas mereçam o destaque teórico que julgamos lhes foi dado. Ora esta situação, desde meados do século passado em diante, não só não tendeu a melhorar como até se agravou progressivamente, atingindo por certo o máximo nos anos «trinta» e «quarenta» do século em que vivemos, sob o impacto da mera apologética ateórica de que a imposição oficial e oficiosa da chamada «teoria corporativa», importada dos economistas da Itália fascista, constitui o elo mais forte.

Mas isto não sucedeu, evidentemente, por acaso, conforme já tivemos aliás a oportunidade de salientar noutra local, pois assentou antes de mais nada no próprio atraso relativo de desenvolvimento económico-histórico do nosso país ²¹.

a) *António Osório e a «teoria económica pura»*

É sem dúvida António Osório (António de Sousa Horta Sarmento e Osório), nascido em 1887, o caso mais saliente e representativo dos estudiosos teórico-económicos do nosso país. Advogado de profissão — e profissão que exerceu largamente — fica na história do nosso pensamento económico como o introdutor das concepções da Escola de Lausana, ou Escola Matemática, nas formulações pós-Walrasianas da iniciativa de Vilfredo Pareto. António Osório não foi um criador teórico mas foi um divulgador dessas concepções a um nível interpretativo e expositivo de primeiro plano. Tendo escrito um primeiro livro em 1911 (II, n.º 179), sobre a chamada «economia matemática», viria a traduzi-lo em 1913 (II, n.º 180), com a chancela do próprio Vilfredo Pareto que para ele redigiu uma introdução.

Redigido em francês, tornou-se por isso acessível a estudiosos estrangeiros, a ele se referindo por exemplo Eric Roll ao citá-lo como um dos intérpretes de Pareto, que lhe atribui a substituição da teoria do valor por uma teoria dos preços desligada de factores subjectivos. Embora Roll considere esta interpretação duvidosa, mencionamos este ponto para ilustrar o elevado nível expositivo deste autor ²². António Osório

concorreu em Março de 1911 ao lugar de professor de Economia Política da Escola Politécnica de Lisboa mas, embora aprovado em mérito absoluto, foi preterido em mérito relativo por Afonso Costa com o estudo sobre *O Problema da Emigração*.

Registemos ainda dois pontos. O primeiro é que António Osório, logo no prefácio da sua *A Mathematica na Economia Pura*, sublinha a indigência dos estudos teóricos entre nós ao mesmo tempo que, reconhecendo a utilidade dos trabalhos de economia aplicada, sublinha porém ser a sua esfera de acção muito limitada. Por outro lado, considera muitos dos estudos de economia abstracta de mera propaganda e sem índole científica. O segundo ponto é que o autor aproveita esta análise para dirigir uma crítica directa a Marx (trata-se pois de um autor a adicionar aos mencionados na parte final do capítulo anterior), pretendendo que a concepção marxista é fruto duma aplicação pré-concebida de concepções aos fenómenos observados (II, n.º 180, pp. 2-3); ao mesmo tempo, fazendo a transposição da construção teórico-modelar que defende para as bases mais largas do sistema económico, pretende assim oferecer uma alternativa teórico-económica global ao marxismo.

b) *Bento Carqueja, economista «teórico e aplicado»
(1860-1935)*

Bento de Sousa Carqueja é um bom exemplo das possibilidades e dos limites doutrinários-ideológicos de um intelectual português dos primeiros trinta e três anos do nosso século. Jornalista (viria a ser um dos

proprietários de «O Comércio do Porto») e professor de Economia, primeiro na Academia Politécnica e desde 1915 na Faculdade Técnica da nova Universidade do Porto, desdobrou-se em várias iniciativas sociais, sendo um homem consagrado academicamente no seu tempo. A sua obra principal (e também a mais vasta) incidiu precisamente sobre a economia, embora abrangendo ainda alguns estudos demográficos e financeiros. Bento Carqueja deixou uma larga bibliografia da especialidade. Nela revela-se conhecedor dos mais variados economistas estrangeiros (ver II, n.ºs 174, 196, 199, 200, 201, 203 e na Bibliografia o estudo indicado sob o n.º 67).

A dupla vertente da obra económica de Bento Carqueja permite muito sucintamente afirmar que, no plano teórico, conhecendo de facto as mais variadas concepções do seu tempo, do marxismo aos neo-clássicos, marginalistas e outros ramos do pensamento económico, no entanto mistura por vezes as mais frustes afirmações, erros palmares e claras incompreensões com algumas observações válidas. Apenas para o ilustrar apresentaremos uma amostragem. Na obra de 1908 (II, n.º 174), de índole histórico-económica (que foi uma das suas preocupações, tendo mesmo redigido um livro sobre o materialismo histórico em 1914), começa por proclamar que o capital, existindo em todas as épocas, a sua transformação em instrumento de luxo é que levou os socialistas a falar no «capitalismo» (*sic*, p. 1); revela também não compreender a teoria de Marx sobre a origem do lucro (pp. 26-27), confunde socialismo com nacionalização da terra (pp. 5-11) e sustenta que os monopólios senhoriais do século XVI

seriam a expressão do capitalismo (pp. 218-221). Em contrapartida, é digna de realce a sua crítica às concepções de A. Marshall e de Böhm-Bawerk sobre a origem do lucro (pp. 14-20).

No primeiro volume do tratado de economia (II, n.º 196) critica a definição de Smith, afirmando ser a Economia «a ciência que tem por objecto o estudo das leis que presidem à produção, repartição e consumo, guiadas pelo desenvolvimento do espírito humano para garantir a prosperidade das nações e o bem estar dos indivíduos» (pp. 29-30)... Embora vendo o modelo das leis económicas no das leis químicas, observa com perspicácia a sua índole tendencial para logo a seguir afirmar, porém, «que os socialistas entendem só no capitalismo existirem leis económicas», ao defender o carácter histórico de pelo menos muitas delas (p. 59, nota). No capítulo V deste tomo debruça-se sobre a história das doutrinas económicas em Portugal e do seu ensino com a súpula mais completa que conhecemos depois do estudo de José F. Laranjo. Na conferência proferida em 1933 na Academia das Ciências, Bento Carqueja cede ideologicamente aos «novos ventos», afirmando, por exemplo, que o regime corporativo se vai afirmando, o que de imediato era um facto, mas que se pode interpretar também como um aval doutrinal, tanto mais que a afirmação se segue às críticas ao marxismo (II, n.º 203, p. 701) e à conclusão de que Portugal estaria «a integrar a nossa época no ciclo histórico»...

Porém, na vertente da análise particularizada e concreta da realidade portuguesa, Bento Carqueja é um autor de consulta obrigatória, embora alguns dos

seus dados devam ser manuseados com cautela. Quer nos estudos sistemáticos (e inclusive nos manuais de economia), quer em estudos monográficos, como o que realizou sobre a questão monetária (II, n.º 199), encontram-se informações utilíssimas, em particular acerca da vida económica portuguesa durante os primeiros três decénios do nosso século.

c) *Bazílio Teles, «economista especulativo-doutrinal» (1856-1923)*

Das observações que consagramos a este conhecido doutrinador do republicanismo (no n.º 4 do capítulo anterior), cujo aparente radicalismo político resultou por certo dum tipo especial de coerência cívica-doutrinal que o transformou num homem isolado e não de conteúdo ideológico-político historicamente progressivo, resulta com clareza que a estrutura interna do seu pensamento económico não tem, como tal, qualquer relevância especial. O seu interesse respeita mais a aspectos ligados à história das ideologias e à sociologia política portuguesas.

Além de trabalhos de índole política (e muitos inéditos deixou Bazílio Teles), e a par de alguns estudos históricos, debruçou-se ainda sobre problemas filosóficos sob um pendor especulativo, recusando-se à intervenção política activa. As suas análises económicas reflectem sem dúvida estas tendências mentais e ideológicas. O que não quer dizer que a sua inteligência não lhe permita algumas observações pertinentes. Se chama «entidades metafísicas» ao valor e ao crédito e «místicas e abstractas» às leis da oferta e da procura e às

leis da troca, etc. (II, n.º 167, pp. 62-63), acerta quando critica como «lei» o repetido enunciado do chanceler inglês Gresham («a má moeda expulsa a boa»), nome pomposo dado a um aforismo inexacto»; mas fá-lo a partir de um erro teórico que o leva depois a sustentar que o enunciado deveria ser invertido... (id., pp. 171-2) ²³.

Mas Bazílio Teles preocupou-se também com grandes questões económicas nacionais do seu tempo, em particular com as questões ligadas à agricultura (Cf. II, n.ºs 166 e 170), ao trabalho e à produção (II, n.º 168), sempre combinados com análises monetárias, dos câmbios, etc., tudo isto penetrado pelas suas concepções doutrinárias abstractas a que poderíamos chamar de raiz «idealista-antropológica».

2 — OUTROS AUTORES DOS PRIMÓRDIOS DO SÉCULO XX

Se olharmos para os trabalhos mais significativos ao longo das duas a três primeiras décadas do nosso século seria muito difícil encontrar estudos de carácter teórico com qualquer projecção significativa. E, como não estão na esfera desta observação as publicações de índole didáctica — que de resto escassearam, à parte os apontamentos recolhidos por alunos nos diversos cursos superiores de economia e que para mais se apresentam geralmente sob a forma duma exposição de princípios elementares desde uma perspectiva acrítica e seguindo os autores neo-clássicos e marginalistas, — nada nos resta verdadeiramente.

Existem, no entanto, alguns estudos centrados em torno de aspectos da vida económica portuguesa, sem se esquecer que eles pressupõem uma leitura doutrinal dos fenómenos examinados e das medidas político-económicas propostas, por mais escondida que ela se apresente.

Mencionaremos em primeiro lugar os trabalhos de Anselmo de Andrade. Anselmo José Franco de Assis de Andrade nasceu em 1844 e foi jornalista, funcionário superior e preceptor do rei Manuel II. A sua bibliografia principal é indiscutivelmente económica, começando pelo estudo de 1898 (*A Terra*) e a terminar na obra indicada no Quadro II, n.º 195 (ver ainda no mesmo quadro os n.ºs 169, 178, 185 e 192).

O seu *Portugal Económico* é um misto de geografia económica e de análise descritiva e interpretativa, batendo-se pela entrada de capitais externos, contra uma industrialização que considerava perigosa pela falta de condições naturais e pelas suas implicações sobre as relações agrárias, defendendo a concentração de esforços na agricultura e o «retorno à terra». Eis algumas das ideias que dão a entender qual a estrutura do seu pensamento. Mas, tanto neste estudo como noutros, ministra informações importantes acerca da situação económica portuguesa no primeiro quartel do século em que vivemos.

Há depois uma série de trabalhos de índole e nível extremamente desiguais que, mesmo que não houvesse a impossibilidade dada pelos limites necessários da dimensão dos volumes desta Coleção, ainda metodologicamente se justificaria que não fossem considerados individualmente.

São dignos de registo, pelo volume dos elementos informativos coligidos e sistematizados, os dois livros de José de Campos Pereira (II, n.ºs 181 e 188). Recordar-se-ão ainda as publicações da autoria de Ezequiel de Campos, na primeira fase da sua actividade ligada ao estudo dos problemas técnico-económicos, muito embora a primeira destas componentes tenda a predominar sobre a segunda (II, n.ºs 182, 186, 187, 191 e 193, o último em colaboração com Quirino de Jesus). Na verdade, sendo o primeiro destes estudos de carácter demográfico, posto que com referências à emigração no seu quadro económico, pelo menos parte dos restantes, em rigor, não estão voltados para a problemática económica (II, n.º 186, por exemplo, é estritamente agronómico). Todavia, colhem-se do seu conjunto indicações económicas embora dispersas. Essa mesma orientação seria aliás dada por este autor ao curso de economia que regeu na Faculdade de Engenharia do Porto.

J. de Oliveira Simões (II, n.º 173), fornece indicações sobre a indústria nos albores do «Século das Luzes», ao passo que A. Teixeira Júdice, pela mesma altura, colabora numa obra colectiva abordando traços gerais da nossa economia (II, n.º 175). Por seu turno, o livro que precisamente na mesma data António Lino Neto colocou nas mãos do público sobre a questão agrária (II, n.º 172) é duma fragilidade doutrinal realmente impressionante, como se frisou no n.º 4 do Capítulo II, visto este autor confessar-se «neo-fisiocrata» e discípulo de Henry George em 1908, escrevendo que o problema agrícola seria antes de mais nada «demográfico e sanitário» (p. 8-10). Algumas dezenas de anos mais tarde publicaria

este autor um pequeno volume sobre a importância teórica de A. Smith (II, n.º 208).

Recordando mais alguns trabalhos até finais dos anos «trinta», alguns dos quais não figuram, naturalmente, no Quadro II do Apêndice visto ele ter somente a pretensão de ser exemplificativo dentro da representatividade possível, invoquemos três estudos que talvez devessem nele figurar: o estudo de Albino Vieira da Rocha, *Situação Económica de Portugal — a Alta dos Preços*, 1911 (em compensação figura um estudo menos relevante deste professor universitário, II, n.º 189); o de Luís de Castro, *Crédito Agrícola Democrático* (1911), na verdade um importante estudo acerca da situação da agricultura portuguesa a este respeito, cujo alcance económico é inegável; e, por fim, a dissertação de concurso à cadeira de Economia Política na Escola Politécnica de Lisboa da autoria de Afonso Costa (que aliás era professor de Direito Criminal na Faculdade de Direito de Coimbra), *Estudos de Economia Nacional — I — O Problema da emigração*, 1911.

Embora sob uma perspectiva diferente da que temos aqui seguido estritamente, recordar-se-ão as pesquisas de Moses Bensabat Amzalak acerca dos doutrinadores económicos portugueses de séculos passados. Posto não primando, muitas vezes, pela precisão interpretativa constituem, no entanto, uma contribuição meritória, tanto para a história do nosso pensamento económico como para a nossa história económica «tout court» (no Quadro II, n.º 204 indica-se um texto deste autor que, fugindo embora aos limites cronológicos do exame aqui realizado, exemplifica uma

«démarche» exterior ao capítulo estrito da história do pensamento económico português).

Entre os estudos económicos aplicados que ainda se recensaram dentro destes marcos temporais recordaríamos, a terminar, os dois pequenos estudos particularizados de António de Oliveira Salazar datados de 1916 sobre a valorização do ouro e o problema trigueiro do país (II, n.ºs 183 e 184), bem como o estudo doutro universitário, Ruy Ennes Ulrich, embora de índole mista, histórica e económica (II, n.º 171), com a particularidade de ser do punho deste autor ainda quando estudante.

Estender a observação seria violar a norma estabelecida de antemão, que não nos permite ultrapassar sensivelmente os anos 1925-1930. Desenvolvê-la dentro dos quadros temporais estabelecidos representaria, talvez, uma pormenorização desnecessária.

NOTAS

¹ Citado por A. Anikine, *La Jeunesse d'une science — La pensée économique avant Marx*, Les Editions du Progrès, Moscou, 1975, p. 61.

² Estando fora do âmbito deste estudo a história do ensino da economia no nosso país, lembrar-se-á somente alguma bibliografia básica sobre o assunto. Pondo de lado a «Aula de Comércio», cujos Estatutos foram aprovados em 19/4/1759 e que só muito remotamente abrangia noções de economia, visto constituir um curso de comércio e de contabilidade (noções de aritmética, equivalências de pesos e medidas, câmbios, moedas, seguros e comissões, escrituração comercial segundo o método das partidas dobradas), temos de esperar pelo regime liberal para que seja institucionalizado o ensino desta disciplina. Foi, com efeito, na sessão de 10 de Fevereiro de 1821 que as Cortes Liberais resolveram criar três cadeiras de Economia Política nas cidades de Lisboa, Coimbra e Porto, devendo seguir-se o «catecismo» de J. B. Say «enquanto não aparecer outro melhor». Na sessão de 24 de Março seguinte apreciou-se esse projecto, da autoria de João Rodrigues de Brito, o qual, entre outras providências, mandava seguir o

«Catecismo» e o *Tratado* de João B. Say, sendo recebido ainda um outro projecto do Padre Manuel de Almeida. Resolveu-se, entre outros pontos, que se abrisse concurso para ser escrito um compêndio em língua portuguesa, visto esse ensino «não poder deixar de ser muito útil para Portugal.»

Na Universidade de Coimbra, no entanto, só em 1836 surgiria a Cadeira de Economia Política entregue à regência de Pereira Forjaz e, entre 1840 e 1844, José Estêvão regeu um curso na Escola Politécnica de Lisboa.

Não podendo sequer resumir-se aqui a história do ensino económico, recordamos alguns elementos bibliográficos básicos:

Prof. Jacinto Nunes, *O ensino das ciências económicas em Portugal e os objectivos da Universidade*, na revista «Análise Social», vol. VI, 1963; António Farinha Portela, *A evolução histórica do ensino das Ciências Económicas em Portugal*, ibidem. A. Castro (na Bibliografia, n.º 20). Há ainda diversos cursos cujas lições foram publicadas, bem como programas das cadeiras, nomeadamente em Coimbra, e as lições de Pereira Forjaz, Bernardino J. de S. Carneiro, Marnoco e Sousa, António de Oliveira Salazar, João Pinto da Costa Leite, François Perroux, José Joaquim Teixeira Ribeiro (na Faculdade de Direito), etc., etc.

³ Neste «Biblioteca Breve», respectivamente *As ideias económicas no Portugal Medieval (Séculos XIII a XV)*, n.º 13, 1978 e *As Doutrinas Económicas em Portugal na Expansão e na Decadência (Séculos XVI a XVIII)*, n.º 25, 1978.

⁴ Com o fito exclusivo de reforçar a índole necessariamente limitada dos trabalhos económicos ou

com interesse económico que consideramos aqui, visto que nem sequer constam da recensão do Quadro II do Apêndice, será suficiente mencionar a esmo um ou outro tipo de fenómeno ou um ou outro autor que, pese embora a sua importância relativa, houve que sacrificar pelas imposições materiais do espaço disponível. É o que acontece com muitos textos sobre a cadente questão pautal, que constitui, sem dúvida, o centro dum importante debate de interesses. Sobre esta questão, por meados do século passado, poderá por exemplo consultar-se o estudo de Maria Manuela Tavares Ribeiro (na Bibliografia, n.º 33), ou então diversos trabalhos de J. H. Fradesso da Silveira, cujo interesse informativo sobre a economia portuguesa é indiscutível.

⁵ Quanto à exigência teórica no sentido de não subsumir o tempo histórico no mero tempo cronológico (meramente empírico e superficial), no que concerne à realidade social em movimento, tanto económica como qualquer outra, permitimo-nos remeter para a análise que dedicámos a esta questão científica no volume 1.º da nossa *História Económica de Portugal* (em publicação), pp. 145-146, 156-7 e nota 40 do respectivo apêndice. Esta problemática, embora com a sua especificidade, levanta-se igualmente quando se trata de interpretar a história do pensamento social em qualquer das suas dimensões, como acontece precisamente neste estudo, desde que pretendamos imprimir a essa construção explicativa e interpretativa um cariz teórico.

⁶ *As doutrinas económicas em Portugal na expansão e na decadência (Séculos XVI a XVIII)*, citado.

⁷ Por vezes, até nos pode escapar hoje o significado de certos progressos tecnológicos introduzidos em tempos volvidos. Quanto à pecuária, citaremos um exemplo significativo. No último tomo das *Memórias Económicas da Academia Real das Sciencias de Lisboa* (que designaremos por *MARSL*), publicado em 1815 encontra-se um estudo técnico: João Manoel de Campos de Mesquita, *Sobre a cultura e utilidade dos nabos na Comarca de Trancoso*. Da sua leitura conclui-se que a importância deste produto estava ligada à alimentação animal, chegando o autor a afirmar que com o cultivo duma geira de terra se poderia talvez sustentar uma junta de bois durante um ano.

⁸ Às indústrias pertencentes ao Estado e a particulares, sob o ponto de vista da sua rendibilidade refere-se José Acúrsio das Neves no volume 2.º das *Variedades*, pp. 223-240 (Cf. no Apêndice II, n.º 53). Para uma notícia mais desenvolvida acerca das transformações industriais entre 1870-5 e 1820-5, recordamos a nossa *Revolução Industrial em Portugal no Século XIX*, 4.ª edição, capítulo I.

⁹ Lucien Goldmann, *Sciences Humaines et Philosophie — Pour un structuralisme génétique*, 1966, Ed. Gonthier, pp. 126-129.

¹⁰ Acerca da fisiocracia e dos seus reflexos no nosso país veja-se a nossa breve síntese no *Dicionário de História de Portugal*, dirigido por Joel Serrão (Cf. Bibliografia, n.º 19), bem como o seu esquema geral das relações económicas entre as classes sociais e a reprodução do sistema na sua globalidade, que colocamos em confronto com o esquema medieval

português em *A Evolução Económica de Portugal dos Séculos XII a XV*, volume IX, pp. 404-407.

¹¹ Para uma breve notícia dos subsequentes estudos económicos da iniciativa da Academia, confrontar M. B. Amzalak, *Bibliografia*, nº 5.

¹² Visconde de Coruche, *A Agricultura e o Paiz* — *Primeira conferência feita na Real Associação da Agricultura Portuguesa em 3 de Março de 1886*, pp. 12-15.

¹³ Referido no nosso estudo identificado na nota 6, pp. 114-115.

¹⁴ Sem caber aqui recordar a evolução da teorização científica tanto das formações pré-capitalistas como das economias socialistas, recordaremos unicamente que, quanto a Portugal, os nossos esforços centrais estiveram já voltados precisamente para a teorização do sistema económico medieval português — Confrontar *A Evolução Económica de Portugal dos Séculos XII a XV*, em especial vols. VII a IX, bem como *História Económica de Portugal*, Vol. 1.º (Introdução) e 2.º (Séculos XII a XV).

¹⁵ Verifica-se, pois, que além de lavrarmos a «certidão de nascimento» da ciência económica entre 1776 e 1817, se frisa não só a contribuição de elaborações anteriores como ainda o facto de as construções de Smith-Ricardo apresentarem limitações de representações meramente ideológicas, visto que, por razões de classe, não puderam ir além de certos limites. Isto significa que a «irrupção» teórica não é instantânea e que nem sequer se pode reduzir esse nascimento a um acto simples e curto. Quer dizer ainda que o «corte» não implica uma elaboração

teoricamente completa e sem fissuras, mesmo no interior do espaço que lhe pertence. Mas isto não é específico da ciência económica, nem sequer das ciências humanas ou sociais no seu conjunto: basta recordar a astronomia de Copérnico, a física de Newton ou a aritmética de Pitágoras...

¹⁶ Para uma informação mais completa sobre as obras de José Acúrsio das Neves e sua biografia (embora com as reservas ideológicas que há que apor a essas leituras, em especial aos estudos realizados entre 1946 e 1954 nos quais os seus autores viam o autor das *Variedades* como um precursor das concepções fascistas então reinantes, do «nacionalismo»), ver Bibliografia, n.º 18, «Notícia biográfica», n.º 28, pp. 51-54 (onde se assinalam 26 trabalhos diversos de Acúrsio das Neves) e pp. 55-56 (bio-bibliografia); ver ainda n.º 26, voltado para uma interpretação económica do seu pensamento.

¹⁷ Dos estudos de Agostinho A. da Silveira Pinto sobre finanças (então também designadas por «Sintelogia», teoria dos impostos), recordamos: *A Dívida Pública Portuguesa, sua história, progresso e estado actual*, Porto, 1839; *A Crise financeira de 1841*, Porto, 1841; *Exame crítico das causas próximas da actual situação financeira (Agosto de 1843)*, Lisboa e *Discurso pronunciado por ocasião do Discurso do Trono, em 19 e 20 de Janeiro de 1849*, Lisboa.

¹⁸ Sobre as ideias políticas de Silvestre Pinheiro Ferreira, lembramos o estudo de José Esteves Pereira, *Silvestre Pinheiro e o seu pensamento político*, Coimbra, 1974.

¹⁹ A bibliografia sobre José Xavier Mouzinho da Silveira é relativamente abundante. Escasseiam, porém,

os estudos dirigidos ao seu doutrinário económico. Veja-se, no entanto, a bibliografia no artigo de Joel Serrão no *Dicionário de História de Portugal*, bem como a análise que lhe dedicámos no centenário da sua morte na «Revista de Economia» (Vol. II, Fasc. III, Setembro de 1949), *Significado Histórico da obra de Mousinho da Silveira* (e Separata). Salientámos, aliás, entre os textos doutrinários de Mousinho da Silveira, independentemente dos relatórios de decretos, as curiosas respostas que deu em «O Pantólogo», Lisboa, 1843 (de que conhecemos as contidas no n.º 23), acerca de questões económicas nacionais, como a situação dos assalariados, a média dos salários no país, etc.

O resumo de Mac Culloch atribuível a Rodrigo da Fonseca Magalhães foi publicado anonimamente em Londres (em português), sem data, e em Paris (em francês), no ano de 1829, destinando-se a «uso dos estudantes do Instituto Hispano-luso do Dr. Silvela». É Inocêncio Francisco da Silva que informa ser-lhe atribuída a autoria no «Catálogo da Livaria do Cons. Thomas Norton», p. 13... (*Diccionario Bibliographico Portuguez*, Tomo VII, 1862, p. 172). Por seu turno, o estudioso interessado também encontrará no «Archivo Pitoresco», 1862, apontamentos de José Horta, antigo discípulo de José Estêvão, resultantes das suas lições sobre emigração de uns vinte anos antes.

²⁰ J. J. Rodrigues de Freitas escreveu ainda numerosos artigos, especialmente em «O Comércio do Porto», em grande parte sobre questões económicas, muitos dos quais reunidos postumamente no volume *Páginas Soltas*, 1906.

²¹ No nosso texto «O economista na investigação», inserto no volume *Estudos de Economia Teórica e Aplicada*, 2.^a edição, refundida, 1978, pp. 40-42. A influência da apologética doutrinal corporativa importada de Itália nos anos «trinta» e «quarenta», que se reclamava (naturalmente com a exposição de certas noções económicas independentes dessa apologética), duma «teoria económica corporativa» que corresponderia a uma via não capitalista e não socialista, poderá ser testemunhada por qualquer estudante desses tempos. Era a época em que academicamente se seguiam os manuais de *Economia Política Corporativa*, de Marco Fanno, A. Lanzillo, E. Fossati, Ugo Papi, G. Masci, Gino Arias, Francesco Vito e «tutti quanti», encontrando correspondência em estudos de autores portugueses como *O sistema corporativo*, de Marcelo Caetano, ou *A Economia Corporativa e o problema dos preços*, 1941, da autoria de Mota Veiga.

²² Eric Roll, *A History of Economic Thought*, Londres, 1938, pp. 414-415.

²³ É por certo devido a insuficiências de formação teórica e não a uma elevada preparação que Bazílio Teles dirige a sua ironia ao enunciado conhecido pela expressão «Lei de Gresham». Só a verdadeira compreensão da estrutura do conhecimento científico permitiria fundamentar essa ironia visto não passar do enunciado duma relação imediata e empírica entre dadas condições, o que nada tem de científico. Trata-se duma «lei» do mesmo género das muitas que, também ironicamente, se poderiam propor, como esta: «Todo o corpo sólido mergulhado em água fria fica molhado»...

QUADRO CRONOLÓGICO I

OBRAS MAIS SIGNIFICATIVAS,
QUER NO CAMPO DOUTRINAL
QUER NO CAMPO DA FORMAÇÃO
DA CIÊNCIA ECONÓMICA,
INCLUINDO AINDA PUBLICAÇÕES ESTRANGEIRAS
DE SIGNIFICADO MENOR
MAS QUE EXERCERAM INFLUÊNCIA
SOBRE O PENSAMENTO ECONÓMICO EM PORTUGAL
(DATAS REPORTADAS ÀS PRIMEIRAS EDIÇÕES)

- (1) 1615 Antoine Montchrétien, *Traité de l'économie politique*.
- (2) 1634 Sully, *Mémoires des sages et royales économies*.
- (3) 1661-1683 Colbert, *Lettres, instruction, mémoires*.
- (4) 1662 William Petty, *A Treatise of Taxes and Contributions*.
- (5) 1664 Thomas Mun, *English Treasury*.
- (6) 1667 William Petty, *Several Essays in Political Arithmetick*.
- (7) 1680 Gerad Malynes, *Lex Mercatoris or the ancient law — merchant*.
- (8) 1661 John Locke, *Some Considerations on the Consequences of the Lowring of Interest and Raising the Value of Money*.

- (9) 1691 Dudley North, *Discours upon trade*.
- (10) 1695 Pierre Le Pesant, Sire de Boisguilbert, *Le Détail de la France, la cause de la diminution de ses biens et la facilité du remède en fournissant en un mois tout l'argent dont le roi a besoin et enrichissant tout le monde*.
- (11) 1696 G. King, *Natural an Political observations* (publicado em 1804).
- (12) 1698 Charles d'Avant, *Discours on the Public Revenues*.
- (13) 1701 Martin, *Considerations on the Indies Trade*.
- (14) 1705 John Law, *Considérations sur le numéraire et le commerce*.
- (15) 1705 Bernard de Mandville, *Fable des Abeilles — Recherches sur la nature de la société* (edição inglesa, *The Fable of the Bees Or Private Vices, Public Benefits, with an Essay on Charity and Charity-Schools. And a Search into the Nature of Society*, London, 1723).
- (16) 1707 Vauban, *Dime Royale*.
- (17) 1707 Jacques C. M. Vincent (1712-1759), Sire de Gournay, *Relatórios, cartas, notas a traduções* (por exemplo in A. Oukén, *Die Maxime: Laissez faire et Laissez passer*, 1886).
- (18) 1748 Galliani, Della Moneta.
- (19) 1748 J. Thomson, *The Castle of indolence*.
- (20) 1752 David Hume, *Discours sur le commerce extérieur*; edição inglesa: *Of the Balance of Trade*.

- (21) 1753 R. Wallace, *A dissertation of the number of mankind.*
- (22) 1755 Cautillon, *Essai sur la nature du Commerce en general.*
- (23) 1755 Benjamin Franklin, *Observations Concerning the increase of Mankind.*
- (24) 1755 Victor Riquetti, Marquis de Mirabeau (O Velho), *L'Ami des Hommes — Traité de la Population.*
- (25) 1756 François Quesnay, *Fermiers* (na *Encyclopédie*).
- (26) 1757 François Quesnay, *Grains* (na *Enciclopédia*).
- (27) 1758 François Quesnay, *Le Tableau Économique.*
- (28) 1759 Adam Smith, *The Theory of Moral Sentiments.*
- (29) 1761 R. Wallace, *Various prospects of mankind, nature and providence.*
- (30) 1763-4 H. de Mirabeau, *Philosophie rurale.*
- (31) 1766-69 Turgot, *Mémoire sur les prêts de l'argent.*
- (32) 1766-69 Turgot, *Reflexions sur la formation des richesses.*
- (33) 1767 F. Quesnay, *Dialogue sur le Commerce du Blé.*
- (34) 1767 James Steuart, *An Inquiry into the Principles of Political Economy.*
- (35) 1767 Dupont de Nemours, *La physiocratie — Origines et progrès d'une science nouvelle.*
- (36) 1767 Mercier de la Rivière, *Ordre Naturel et essentiel des sociétés politiques.*

- (37) 1767 Arthur Young, *The Farmers Letters to the People of England*.
- (38) 1769 A. R. J. Turgot, *Réflexions sur la formation et la Distribution des richesses*, vol. 1.^o.
- (39) 1770 Galliani, *Dialogue sur le Commerce du Blé*.
- (40) 1772 Richard Price, *An Appeal to the Public on the Subject of National Debt*.
- (41) 1776 Adam Smith, *An Inquiry into the Nature and Causes of the Wealth of Nations*.
- (42) 1776 Abbé Condillac, *Traité sur le Commerce*.
- (43) 1781 W. Wales, *An Inquiry into the present state of populations*.
- (44) 1785 J. Howlett, *An examination of dr. Price's Essays on the Population*.
- (45) 1786 J. Towsend, *A dissertation on the poor laws*.
- (46) 1779 Neker, *Legislation et commerce des grains*.
- (47) 1780 Jeremy Bentham, *An Introduction to the Principles of Morals and Legislation*.
- (48) 1780 R. Price, *An Essay on the Population of England, from the revolution to the present time*.
- (49) 1786 J. Herrenschwand, *De l'économie politique moderne*.
- (50) 1787 J. Bentham, *Defense of Usury*.
- (51) 1790 Burcke, *Reflections on the Revolution in France*.

- (52) 1793 William Godwin, *Enquiry concerning Political Justice and its influence on general Virtue and Happiness.*
- (53) 1795 Burcke, *Thoughts and details on scarcity.*
- (54) 1796 J. Maréchal, G. Baboeuf, etc., *Manifeste des Égaux.*
- (55) 1797 W. Godwin, *The Enquirer.*
- (56) 1798 Thomas Robert Malthus (publicado anonimamente) *Essay on the principle of population as its affects the future improvement of Society.*
- (57) 1800 J. G. Fichte, *Der Geschlossene Handelsstaat.*
- (58) 1802 M. Gioia, *Sul commercio dei commestibili e caro prezzo dei viveri.*
- (59) 1803 Claude Henry de Rouvry, Comte de Saint-Simon, *Letters d'un habitant de Genève à ses contemporains.*
- (60) 1803 Jean-Baptiste Say, *Traité d'Économie Politique ou simple exposition de la manière dont se forment, se distribuent et se consomment les richesses.*
- (61) 1803 Jean-Charles-Léonard Sismonde de Sismondi, *De la Richesse commerciale, ou Principes d'Économie Politique.*
- (62) 1804 Landsale, *An Inquiry into the Nature and Origin of Public Wealth and into the means and causes of its increase.*
- (63) 1806 W. Healitt, *A reply to the Essay on Population.*
- (64) 1807 H. Thorton, *Enquête sur le papier de crédit en Grande Bretagne.*
- (65) 1808 James Hill, *Commerce Defended.*

- (66) 1808 R. Torrens, *The economist refuted*.
- (67) 1808 T. R. Malthus, *An Essay on the principle of population...*, 2.^a edição, não anónima.
- (68) 1808 Charles Fourier, *Théorie des quatres mouvements et des destinées générales*.
- (69) 1810 *Bullion Report*.
- (70) 1811 David Ricardo, *The high price...*
- (71) 1812 Arthur Young, *Enquiry into the Progressiv value of money in England*.
- (72) 1814 Patrick Colquhoun, *A Treatise on Wealth, Power and Resources of British Empire*.
- (73) 1814 Saint-Simon, *De la réorganisation de la société européenne*.
- (74) 1815 J.-B. Say, *Catéchisme d'économie politique*.
- (75) 1815 Robert Torrens, *An Essay on the External Corn Trade*.
- (76) 1815 Henri Storch, *Cours d'Économie Politique, ou exposition des principes qui déterminent la prospérité des nations*, 2 volumes (tradução do russo).
- (77) 1815 Edward West, *On the application of Capital to Land*.
- (78) 1815 T. R. Malthus, *An Inquiry into the Nature and Progress of Rent and the Principles by wich it is Regulated*.
- (79) 1815 T. R. Malthus, *The grounds of an opinion on the Policy of Restriction of the Importation of Corn*.
- (80) 1815 Edward West, *An Essay on the application of Capital and Land wich*

- observation Showing the Imply of any
Great Restriction of the Importation of
Corn.*
- (81) 1816 J. Mascaret, *Conversations on Political Economy.*
 - (82) 1817 David Ricardo, *The Principles of Political Economy and Taxation.*
 - (83) 1817 Bentham, *Plan of Parliamentary Reform.*
 - (84) 1817 George Purves, *All Classes Productives of National Wealth.*
 - (85) 1817-18 James Mill, *History of British India.*
 - (86) 1817-18 H. Saint Simon, *L'Industrie.*
 - (87) 1817 John Barton, *Observations on the Circumstances which influence the condition of the Labouring Classes of Society.*
 - (88) 1819 J. C. L. Sismonde de Sismondi, *Nouveaux principes d'économie politique, ou de la richesse dans ses rapports avec la population*, 2 vols.
 - (89) 1819 Comte de Chaptal, *De l'Industrie Française.*
 - (90) 1820 John Barton, *An Inquiry into the causes of the progressive depreciation of Agricultural Labour in Modern Times.*
 - (91) 1820 T. R. Malthus, *Principles of Political Economy considered with a view to their Practical Application.*
 - (92) 1820 W. Godwin, *Of Population: inquiry concerning the power of increase of mankind.*
 - (93) 1821 James Mill, *Elements of Political Economy.*

- (94) 1821 Robert Torrens, *An Essay on the Production of Wealth*.
- (95) 1821 Robert Casing, *Remarks on Some Fundamental Doctrines in Political Economy*.
- (96) 1822 François-Marie-Charles Fourier, *Traité de l'Association domestique et agricole*.
- (97) 1822 Thomas Hoperns, *Economical Inquiries Relative to the laws which regulate Rent, Wages and the value of Money*.
- (98) 1822 Francis Place, *Illustrations and Proofs of the Principles of Population*.
- (99) 1821-24 D. Dupin, *Voyages dans la Grande Bretagne*.
- (100) 1822 Thomas W. Buller, *A Reply to a pamphlet by David Ricardo, Esq. MP, on Protection to Agriculture*.
- (101) 1822 Charles Fourier, *Théorie de l'unité universelle*.
- (102) 1823 William Blake, *Observations on the Effects Produced by the Expenditure of Government during the Restriction of Cash Payment*.
- (103) 1823 Thomas Tooke, *Thoughts and Details on the High and Low Prices of the Last thirty Years*.
- (104) 1823 Thomas Malthus, *The Measure of Value...*
- (105) 1824 Henri Storch, *Considérations sur la Nature du Revenu National* (tradução do russo).

- (106) 1824 McCulloch, *A Discourse on the Rise, progress, peculiar object and importance of Political Economy.*
- (107) 1825 Samuel Bailey, *A critical dissertation on the nature, measure and causes of value.*
- (108) 1825 Charles-Barthélemy-Pierre-Joseph Dunoyer, *Nouveau Traité d'économie sociale.*
- (109) 1825 John McCulloch, *The Principles of Political Economy.*
- (110) 1825 Brougham, *Practical observation upon the Education of the People.*
- (111) 1825 John Gray, *A lecture on Human Happiness.*
- (112) 1824 John Locke, *An Inquiry into the Principles of Wealth.*
- (113) 1825 Thomas Hodgskin, *Labour defended against the claims of capital or the unproductiveness of capital proved.*
- (114) 1826 Edward West, *Price of Corn and Wages of Labour.*
- (115) 1826 K. H. Rau, *Lehrbuch der politischen Ökonomie*, 2 vols.
- (116) 1826 Johann Heinrich von Thünen, *Der isolierte Staat in Beziehung auf Landwirtschaft und Nationalökonomie.*
- (117) 1826 John McCulloch, *An Essay on the Circumstances which determine the Rate of Wages and the conditions of Working Class.*
- (118) 1826 M. Gioia, *Filosofia della Statistica.*
- (119) 1826 M. Palmieri, *Saggio sulle cause e sui rimedi della angustia agrarie della Sicilia.*

- (120) 1827 Thomas Hodgskin, *Popular Political Economy*.
- (121) 1827 William Thompson, *Labour Rewarded. The Claims of Labour and Capital Conciliated*.
- (122) 1828 McCulloch, *Principles of Political Economy*.
- (123) 1828 Thomas Hopkins, *On the Rent of Land and its influences on Subsistence and Population*.
- (124) 1828-9 J.-B. Say, *Cours d'Économie Politique*.
- (125) 1829 François-Xavier-Joseph Droz, *Économie Politique ou principes de la science des richesses (Economia Politica o principi di scienza delle ricchezze)*.
- (126) 1829 Charles Fourier, *Nouveau monde industriel et societaire*.
- (127) 1829 Samuel Read, *Political Economy — An Inquiry into the natural grounds of Right to Vendible property, or Wealth*.
- (128) 1830 John Burton, *A Statement of the Consequences likely to Ensue from our Growing Excess of Population, if not Remedied by Colonization*.
- (129) 1830 R. Whateley, *The duty of those who disapprove the education of the poors as well of those who approve it*.
- (130) 1830 Edward Cayley, *On Commercial Economy in Six Essays*.
- (131) 1830 William Whewell, *Mathematical Exposition of some Doctrines of Political Economy*.

- (132) 1831 Richard Jones, *An Essay on the distribution of Wealth and on Sources of Taxation.*
- (133) 1831 A. Walras, *De la nature de la richesse.*
- (134) 1831 Richard Whately, *Introductory Lectures on Political Economy.*
- (135) 1831 Charles Fortes Cotteril, *An Examination of the Doctrines of Value...*
- (136) 1832 Von Hermann, *Staatswirtschaftliche Unterssuehung über Vermögen Wirtschaft, Produktivität der Arbeit, Capital, Preis, Gewinn, Einkommen und Verbraucht.*
- (137) 1832-4 H. Martineau, *Illustrations of Political Economy.*
- (138) 1832-3 M. Canard, *Mémoire sur les causes de la stagnation du commerce.*
- (139) 1832 P. Leroux, *Discours sur la situation actuelle de l'esprit humain.*
- (140) 1832 Earl Fitzwilliam, *Adress to the Landowners of England, on the Corn Laws.*
- (141) 1832 Thomas Chalmers, *On Political Economy, in connection with the moral state.*
- (142) 1833 R. McCulloch, *A Treatise on the Principles, Practice and History of Commerce.*
- (143) 1833 J. Marcel, *John Hopken's notions of Political Economy.*
- (144) 1883 Richard Jones, *An Introductory lecture on Political Economy...*
- (145) 1833 William Whewell, *Mathematical Exposition of some of the leading*

- Doctrines of Mr. Ricardo's Principles of Political Economy and Taxation.*
- (146) 1834 Mountifort Longfield, *Lectures on Political Economy.*
 - (147) 1834 R. Owen, *The new moral world.*
 - (148) 1833-44 V. Considerant, *Doctrine sociale.*
 - (149) 1834 Visc. de Villeneuve-Bargemont, *Économie Politique Chrétienne.*
 - (150) 1835 Nassau William Senior, *An Outline of Political Economy.*
 - (151) 1935 C. Babbage, *Economy of Manufactures.*
 - (152) 1836 A. Ure, *Filosofia delle manufatture.*
 - (153) 1836 George Ramsay, *An Essay on the Distribution of Wealth.*
 - (154) 1836-7 Pellegrino Rossi, *Corso di Economia Politica.*
 - (155) 1837 Henry Charles Carey, *Principles of Political Economy — Part First — Of the laws of the production and distribution of Wealth.*
 - (156) 1837 A. Blanqui, *Histoire de l'Économie Politique.*
 - (157) 1837 G. De Welz, *Analyse critique et raisonnée de la Magie du Crédit dévoilée.*
 - (158) 1837 N. W. Senior, *Letters on the Factory Act.*
 - (159) 1837 R. Whateley, *Easy lessons on money matters.*
 - (160) 1837 K. Rodbertus, *Revendications des classes laborieuses.*
 - (161) 1838 Antoine A. Cournot, *Recherches sur les principes mathématiques de la théorie des richesses.*

- (162) 1838 J. Garnier, *Abregé des elements de l'Économie politique.*
- (163) 1840 Pierre-Joseph Proudhon, *Qu'est-ce que la Propriété?*
- (165) 1840 A. Scialoia, *I principii dell'economia sociale.*
- (166) 1840 James Wilson, *Influences on the Corn Laws, as affecting all classes of the Community, and particularly the landed Interests.*
- (167) 1840 James Wilson, *Fluctuations of Currency, Commerce and Manufactures referable to Corn Laws.*
- (168) 1840 John Cazenove, *An Elementary Treatise on Political Economy.*
- (169) 1841 Roberto Owen, *What is Socialism?*
- (170) 1841 Friederich List, *Das Nationale System der politischen Ökonomie.*
- (171) 1841 Thomas Corbet, *An Inquiry into the Causes and Modes of the Wealth of Individuals.*
- (172) 1841 Louis Blanc, *L'Organisation du Travail.*
- (173) 1842 Johann Karl Rodbertus, *Zur Erkenntnis unserer staat wirtschaftlichen Zustände.*
- (174) 1842-3 Michel Chevalier, *Cours d'Économie Politique.*
- (175) 1842 William R. Greg, *Not over Production, but sufficient Consumption, the source of our Suffering.*
- (176) 1842 E. Cabet, *Voyage en Icarée.*

- (177) 1843 Michel Chevalier, *Essais de Politique Industrielle.*
- (178) 1843 Wilhelm Roscher, *Grundriss zu Vorlesungen über die Staatswirtschaft nach geschichtlicher Methode.*
- (179) 1844 Arsène Jules Étienne Juvénal Dupuit, *Mémoire sur la mesure de l'utilité des travaux publics.*
- (180) 1844 R. Torrens, *A letter to lord Ashley on the principles which regulate wages.*
- (181) 1844 Karl Heinrich Marx, *Kritik der Hegelschen Rechtsphilosophie.*
- (182) 1844 David Buchman, *Inquiry into the Taxation and Commercial Policy of Great Britain.*
- (183) 1844 John Stuart Mill, *Essays on Some Unsettled Questions of Political Economy.*
- (184) 1844 K. Marx, *Oekonomisch-philosophische Manuskripte aus dem Jahre 1849.*
- (185) 1844 Thomas Tooke, *Inquiry into the Currency Principle.*
- (186) 1844 Thomas de Quincy, *The Logic of Political Economy.*
- (187) 1844 Luigi Napoleoni, *L'estinzione del pauperismo.*
- (188) 1845 Charles B. P. J. Dunoyer, *De la liberté du travail ou simple exposé des conditions dans lesquels les forces humaines s'exercent avec le plus de puissance.*
- (190) 1845 J. R. McCulloch, *The Literature of Political Economy. A Classified Catalogue.*
- (191) 1845-48 F. Bastiat, *Sophismes Économiques.*
- (192) 1845 Thomas C. Banfield, *Four lectures on the organisation of Industries.*

- (193) 1846 William T. Thorenton, *Over Population and its Remedy*.
- (194) 1846 J. P. Proudhon, *Système des contradictions économiques, ou Philosophie de la misère*.
- (195) 1846 E. Daire, *Physiocrates*.
- (196) 1847-52 Nassau Senior, *Industrial Efficiency and Social Economy*.
- (197) 1848 Karl Marx-Friederich Engels, *Das Kommunistische Manifest*.
- (198) 1848 Bruno Hildebrand, *Die Nationalökonomie der Gegenwart und Zukunft*.
- (199) 1848 John Smart Mill, *Principles of Political Economy with some of their applications to social philosophy*.
- (200) 1848 M. Chevalier, *Lettres sur l'organisation du travail*.
- (201) 1848 A. C. Carey, *The past, the present and the future*.
- (202) 1848 G. de Molinari, *Entretiens sus les lois économiques et défense de la propriété*.
- (203) 1848-53 M. von Ketteler, *Fondements d'une conception chrétienne de L'État*.
- (204) 1848 Nassau Senior, *Principles of Political Economy with some of their Application to Social Philosophy*.
- (205) 1849 Frédéric Bastiat, *Les Harmonies Économiques*.
- (206) 1849 K. Marx, *Lohnarbeit und Kapital*.
- (207) 1850 Henry C. Carey, *Harmony of Interests, agricultural, manufacture and commerce*.
- (208) 1851 P. J. Proudhon, *Idée générale de la révolution*.
- (209) 1852 M. Chevalier, *Examen du système de protection*.

- (210) 1853 Karl Nnies, *Politiche Oekonomie vom Standpunkte der geschichtlichen Methode.*
- (211) 1853 A. E. Cherbulier, *Étude sur les causes de la misère et sur les moyens d'y portes remède.*
- (212) 1854 H. Gossen, *Entwicklung der Gesetze des menschlichen Verkehrs.*
- (213) 1854 Wilhelm Roscher, *Die Grundlagen der Nationaloekonomie.*
- (214) 1854-64 F. Bastiat, *Oeuvres.*
- (215) 1855 Pierre-Guillaume-Frédéric Le Play, *Les Ouvriers Européens.*
- (216) 1855 J. P. Proudhon, *De la justice dans la révolution et dans légalité.*
- (217) 1857 Adolf Wagner, *Beiträge zur Lehre von den Banken.*
- (218) 1857 J. Garnier, *Du Principe de la Population.*
- (219) 1857 John Cairnees, *The Character and Logical Method of Political Economy.*
- (220) 1857 G. Boccardo, *Dizionario dell'Economia Politica e dei Commercio.*
- (221) 1857 Dupont-White, *L'individu et l'État.*
- (222) 1858 H. C. Carey, *Principles of Social Science.*
- (223) 1859 Karl Marx, *Zur Kritik der Politischen Oekonomie.*
- (224) 1859 John McCulloch, *Treatises and Essays.*
- (225) 1860 Léon Walras, *L'économie politique et la justice.*
- (226) 1861 John Stuart Mill, *Utilitarianism.*
- (227) 1861 Joseph-Clément Juglar, *Les crises commerciales et leur retour périodique en France, en Angleterre et aux États-Unis.*
- (228) 1863 H. Fawcet, *Manual of Political Economy.*

- (229) 1863 A. A. Cournot, *Principes de la Théorie des Richesses*.
- (230) 1864 F. Le Play, *La réforme sociale*.
- (231) 1865 Eugen von Dühring, *Kapital und Arbeit*.
- (232) 1865 K. Marx, *Value and Profit; addressed to working men* (1.^a edição em 1898).
- (233) 1865 J. P. Proudhon, *De la capacité de la classe ouvrière*.
- (234) 1867 K. Marx, *Das Kapital*, vol. 1.^o.
- (235) 1868 Leroy-Beaulieu, *De l'état moral et intellectuel des populations ouvrières*.
- (236) 1870 F. Le Play, *L'Organisation du travail*.
- (237) 1871 William Stanley Jevons, *The Theory of Political Economy*.
- (238) 1871 Henry George, *On Land and Land Policy*.
- (239) 1871 Karl Menger, *Grundsätze der Volkswirtschaftslehre*.
- (240) 1871 K. Marx, *La Guerre Civile en France*.
- (241) 1872 Leroy-Beaulieu, *La Question ouvrière au XIX^e siècle*.
- (242) 1873 Léon Walras, *Principes d'une Théorie Mathématique de l'échange*.
- (243) 1873 E. Nazzari, *Sunto di Economia Politica*.
- (244) 1873 John E. Cairnes, *Essays in Political Economy, Theoretical and Applied*.
- (245) 1873 Léon Walras, *Principes d'une théorie mathématique de l'échange*.
- (246) 1873-9 Karl Knies, *Geld und Credit*.
- (247) 1873 W. Roscher, *Geschichte der Nationaloekonomie in Deutschland*.
- (248) 1874 John E. Cairnes, *Some leading principles of Political Economy*.
- (249) 1871 Henri George, *The Land Question*.

- (250) 1875 Karl Marx, *Zur Kritik des Sozialdemokratischen Parteiprogramms.*
- (251) 1875 Gustav Schmoller, *Über einiger Grundfragen des Rechts und der Volkswirtschaft: Ein offenes Sendschreiben an Herrn Professor Dr. Heinrich von Treitschke.*
- (252) 1876 Adolf Wagner, *Grundlegung der politischen Oekonomie.*
- (253) 1876 Karl Bücher, *Beiträge zur Wirtschaftsgechichte* (publicado em 1922 numa colectânea).
- (254) 1876 G. Boccardo, *Socialismo Sistemático e Socialismo inconsciente.*
- (256) 1876 L. Cossa, *Guida allo studi dell'Economia Politica.*
- (257) 1877 Léon Walras, *Éléments d'économie pure.*
- (258) 1877-8 F. Engels, *Herrn Eugen Dühring Ummwälung der Wissenschaft («Anti-Dühring»).*
- (259) 1869-79 Alfred Marshall, *Pure Theory of Foreign Trade.*
- (260) 1879 Henry George, *Progress and Poverty.*
- (261) 1879 A. M. P. Marshall, *Economics of Industrie.*
- (262) 1880 Achille Loria, *La rendita fondiaria e la sua elisione naturale.*
- (263) 1881 F. Y. Edgeworth, *Mathematical Physics.*
- (264) 1881 F. Le Play, *La Constitution essentielle de l'Humanité.*

- (265) 1880 P. Leroy-Beaulieu, *Essai sur la répartition des richesses et sur la tendance à l'inégalité des conditions.*
- (266) 1882 Stanley Jevons, *The State in Relation to Labour.*
- (267) 1883 Karl Menger, *Untersuchungen über die Methode der Sozialwissenschaften und der Politischen Oekonomie in besondere.*
- (268) 1883 Stanley Jevons, *Methods of Social Reform.*
- (269) 1883 Achille Loria, *La legge di popolazione e il sistema sociale.*
- (270) 1884 Friederich von Wieser, *Über den Ursprung und die Hauptgesetze des Wirtschaftlichen Wertes.*
- (271) 1884 Eugen von Böhm-Bawer, *Geschichte und Kritik der Kapitalzinstheorie.*
- (272) 1884 P. H. Wicksteed, »Das Kapital«: *A Criticism.*
- (273) 1884 Paul Lafargue, *Cours d'Économie Sociale.*
- (274) 1884 T. C. Bonfield, *The Organization of Industry.*
- (275) 1884 F. Engels, *L'Origine de la famille, de la propriété et de l'État.*
- (276) 1884 W. Stanley Jevons, *Investigations in Currency and Finance.*
- (277) 1885 J. Bats Clark, *The Philosophy of Wealth.*
- (278) 1886 E. von Böhm-Bawer, *Grundzüge einer Theorie des Wirtschaftlichen Güterwertes.*
- (279) 1886 Karl Kautsky, *Karl Marx Oekonomische Lehren.*

- (280) 1886 Achille Loria, *Teoria Economica della costituzione politica.*
- (281) 1887 Georg F. Knapp, *Die Bauernfreierung und der Ursprung der Landarbeiter*
- (282) 1887 E. Masè-Dari, *Sciopero e coalizioni di operai.*
- (283) 1888 P. H. Wicksteed, *The Alphabet of economic science.*
- (284) 1888-95 W. J. Ashley, *An Introduction to English Economic History and Theory*, 2 vols.
- (285) 1889 A. Graziani, *Storia Critica della teoria dei valore in Italia.*
- (286) 1889 Böhm Bawerk, *Positive Theorie des Kapitals.*
- (287) 1889 Achille Loria, *Analisi della proprietà capitalista.*
- (288) 1889 Böhm-Bawerk, *Die Klassische Nationaloekonomie.*
- (289) 1889 Maffeo Pantaleoni, *Principii di Economia Pure.*
- (290) 1889 F. Wieser, *Der production naturliche Werth.*
- (291) 1890 Alfred Marshall, *Principles of Political Economy.*
- (292) 1890 F. W. Taylor, *Scientific management of labour.*
- (293) 1890 Benoit Malm, *Le socialisme integral.*
- (294) 1890 E.-U. Patren, *Fondement économique de la production.*
- (295) 1891 Papa Leão XIII, *Encíclica «Rerum Novarum».*

- (296) 1892 Irving Fisher, *Mathematical Investigations into the Theory of Value and Prices.*
- (297) 1892 A. Marshall, *Elements of Economics of Industry.*
- (298) 1892 Vladimir Ilitch Lénine, *Kvaproçu a tynkakh (A propósito da chamada questão dos mercados).*
- (299) 1893 Karl Bücher, *Die Entstehung der Volkswirtschaft.*
- (300) 1894 V. I. Lénine, *Economitcheskoie soderjanie narodnitchestva i crítica iero f knige g. Struve (O conteúdo económico do populismo e a crítica que lhe faz Struve no seu livro).*
- (301) 1894 Mikhail I. Tugan Bavanowski, *Pramychlennyye crisiçy f savremennoi Anglii: i ikh pritchiny i vliianie na narodnuu gižnh (As crises industriais em Inglaterra...).*
- (302) 1894 P. Wickstead, *Coordination of the laws of distribution.*
- (303) 1895 P.-P. Leroy Beaulieu, *Traité théorique et pratique d'Économie Politique.*
- (304) 1895 Böhm Bawerk, *Historische und Theoretisch Nationaloekonomie.*
- (305) 1895 U. Mazzola, *L'imposta progressiva in economia pura e sociale.*
- (306) 1896 J. A. Hobson, *The Problem of unemployed.*
- (307) 1896 Leroy Beaulieu, *La répartition des richesses.*

- (308) 1896 J. Nicholson, *Strikes and Social Problems*.
- (309) 1896 Böhm Bawerk, *Zum Abschluss des Marxschen Systems* (edição inglesa, C. Marx and the close of his system).
- (310) 1896 K. Bücher, *Arbeit und Rythmus*.
- (311) 1896-7 Vilfredo Pareto, *Cours d'Économie Politique*.
- (312) 1896-8 E. Bernstein, *Probleme des Socialismus*.
- (313) 1897 Gustav von Schmoller, *Grundfragen der Sozialpolitik und Wissenschaftlehere*.
- (314) 1897 V. I. Lénine, *Kharakteristike ekonomitcheskava romantisma* (Para a caracterização do romantismo económico).
- (315) 1897 E. Masè-Dari, *L'imposta progressiva*.
- (316) 1897 G. Plekhanov, *As questões fundamentais do Marxismo*.
- (317) 1898 Léon Walras, *Études d'économie Politique appliquée* (Théorie de la production de la richesse sociale).
- (318) 1898 K. Wicksell, *Geldzins und Güterpreise*.
- (319) 1899 Karl Gustav Cassel, *Grundriss einer elementaren Preislehre*.
- (320) 1899 K. G. Cassel, *Zeitschrift für die gesamte Staatwissenschaft*.
- (321) 1899 V. I. Lénine, *Razvitie kapitalisma v Russii* (Desenvolvimento do capitalismo na Rússia).
- (322) 1899 John Bates Clark, *The Distribution of Wealth — A Theory of Wages, Interest and Profit*.
- (323) 1899 Thorstein Bruce Veblen, *The Theory of the Leisure Class*.

- (324) 1899 A. Menger, *The right to the whole Produce of Labour*.
- (325) 1900 Karl Kautsky, *Die Agrarfrage*.
- (326) 1900 Gustav Schmoller, *Grundriss der allgemeinen Volkswirtschaftslehre*.
- (327) 1901 Knut Wicksell, *Lectures on Political Economy*.
- (328) 1902 Achille Loria, *Il Capitalismo e la scienza*.
- (329) 1901 A. Laudry, *De l'utilité sociale de la propriété privée*.
- (330) 1902 Achille Loria, *Marx e la sua dottrina*.
- (331) 1902 J. A. Hobson, *Imperialism, a study*.
- (332) 1902 Karl Libknecht, *Zur Geschichte der Wertheorie in England*.
- (333) 1902 Werner Sombart, *Der Moderne Kapitalismus*, 2 vols.
- (334) 1902 P. Leroy-Basulieu, *De la Colonisation chez les peuples modernes*, 2 vols.
- (335) 1902 R. A. Seligmann, *The economic interpretation of History*.
- (336) 1903 Vilfredo Pareto, *Les Systèmes Socialistes*.
- (337) 1903 M. Johannsen, *Der kreislauf des Geldes*.
- (338) 1904 Bertrand Nogaro, *Rôle de la monnaie dans le Commerce International et la théorie quantitative*.
- (339) 1904 A. Graziani, *Instituzioni di Economia Politica*.
- (340) 1904-7 Charles Rist, *Économie optimiste et économie scientifique*.
- (341) 1905 G. Knapp, *Staatliche theorie des Geldes*.

- (342) 1905-10 K. Marx, *Theorie über den Mehrwert* (edição Karl Kautsky, Stuttgart).
- (343) 1906 Vilfredo Pareto, *Manuale di Economia Politica con una introduzione alla scienza sociale*.
- (344) 1906 J. Lescure, *Der crises générales de surproduction*.
- (345) 1906 Irving Fischer, *The nature of national income*.
- (346) 1907 John Bates Clark, *Essentials of Economic Theory*.
- (347) 1908 Irving Fischer, *The Nature of Capital and Income*.
- (348) 1908 Irving Fischer, *The Rate of Interest*.
- (349) 1908 A. Laudry, *Manuel d'Économie*.
- (350) 1909 Achille Loria, *Corso di Economia Politica*.
- (351) 1910 Rudolf Hilferding, *Das Finanz Kapital*.
- (352) 1910 P. H. Wickstead, *The commonsense of Political Economy*.
- (353) 1911 F. W. Taussig, *Principles of Economics*.
- (354) 1911 H. L. Moore, *Laws on wages*.
- (355) 1911 François Simiand, *Les salaires dans les mines de charbon*.
- (356) 1911 Irving Fischer, *The Purchasing Power of Money*.
- (357) 1912 R. G. Hawtrey, *Good and bad Trade*.
- (358) 1912 Arthur C. Pigou, *Wealth and welfare*.
- (359) 1912 Joseph A. Schumpeter, *Die Theorie der wirtschaftlichen Entwicklung*.
- (360) 1912 L. Von Mises, *Theorie des Geldes und der Umlaufsmittel*.

- (361) 1913 Wesley Mitchell, *Business Cycles and their Causes*.
- (362) 1913 Rosa Luxemburg, *Die Akkumulation des Kapitals. Ein Beitrag zur Oekonomien Erklärung des imperialismus*.
- (363) 1913 W. C. Mitchell, *Business Cycles*.
- (364) 1913 A. Aftalion, *Crises periodiques*.
- (365) 1913 J. M. Keynes, *Indian Currency and Finance*.
- (366) 1914 Joseph A. Schumpeter, *Grundriss der Sozialoekonomie*.
- (367) 1914 F. Wieser, *Die theorie des gesellschaftlichen wirtschafft*.
- (368) 1914 J. A. Hobson, *Work and wealth: on human evaluation*.
- (369) 1914 R. T. Ely, *Property and contract*.
- (370) 1914 T. Veblen, *The instinct of workmanship*.
- (371) 1914 J. Schumpeter, *Epochen der Dogmen und Methodengeschichte*.
- (372) 1914 J. A. Hobson, *Work and Wealth*.
- (373) 1915 V. I. Lénine, *Karl Marx*.
- (374) 1917 Nikolai Bukharin, *Miravaia economica i imperialism (A Economia Mundial e o Imperialismo)*.
- (375) 1917 V. I. Lénine, *Imperializm kak vyschaia stadiia kapitalizma (O imperialismo fase superior do capitalismo)*.
- (376) 1917 J. M. Clark, *Business aceleration*.
- (377) 1917 Ottmar Spann, *Les fondements de l'économie*.
- (378) 1919 T. A. Veblen, *The Place of Science in Modern Civilization and other Essays*.
- (379) 1919 R. C. Hawtrey, *Currency and credit*.

- (380) 1920 Arthur Cecil Pigou, *The Economics of welfare*.
- (381) 1920 O. Spann, *L'état véritable*.
- (382) 1920 J. M. Keynes, *The economic consequences of Peace*.
- (383) 1921 F. N. Knight, *Risk, Uncertainty and Profit*.
- (384) 1921 T. Veblen, *The Engineers and the Price System*.
- (385) 1921 René Gonnard, *Histoire des Doctrines Economiques*.
- (386) 1922 Ferdinand Lassalle, *Nachgelassene Briefe und Schriften*.
- (387) 1922 Ludwig Von Mises, *Die Gemeinwirtschaft*.
- (389) 1922 D. H. Robertson, *Money*.
- (390) 1923 A. Aftalion, *Les fondements du socialisme*.
- (391) 1923 J. M. Clark, *Studies in the economics of overhead costs*.
- (392) 1923 A. Marshall, *Money, Credit and Commerce*.
- (393) 1923 J. M. Clark, *Tract on monetary reform*.
- (394) 1923 M. Leroy, *Auguste Walras, sa vie et son oeuvre*.
- (395) 1923 V. Von Strigl, *Die Oekonomischen kategorien*.
- (396) 1924 Jacob Viner, *Canada's Balance of International Indebtedness — 1900-1913*.
- (397) 1924 F. Virgili, *Il problema della popolazione*
- (398) 1924 John Commons, *Legal Foundations of Capitalism*.
- (399) 1924 P. N. Rosenstein-Rodan, *La Complementerietá*.
- (400) 1924 L. Schönfeld, *Grenzmitien*.
- (401) 1926 Irving Fischer, *Mathematical Investigations in the theory of value and prices*.

- (402) 1926 Piero Sraffa, *The laws of Returns under Competitive Conditions*.
- (403) 1926 D. H. Robertson, *Banking Policy*.
- (404) 1927 F. W. Taussig, *International Trade*.
- (405) 1927 H. Mayer, *The concept of Equilibrium in Economic theory*.
- (406) 1927 Alvin Hansen, *Business-cycle Theory: Its Development and Present Status*.
- (407) 1927 A. Aftalion, *Prix, Monnaie et changes*.
- (408) 1927 Wesley Mitchell, *Business Cycles, the Problem and its Setting*.
- (409) 1929 F. Wieser, *Gesammelte Abhandlungen*.
- (410) 1930 John Maynard Keynes, *A Treatise on Money*.
- (411) 1930 John Commons, *The Economics of Collective Action*.
- (412) 1930 J. A. Hobson, *Wealth and Life*.
- (413) 1931 Michael Kalecki, *Essays in the theory of economic fluctuations*.
- (414) 1931 Papa Pio XI, *Encíclica «Quadragesimo Anno»*.
- (415) 1931 John M. Keynes, *Essays in Persuasion*.
- (416) 1931 Gunnar Myrdal, *Monetary Equilibrium*.
- (417) 1931 W. E. Atkins, *Economic Behaviour*.
- (418) 1932 Gunnar Myrdal, *Das Politische Element in der Nationalökonomiechen Doktrinbildung*.
- (419) 1932 Lionel Robbins, *Essay in the nature and significance of economic science*.
- (420) 1932 J. R. Hicks, *Theory of Wages*.
- (421) 1933 Gottfried Haberler, *Der Internationale Handel*.
- (422) 1933 Ludwig Von Mises, *Grundprobleme der Nationalökonomie*.

- (423) 1933 R. F. Harrod, *International Economics*.
- (424) 1933 Bertil Ohlin, *Interregional and International Trade*.
- (425) 1933 A. C. Pigou, *The Theory of unemployment*.
- (426) 1933 K. Wicksell, *Über Wert, Kapital und Rente*.
- (427) 1933 J. M. Keynes, *Essays in Biography*.
- (428) 1933 Joan Robinson, *The Economics of Imperfect Competition*.
- (429) 1933 E. Mays, *Human problems of an industrial civilization*.
- (430) 1933 E. Chamberlin, *The Theory of Monopolistic Competition — A Re-Orientation of the Theory of Value*.
- (431) 1934 Oskar Morgenstern, *Die Grenzen der Wirtschaftspolitik* (Edição inglesa, *The Limits of Economics*, 1937).
- (432) 1934 F. Simiand, *Les salaires*.
- (433) 1934 John Commons, *Institutional Economics*.
- (434) J. R. Hicks, *Value and Capital*.
- (435) 1936 A. L. Rowse, *Mr. Keynes and the Labour movement*.
- (436) 1936 R. F. Harrod, *The Trade Cycles*.
- (437) 1936 T. M. Clark, *Preface to Social Economics*.
- (438) 1936 J. M. Keynes, *General Theory of Employment, Interest and Money*.
- (439) 1937 Jacob Viner, *Studies in the theory of international trade*.
- (440) 1937 Maurice Dobb, *Political Economy and Capitalism — Some Essays in Economic Tradition*.
- (441) 1937 Eugène Varga, L. Mendelsohn, *Novye dannye k knige Lenina Imperializm kak vyschaia stadiia kapitalizma* (Edição inglesa,

- New Data for V. I. Lenin's Imperialism, the Highest Stage of Capitalism).*
- (442) 1937 A. Aftalion, *L'Équilibre dans les relations économiques internationales.*
 - (443) 1937 Gaëtan Pirou, *Traité d'Économie Politique — Introduction.*
 - (444) 1937 E. Wagemann, *La stratégie économique.*
 - (445) 1938 T. W. Hutchinson, *The Significance and basic postulates of Economic Theory.*
 - (446) 1938 J. A. Hobson, *Confessions of an Economic Heretic.*
 - (447) 1939 M. Kalecki, *Studies in the Theory of economic fluctuations.*
 - (448) 1940 J. M. Keynes, *How to pay for the war.*
 - (449) 1940 Colin Clark, *The Conditions of Economic Progress.*
 - (450) 1940 R. Triffin, *Monopolistic Competition and General Equilibrium Theory.*
 - (451) 1941 Simon Kuznets, *National Income and its composition, 1919-1938.*
 - (453) 1941 W. Eucken, *Types de systèmes économiques. 1919-1929.*
 - (454) 1941 R. Marjolin, *Monnaie, prix et production.*
 - (455) 1941 J. Burnham, *The Managerial Revolution.*
 - (456) 1942 J. Schumpeter, *Capitalism, Socialism and Democracy.*
 - (457) 1942 Paul M. Sweezy, *The Theory of Capitalist Development.*
 - (458) 1943 A. Sauvy, *La Prévision Économique.*
 - (459) 1943 A. Sauvy, *Richesse et Population.*
 - (460) 1944 Newman e Morgenstern, *Theory of Games and Economic Behaviour.*

- (461) 1945 Jacques Ruef, *L'ordre social*.
- (462) 1945 Leon Blum, *A l'échelle humaine*.
- (463) 1945 Georges Friedman, *Problèmes humains du machinisme industriel*.
- (464) 1945 A. Sauvy, *Bien-être et population*.
- (465) 1946 S. Kuznets, *National Income*.
- (466) 1946 R. Stone, *Definition and measurement of National Income*.
- (467) 1946 François Perroux, *Les comptes de la nation*.
- (468) 1946 E. Schneider, *Introduction à la théorie économique*.
- (469) 1946 P. R. Reynaud, *Économie politique et psychologie expérimentale*.
- (470) 1946 T. Marchal, *Mécanisme des prix*.
- (471) 1947 Marco Fanno, *Le teorie delle fluttuazione economiche*.
- (472) 1947 J. Burnham, *Managerial Revolution*.
- (473) 1947 E. D. Domar, *Expansion and Employment*.
- (474) 1948 Paul Samuelson, *Economics*.
- (475) 1948 F. R. Harrod, *Towards a dynamic Economics*.
- (476) 1948 J. M. Clark, *Alternative to Serfdom*.
- (477) 1949 W. Fellner, *Competition among the few*.
- (478) 1950 Boulding, *A reconstruction of Economics*.
- (479) 1951 Wesley Mitchell, *What Happens During Business Cycles*.
- (480) 1951 Keneth Arrow, *Social Choice and Individual Values*.
- (481) 1953 Milton Friedman, *Essays in Positive Economics*.

- (482) 1953 Simon Kuznets, *Economic Change*.
- (483) 1954-6 A. Sauvy, *Théorie générale de la population*.
- (484) 1954 J. Schumpeter, *History of Economic Analysis*.
- (485) 1956 Joan Robinson, *The Accumulation of Capital*.
- (486) 1957 J. M. Clark, *Economic Institutions and Human Welfare*.
- (487) 1957 Paul Baran, *The Political Economy of Growth*.
- (488) 1957 Gunnar Myrdal, *Rich lands and poor*.
- (489) 1957 E. V. Domar, *Essays in the Theory of Economic Growth*.
- (490) 1957 N. Kaldor, *A model of economic growth*, in *The Economic Journal*.
- (491) 1958 J. Galbraith, *The Affluent Society*.

QUADRO CRONOLÓGICO II

OBRAS DE TEORIA ECONÓMICA
OU DE ECONOMIA APLICADA MAIS SIGNIFICATIVA
DE AUTORES PORTUGUESES
— DESDE O ÚLTIMO QUARTEL DO SÉCULO XVIII
COM CARÁCTER «MODERNISTA»
(EM ESPECIAL FISIOCRATA)
ATÉ AO SEGUNDO QUARTEL DO SÉCULO XX,
POR ALTURA DOS COMEÇOS
DA SEGUNDA GUERRA MUNDIAL

- (1) 1782 Luiz Ferrari de Mordau, *Despertador da Agricultura de Portugal, obra nova em riqueza do Reino...*
- (2) 1782 Luiz Ferrari de Mordau, *Suplemento à obra da Agricultura...*
- (3) 1784 «Valete», *Arte, e Diccionario do Commercio, e Economia Portuguesa*, Lisboa.
- (4) 1788 Domingos de Oliveira, *Discurso Jurídico Económico-político em que se mostra a origem dos Pastos que neste reino chamão Communs, sua differença dos públicos...*, Lisboa.
- (5) 1789 António Henriques da Silveira, *Memória sobre a Agricultura e população da Província de Além-Tejo*, nas *Memórias económicas da Academia Real das Sciencias de Lisboa para*

- o adiantamento da agricultura, das Artes, e da Indústria em Portugal e suas conquistas*, Lisboa (referido, daqui em diante, por MRASL), Tomo I, pp. 41 e segs.
- (6) 1789 José Joaquim Soares de Barros, *MEM. sobre as causas da diferente população em diversos tempos da Monarchia*, MRASL, I, pp. 123 e segs.
- (7) 1789 Domingos Vandelli, *MEM. sobre a Agricultura destes Reinos e das suas Conquistas*, MRASL, I, pp. 164 e segs.
- (8) 1789 José Veríssimo Álvares da Silva, *MEM. sobre as verdadeiras Causas, por que o luxo tem sido nocivo aos Portugueses*, MRASL, I, pp. 207 e segs.
- (9) 1789 Domingos Vandelli, *MEM. sobre as Produções Naturaes do Reino, e das Conquistas, primeiros materiais das diferentes Fábricas, ou Manufacturas*, MRASL, I, pp. 223 e segs.
- (10) 1789 Rodrigo de Sousa Coutinho, *MEM. sobre a verdadeira influencia das Minas dos Metaes preciosos na Industria das Nações que as possuem, e especialmente da Portuguezza*, MRASL, I, pp. 237 e segs.
- (11) 1789 Domingos Vandelli, *MEM. sobre a preferêcia que em Portugal se deve dar à Agricultura sobre as Fábricas*, MRASL, I, pp. 244 e segs.
- (12) 1790 Thomaz Antonio de Villa Nova Portugal, *MEM. sobre a preferencia que entre nós merece o estabelecimento dos*

- Mercados ao uso das Feiras de anno,*
MRASL, II, pp. 1 e segs.
- (13) 1790 Constantino Botelho de Lacerda Lobo, *MEM. sobre a cultura das Vinhas de Portugal*, MRASL, II, pp. 16 e segs.
- (14) 1790 Thomaz A. de Villa Nova Portugal, *MEM. sobre o cultivo dos terrenos baldios que ha no Termo da Villa de Ourem*, MRASL, II, pp. 413 e segs.
- (15) 1790 José Bonifácio de Andrade e Silva, *MEM. sobre a Pesca da Baleia, e Extração do seu Azeite; com algumas reflexões a respeito das nossas Pescarias*, MRASL, II, pp. 388 e segs.
- (16) 1791 Francisco Pereira Rebelo da Fonseca, *Descripção Económica do Território que vulgarmente se chama Alto-Douro*, MRASL, III, pp. 36 e segs.
- (17) 1791 Anónimo, *MEM. sobre o estado da Agricultura, e Commercio do Alto-Douro*, MRASL, III, pp. 73 e segs.
- (18) 1791 Thomaz A. de Villa Nova Portugal, *MEM. sobre os juros relativamente à Cultura das Terras*, MRASL, III, pp. 243 e segs.
- (19) 1791 José António de Sá, *Descripção Económica da Torre de Moncorvo*, MRASL, III, pp. 253 e segs.
- (20) 1791 Thomaz A. de Villa Nova Portugal, *Observações que seria útil fazerem-se para a Descripção Económica da Comarca de Setúbal*, MRASL, III, pp. 298 e segs.

- (21) 1791 Thomaz A. de Villa Nova Portugal, *Observaç. sobre o Mappa da Povoação do termo da Villa de Azeitão*, MRASL, III, pp. 322 e segs.
- (22) 1791 José Joaquim da Cunha de Azeredo Coutinho, *MEM. sobre o preço do assucar*, MRASL, III, pp. 381 e segs.
- (23) 1792 António de Araújo Travassos, *Discurso político sobre a agricultura, particularmente a de Portugal*. Publicado nos «Annaes das Sciências, das Artes e das Letras», Londres, Vol. XVI Abril de 1822 e reeditado por M. B. Amzalak, *A Economia Política em Portugal — as memórias de António de Araújo Travassos*, 1923, pp. 7-17.
- (24) 1792 António de Araújo Travassos, *Discurso sobre a moeda, e particularmente a de Portugal*, nos «Annaes...», e reeditado por M. B. Amzalak, citado, pp. 19-25.
- (25) 1793 José de Abreu Bacellar Chichorro, *Memória Económico-Política da Província da Estremadura traçada sobre as instruções régias de 17 de Janeiro de 1793*, datada de 1795.
- (26) 1794 José Joaquim da Cunha de Azeredo Coutinho, *Ensaio sobre o comércio de Portugal e suas colónias, offerecido ao Sereníssimo Príncipe do Brasil...*, Officina da Academia Real das Sciências de Lisboa.
- (27) 1795 M. J. R., *Economia Política, feita em 1795 por M. J. R., Negociante da Praça*

- de Lisboa, dada à luz em 1821 por J. I. dos S. L., Lisboa.*
- (28) 1795 Jácome (Jacques) Ratton, *Demonstração das Grandes utilidades que Devem Resultar a Todos Aqueles que Empreenderem a Fiação e Tecelagem de Algodão em Portugal.*
 - (29) 1796 José J. da Cunha de Azeredo Coutinho, *Analyse sobre a Justiça do Comércio do Resgate dos Escravos da Costa d'África.*
 - (30) 1798 José Maria Dantas Pereira, *Curso de Estudo para uso do Comércio e da Fazenda*, Lisboa.
 - (31) 1803 João António Carvalho Rodrigues da Silva, *Memória sobre o estado actual das fábricas de Lanifícios da Villa da Covilhã e das Causas que retardão a sua última perfeição*, Lisboa.
 - (32) 1803-5 Joaquim José Rodrigues de Brito, *Memórias Políticas sobre as Verdadeiras bases da grandeza das Nações, e principalmente de Portugal; offerecidas ao Sereníssimo Príncipe do Brasil nosso senhor*, Lisboa, na Impressão Régia, Vol. 1.º, 1803, Vol. 2.º, 1803, Vol. 3.º, 1805.
 - (33) 1804 José da Silva Lisboa (sob anonimato), *Princípios de Economia Política, para servir de introdução à Tentativa Económica do autor dos Princípios de Direito Mercantil*, Lisboa, na Impressão Régia.

- (34) 1808 Francisco Solano Constâncio, *On the state of Portugal during the last thirty years*, in «The Monthly Repertory», Paris.
- (35) 1808 José J. da Cunha de Azeredo Coutinho, *Discurso sobre o estado actual das minas do Brasil*.
- (36) 1808 José da Silva Lisboa, *Observações sobre o Commércio Franco do Brasil*, Rio de Janeiro.
- (37) 1810 José da Silva Lisboa, *Observações sobre a prosperidade do Estado pelos liberais Princípios da Nova Legislação do Brasil*, Rio de Janeiro.
- (38) 1810 José da Silva Lisboa, *Observações sobre a franqueza da indústria e estabelecimento das fábricas no Brasil*, Rio de Janeiro (edição da Baía).
- (39) 1810 José da Silva Lisboa, *Razões dos Lavradores do Vice-Reinado de Buenos-Aires para a Franqueza do Commércio com os Ingleses contra a Representação de Alguns Comerciantes, e Resolução do Governo, com Apêndice de Observações e Exame dos Efeitos do Novo Regulamento nos Interesses Comerciais do Brasil*, Rio de Janeiro.
- (40) 1810 José da Silva Lisboa, *Refutação das Declamações contra o Comércio Inglês, Extraído de Escriitores Eminentes*.
- (41) 1810 José da Silva Lisboa, *Reflexões sobre o Comércio dos Seguros*.

- (42) 1811 José da Silva Lisboa, *Ensaio sobre o Estabelecimento dos Bancos para o progresso da Indústria e Riqueza Nacional*, Rio de Janeiro.
- (43) 1811 José da Silva Lisboa, *Memória contra o Monopólio dos Vinhos do Alto-Douro*, Baía.
- (44) 1811 Funda-se em Londres «O Investigador Portuguez».
- (45) 1811-12 Bento da Silva Lisboa (filho de José da Silva Lisboa): tradução de Adam Smith: *Compendio da obra «Riqueza das Nações» de Adam Smith*, Rio de Janeiro, 3 volumes.
- (46) 1812 Joaquim Pedro Fragoso de Sequeira, *MEM. sobre a criação, e vantagens do Gado Cabrum em Portugal*, MRASL, Tomo IV, pp. 143 e segs.
- (47) 1812 Joaquim Foyos, *MEM. sobre qual convem ser a Geira Portuguesa*, MRASL, IV, pp. 154 e segs.
- (48) 1812 Constantino Botelho de Lacerda Lobo, *MEM, sobre as Marinhas de Portugal*, MRASL, III, pp. 159 e segs.
- (49) 1812 Constantino Botelho de Lacerda Lobo, *MEM. sobre a decadência das Pescarias em Portugal*, MRASL, IV, pp. 312 e segs.
- (50) 1812 João Manuel de Campos e Mesquita, *Extracto da Memória sobre o destroco em que se achão as criações de Gado Vacum*, MRASL. IV, pp. 416 e segs.
- (51) 1812 José da Silva Lisboa, *Memória Económica sobre a Franqueza do Comércio dos Vinhos do Porto*, Rio de Janeiro.

- (52) 1813 Jácome (Jacques) Ratton, *Recordações...*, Londres.
- (53) 1814-17 José Acúrsio das Neves, *Variedades sobre objectos relativos às Artes, Commércio, e manufacturas consideradas segundo os princípios da Economia Política*, Lisboa, na Impressão Régia; Tomo I, 1814; Tomo II, 1817.
- (54) 1815 Sebastião Francisco Mendes Trigoso. *MEM. sobre os Terrenos abertos, e seu prejuízo na Agricultura, e sobre os diferentes Methodos de Tapumes*, MRASL Volume V, pp. 63 e segs.
- (55) 1815 Manoel de Almeida, Visconde da Lapa, *MEM. sobre o modo de formar hum Plano de Statistica de Portugal*, MRASL, V, pp. 155 e segs.
- (56) 1815 José Veríssimo Álvares da Silva, *MEM. Histórica, sobre a Agricultura Portugueza considerada desde o tempo dos Romanos até ao presente*, MRASL, V, pp. 194 e segs.
- (57) 1815 Visconde de Balsemão, *MEM. sobre a Descrição Física, e Económica do lugar da Marinha Grande*, MRASL, V, pp. 257 e segs.
- (58) 1815 Sebastião Francisco Mendes Trigoso, *MEM. sobre os Pesos, e Medidas Portuguezas, e sobre a introdução do Systema Metro-Decimal*, MRASL, V, pp. 336 e segs.
- (59) 1818 Fundação em Londres, por Cândido José Xavier, dos «Annaes das Sciências, das

- Artes e das Letras» (designados seguidamente por ASAL).
- (60) 1819 Francisco Solano Constâncio. *Crítica à obra de José Acúrsio das Neves, «Variedades...»*, in ASAL.
 - (61) 1819 José J. da Cunha de Azeredo Coutinho, *Cartas aos redactores do «Investigador» sobre os limites do Brasil e sobre o augmento no valor da moeda*, Londres.
 - (62) 1819 Francisco Solano Constâncio, tradução para o francês de D. Ricardo, *Princípios de Economia Política e do Imposto*.
 - (63) 1819-1820 José da Silva Lisboa, *Estudos do Bem Comum e Economia Política ou Ciência das Leis Naturais e Civis de Animar e Dirigir a Geral Indústria e Promover a Riqueza Nacional e a Prosperidade do Estado*, Rio de Janeiro, duas partes.
 - (64) 1820 Francisco Solano Constâncio, *Reflexões acerca de algumas questões relativas à Economia Política, e sobre a Obra recente de M. Malthus*, ASAL, Tomo I.
 - (65) 1820 Francisco Solano Constâncio, tradução para o francês da obra de M. Malthus, *Principes d'Économie Politique considérés sous le rapport de leur application pratique, par Malthus traduit de l'anglais*, Paris, com uma curta introdução e notas da autoria de Solano Constâncio.
 - (66) 1820 José Acúrsio das Neves, *Memória sobre os meios de melhorar a Indústria Portuguesa Considerada nos seus diferentes ramos*, Lisboa.

- (67) 1820 António Maximino Dulac, *Vozes dos Leaes Portuguezes ou Fiel Echo das suas Novas Acclamações à Religião, a El-Rei e às Cortes destes Reinos...* Lisboa, 2 volumes.
- (68) 1821 Francisco Solano Constâncio, *Crítica à obra «Vozes dos Leaes Portuguezes...»* de A. M. Dulac, in ASAL, XIV.
- (69) 1821 José da Silva Lisboa, *Espírito de Vieira ou selecta de pensamentos económicos, políticos, moraes e litterários, com a biographia deste celebrado escriptor. Apêndice aos Estudos do Bem Commum*, Rio de Janeiro.
- (70) 1821 Francisco Solano Constâncio, tradução para o francês da obra de William Godwin, *Recherches sur la Population et sur la faculté d'accroissement de l'espèce humaine contenant une réfutation des doctrines de M. Malthus sus cette matière*, Paris, 2 volumes.
- (71) 1820-21 F. G. V. A. (Francisco Gomes Velloso de Azevedo), *Projecto de Melhoramento dos Três Importantíssimos Esteios da Felicidade do Estado Português, Artes, Manufacturas e Comércio*, Lisboa (escrito em 1814).
- (72) 1821 Francisco Solano Constâncio, *Crítica a «Lettres a M. Malthus etc. ou Cartas a M. Malthus, sobre diversos assumptos de Economia Política e particularmente, sobre as causas da estagnação do Comércio, Por J.-B. Say, Paris, 1820, in ASAL, Tomo XII.*

- (73) 1821 Francisco Solano Constâncio, *Crítica a «An Inquiry concerning Population, etc. ou Investigação acerca da População e da faculdade de multiplicação na espécie humana; obra destinada a refutar a doutrina do Ensaio de M. Malthus sobre este assumpto. Por W. Godwin, Londres, 1820, in ASAL, XII.*
- (74) 1821 Padre Manoel de Almeida, *Compendio de Economia Política redigido depois do convite feito pelas Cortes em sessão de 21 de Março de 1821 pelo cidadão Manoel de Almeida...; Primeira parte, Lisboa.*
- (75) 1822 J. P. Barbosa, *ABC e compendio de sciencia da riqueza, Lisboa.*
- (76) 1822 Padre Manoel de Almeida, *Memória que para ajudar em seus trabalhos a Respeitável Comissão do Commércio da capital offerece à mesma o Padre..., Lisboa.*
- (77) 1822 Francisco Gomes Velloso de Azevedo, *Methodo de evitar a introdução do falso papel moeda, e extinguir o que actualmente circula..., Lisboa.*
- (78) 1822 Francisco G. Velloso de Almeida, *Indicação do Projecto de amortização da Dívida Pública..., Lisboa.*
- (79) 1823 Francisco G. V. de Almeida, *Plano Geral e methodo suave e indirecto de se abrir um empréstimo de dez milhões de cruzados..., Lisboa.*
- (80) 1823 Padre Manoel de Almeida, *Compendio de Economia Política. Segunda Parte*

- (editado por «O Instituto», Coimbra, 1886).
- (81) 1826 António Maximino Dulac, *Aviso para se juntar à obra intitulada «Vozes dos Leaes Portuguezes...» escrita até Julho de 1820 e dada ao prelo em Outubro do mesmo anno*, Lisboa.
 - (82) 1827 António M. Dulac, *Exame crítico e comparativo do estado actual de Portugal considerado na penúria dos seus productos, a urgência de supprimentos, com observações demonstrativas dos recursos, que lhe offerece a vantagem da sua situação geographica*, Lisboa.
 - (83) 1827 José Ferreira Borges, *Do Banco de Lisboa*, Lisboa.
 - (84) 1827 Anónimo, *Novos Princípios de Economia Política*, in «Novos Annaes das Sciencias, das Artes e das Letras», Volume 3.º, pp. 136-146 e Vol. 4.º, pp. 121-134.
 - (85) 1827 José da Silva Lisboa, *Leituras de Economia Política ou Direito Económico conforme a Constituição Social e Garantia da Constituição do Império do Brasil. Dedicadas à mocidade brasileira* (publicado anonimamente).
 - (86) 1829 José Anastácio Falcão, *De l'état actuel de la monarchie portugaise et de cinq causes de sa decadence*, Paris.
 - (87) 1831 José Ferreira Borges, *Princípios de Synthelogia comprehendendo em geral a Theoria do Tributo e em particular*

- observações sobre a Administração e despesas de Portugal, em grande parte applicáveis ao Brasil*, Londres.
- (88) 1833 João Lineu Jordão, *Elementos de riqueza pública*, 2.^a edição, Lisboa.
- (89) 1834 José Ferreira Borges, *Instituições de Economia Política*, Lisboa.
- (90) 1836 António de Oliveira Marreca, *Importancia da Economia Política*, no «Jornal da Sociedade dos Amigos das Letras», Lisboa, n.º 1, Abril.
- (91) 1836 Um Negociante Portuguez, *Reflexões sobre Política e Economia, offerecidas em Outubro de 1836 aos seus compatriotas por hum...*
- (92) 1837 Agostinho Albano da Silveira Pinto, *Prelecções preliminares ao Curso d'Economia Política da Escola d'Associação Commercial do Porto, proferidas nos mezes de Junho e Julho, Porto.*
- (93) 1838 António de Oliveira Marreca, *Noções elementares de Economia Política e de Estadística*, Coimbra/Lisboa.
- (94) 1839 Adrião Pereira Forjaz de Sampaio (Adrião Forjaz), *Elementos de Economia Política e de Estadística*, Coimbra (2.^a edição em 1841).
- (95) 1839 Silvestre Pinheiro Ferreira, *Preliminary discourse to a course of Political Economy*, Paris.
- (96) 1839 Silvestre Pinheiro Ferreira, *Principles of Political Economy by afr. McCulloch*

- abridged for the use of schools accompanied
with notes and preceded by a preliminary
discourse by Mr. Pinheiro Ferreira, Paris.*
- (97) 1840 Silvestre Pinheiro Ferreira, *Précis d'un Cours d'Économie Politique suivi d' une Bibliographie choisie de l'Économie Politique par M. Hoffman*, Paris.
 - (98) 1840 Agostinho Albano da Silveira Pinto, *Exame da Questão sobre a livre navegação do Rio Douro*.
 - (99) 1840 Silvestre Pinheiro Ferreira, *Projecto d'Associação para o Melhoramento da Sorte das Classes Industriosas*, Paris.
 - (100) 1840-4 José Estevão de Magalhães (José Estevão), *Curso de Economia*, Lições orais na Cadeira de Economia Política, Direito Administrativo e Comercial da Escola Politécnica em Lisboa. Trechos in Joaquim Simões Franco, *Discursos Parlamentares de José Estêvão*, Aveiro, 1878.
 - (101) 1841 Adrião Forjaz, *Elementos de Economia Política*, 2.^a edição refundida e augmentada, Coimbra (última edição em 1874).
 - (102) 1841-2 Francisco Solano Constâncio, *Esprit des revues anglaises. Annales des revues trimestrielles, Edimbourg, etc.*
 - (103) 1843 António de Oliveira Marreca, *Considerações sobre o Curso d'economia política publicado em Paris em 1842 pelo Sr. Michel Chevalier*, in *O Panorama*, Vol. 2.º.

- (104) 1843 Alexandre Herculano, *Duas épocas e dois monumentos ou a granja real de Mafra*, in *Opúsculos*, tomo VIII.
- (105) 1843 Silvestre Pinheiro Ferreira, *Economia — Dos sistemas absolutos em Economia Política*, in «Pantólogo», números 14 e 18, Lisboa.
- (106) 1844 Silvestre Pinheiro Ferreira, *Dos Bancos Ruraes*, idem, n.º 2.
- (107) 1844-5 José da Silva Lisboa, *Considerações sobre as Doutrinas Económicas de M. João Baptista Say*, in «Minerva Brasiliense», vols. II e III (publicação póstuma).
- (108) 1844 Alexandre Herculano, *Da instituição das Caixas Económicas*, in *Opúsculos*, Tomo I.
- (109) 1846 Silvestre Pinheiro Ferreira, *Aos proprietários de prédios Rústicos e urbanos*, Lisboa (opúsculo), separata da «Revolução de Setembro», Julho de 1846.
- (110) 1849 Alexandre Herculano, *Breves reflexões sobre alguns pontos de economia agrícola*, nos *Opúsculos*, tomo VIII.
- (111) 1850 António de Oliveira Marreca, *Relatório Geral do Jurado da Exposição de 1849* (co-autoria principal).
- (112) 1851 António J. de Figueiredo e Silva, *Curso de Economia Agrícola*.
- (113) 1851 Alexandre Herculano, *Projecto de Decreto*, nos *Opúsculos*, Tomo VIII.
- (114) 1851 José da Silva Lisboa, *Ensaio Económico sobre o Influxo da Inteligência*

- Humana na Riqueza e Prosperidade das Nações*, na revista «Guanabara», Tomo I (publicação póstuma).
- (115) 1851 Alexandre Herculano, *A Granja do Calbariz*, nos *Opúsculos*, Tomo VIII.
- (116) 1852-3 Pedro de Amorim Viana, *Análise das Contradições Económicas de Proudhon*, em «A Península», Porto.
- (117) 1853 José Júlio de Oliveira Pinto Moreira, *Proudhon e a Economia Política*, in «O Instituto», Coimbra, Volume 1.º
- (118) 1853 Adrião Forjaz, *O sistema industrial e o estado actual da sciencia — Extracto dos Estudos de Economia Política*, in «O Instituto», ibidem.
- (119) 1853 Alexandre Herculano, *Proposta para a organização da Estatística Nacional*, Academia Real das Sciencias de Lisboa.
- (120) 1853 Adrião Forjaz, *Estudos de Economia Política — I*, Coimbra.
- (121) 1853 António de Oliveira Marreca, *João de Barros, Luís Mendes de Vasconcelos e o comércio da Índia*, no «Arquivo Universal», II.
- (122) 1855 Alexandre Herculano, *Projecto de Caixa de Socorros Agrícolas*, nos *Opúsculos*, Tomo VIII.
- (123) 1856 Alexandre Herculano, *Mouzinho da Silveira ou la Révolution Portugaise*, nos *Opúsculos*, Tomo II.

- (124) 1856 Alexandre Herculano, *Liberdade e Restrição ou a Questão dos Cereais*, in «A Pátria», n.º 18.
- (125) 1856 Alexandre Herculano, *Os Vínculos nos Opúsculos*, Tomo IV.
- (126) 1857 A. P. Lopes de Mendonça, *Revista da Economia Política em 1856*, nos «Annaes das Sciencias e das Letras», Academia Real das Sciências de Lisboa.
- (127) 1857 F. M. de Sousa Brandão, *A Economia Social — 1.ª Parte, O Trabalho*, Lisboa.
- (128) 1858 Alexandre Herculano, *Sobre a questão dos forais*, nos *Opúsculos*, Tomo VIII.
- (129) 1858-9 Adrião Forjaz, *Novos Elementos de Economia Política e Estadística*, Coimbra, 3 volumes.
- (130) 1861 Carlos Morato Roma, *A Questão da Moeda*, Lisboa (versão em francês, *De la monnaie*, Lisbonne).
- (131) 1865 António da Silva Pereira Magalhães, *A indústria escravizada pela liberdade ou considerações geraes sobre as indústrias manufactora e vinícola*, Porto.
- (132) 1866 Manuel de Arriaga, *Sobre a unidade da família humana debaixo do ponto de vista económico*, Lisboa.
- (133) 1867 Joaquim José Rodrigues de Freitas, *Notice sur le Portugal*, Porto.
- (134) 1867 Francisco Luís Gomes, *Essai sur la théorie de l'Économie Politique et de ses rapports avec la Morale et le Droit*, Paris.

- (135) 1868 Luís A. Rebelo da Silva, *Compêndio de Economia Industrial e Comercial para uso das Escolas Populares*, Lisboa.
- (136) 1868 Luís A. Rebelo da Silva, *Compêndio de Economia Rural para uso das Escolas Populares*, Lisboa.
- (137) 1871 António da Silva Pereira Magalhães, *O proteccionismo e os Livre-Cambistas*, Porto (compilação de artigos e estudos desde 1853).
- (138) 1872 Joaquim Pedro Oliveira Martins, *A Teoria do Socialismo — Evolução Política e Económica das Sociedades da Europa*.
- (139) 1873-5 Alexandre Herculano, *A Emigração*, nos *Opúsculos*, Tomo IV.
- (140) 1875 José Joaquim Pinto Coelho, *Os bancos em Portugal em 1875 — Reflexões sobre o rápido aumento do número de instituições bancárias — Breve exame destas instituições no fim do anno de 1874*, Porto e Braga.
- (141) 1875 Gerardo Pery, *Geografia e Estatística Geral de Portugal e colonias*, Lisboa.
- (142) 1876 J. J. Rodrigues de Freitas, *Crise Monetária e Política de 1876 — Causas e remédios*, Porto.
- (143) 1877 Luciano Cordeiro, *A Crise e os bancos*, Lisboa.
- (144) 1877 J. J. Rodrigues de Freitas, *A Circulação Fiduciária e a proposta de lei acerca do Banco de Portugal*, Porto.
- (145) 1877 J. P. Oliveira Martins, *A Reorganização do Banco de Portugal*, Lisboa.

- (146) 1878 J. P. Oliveira Martins, *A Circulação Fiduciária*, Lisboa.
- (147) 1883 J. J. Rodrigues de Freitas, *Princípios de Economia Política*, Porto.
- (148) 1885 Henrique de Barros Gomes, *A Situação Económica e Financeira*, Lisboa.
- (149) 1885 J. P. Oliveira Martins, *Política e Economia Nacional*, Lisboa.
- (150) 1885 Luís de Almeida e Albuquerque, *Noções Elementares de Economia Política*, Porto.
- (151) 1887 J. P. Oliveira Martins, *Banco*, no *Dicionário Universal Português*.
- (152) 1887 J. P. Oliveira Martins, *Projecto de lei sobre o Fomento Rural*.
- (153) 1888 João Achilles Riapamonti, *O Crédito Agrícola e os Bancos Ruraes — Dissertação inaugural apresentada ao Conselho Escolar do Instituto de Agronomia e Veterinária*, Lisboa.
- (154) 1889 J. J. Rodrigues de Freitas, *Um Economista Português António de Oliveira Marreca*, na «Revista de Portugal» dirigida por Eça de Queiroz, Tomo I.
- (155) 1891 Guilherme Alves Moreira, *O Lucro e a Questão Económica*, Coimbra.
- (156) 1891 José Frederico Laranjo, *Princípios de Economia Política*, Coimbra.
- (157) 1894 Francisco José Teixeira Bastos, *A Crise — Estudo sobre a situação política, financeira, económica e moral da nação*

- portuguesa nas suas relações com a crise contemporânea*, Porto.
- (158) 1896 Silva Cordeiro, *A Crise em seus aspectos moraes*, Lisboa.
- (159) 1896 Augusto Maria Fuschini, *Liquidações Políticas*, Lisboa.
- (160) 1897 Francisco José Teixeira Bastos, *Interesses Nacionaes — o ensino público, o trabalho nacional, as colónias*, Porto.
- (161) 1898 Anselmo de Andrade, *A Terra*, Lisboa.
- (162) 1899 Eurico de Seabra, *A Circulação Fiduciária nas suas relações com a crise monetária em Portugal*, Coimbra.
- (163) 1899 António Augusto Pires de Lima, *As doutrinas económicas de Karl Marx*, in «O Instituto», Coimbra, Volumes XLVI e XLVII (e separata).
- (164) 1899 Augusto Maria Fuschini, *O Presente e o Futuro de Portugal*, Lisboa.
- (165) 1899 António Cândido de Almeida Leitão, *Do crédito e da circulação fiduciária*, Lisboa.
- (166) 1899 Basílio Teles, *O Problema Agrícola (Crédito e Imposto)*, Porto.
- (167) 1901 Basílio Teles, *Estudos Históricos e Económicos*, Porto.
- (168) 1901 Basílio Teles, *Introdução ao Problema do Trabalho Nacional*, Porto.
- (169) 1902 Anselmo de Andrade, *Portugal Económico*, Lisboa.
- (170) 1904 Basílio Teles, *Carestia da Vida nos campos*, Porto.

- (171) 1902 Rui Ennes Ulrich, *Crises Económicas Portuguesas*, Coimbra.
- (172) 1908 António Lino Neto, *A Questão Agrária*, Lisboa.
- (173) 1908 J. de Oliveira Simões, *A Evolução da Indústria Portuguesa*, in *Notas sobre Portugal*, Lisboa.
- (174) 1908 Bento Carqueia, *O Capitalismo Moderno e as suas origens em Portugal*, Porto.
- (175) 1908 A. Teixeira Júdice, *Notas sobre Portugal*, Lisboa.
- (176) 1909 A. Marnoco e Sousa, *Economia Nacional — Prelecções feitas ao curso do 2.º ano jurídico de 1908-9*, Coimbra.
- (177) 1909 Constâncio Roque da Costa, *Problemas de Economia Nacional*, Lisboa.
- (178) 1910 Anselmo de Andrade, *História Económica do Ouro*, no «Boletim de 2.ª Classe da Academia das Ciências de Lisboa», n.º 2, Fevereiro, Vol. III. pp. 1211 e segs.
- (179) 1911 António de Sousa Horta Sarmento e Osório (António Osório), *A Mathématique na Economia Pura — A Troca* (versão em francês, 1913, ver n.º seguinte).
- (180) 1913 António Osório, *Théorie Mathématique de l'échange*, Paris (com uma introdução de Vilfredo Pareto).
- (181) 1915 José de Campos Pereira, *A Propriedade Rústica em Portugal*, Lisboa.
- (182) 1915 Ezequiel de Campos, «A Grei», Porto.

- (183) 1916 António de Oliveira Salazar, *O Ágio do ouro — sua natureza e suas causas (1891-1915)*, Coimbra.
- (184) 1916 António de Oliveira Salazar, *Questão cerealífera — o trigo*, Coimbra.
- (185) 1918 Anselmo de Andrade, *Portugal Económico*, Lisboa.
- (186) 1918 Ezequiel de Campos, *Leivas da minha terra*, Porto.
- (187) 1918 Ezequiel de Campos, *A Evolução e a Revolução Agrícola*, Porto.
- (188) 1919 José de Campos Pereira, *Portugal Industrial*, Lisboa.
- (189) 1921 A. Vieira da Rocha, *Le Portugal au Travail*, Paris.
- (190) 1922 Francisco António Correa, *Política Económica Internacional*, Lisboa.
- (191) 1922 Ezequiel de Campos, *Lázaro*, 1.º volume (2.º volume em 1926).
- (192) 1923 Anselmo de Andrade, *Evolução da Moeda*, Coimbra.
- (193) 1923 Ezequiel de Campos e Quirino de Jesus, *A Crise Portuguesa*, Porto.
- (194) 1926 António Armando Gonçalves Pereira, *A Variação dos preços*, Lisboa.
- (195) 1926 Anselmo de Andrade, *Política, Economia e Finanças nacionais contemporâneas*, Coimbra.
- (196) 1926-31 Bento Carqueja, *Economia Política*, 5 volumes.
- (197) 1927 Francisco António Correia, *A Evolução Económica e a crise social*, Lisboa.
- (198) 1927 João Pinto da Costa Leite, *Organização bancária portuguesa*.

- (199) 1928 Bento Carqueja, *O Problema Monetário Português*, Porto.
- (200) 1932 Bento Carqueja, *Filosofia do Trabalho*, Academia das Ciências de Lisboa, «Biblioteca de Altos Estudos», Lisboa.
- (201) 1932 *Princípios de Economia Política*, Porto.
- (202) 1933 João Pinto da Costa Leite, *Ensaio sobre a teoria das crises económicas*, Coimbra.
- (203) 1933 Bento Carqueja, *O Capitalismo — seu passado, seu presente, seu futuro*, Academia das Ciências, «Biblioteca de Altos Estudos», Lisboa.
- (204) 1934 Moses Bensabat Amzalak, *Léon Walras e a Economia Pura*, Academia das Ciências, «Biblioteca de Altos Estudos», Lisboa.
- (205) 1934 José Joaquim Teixeira Ribeiro, *Teoria Económica dos Monopólios — I*, Coimbra.
- (206) 1934 João Pinto da Costa Leite, *Noções Elementares de Economia Política*.
- (207) 1934 António Armando Gonçalves Pereira, *As novas experiências da Economia Política*, Lisboa.
- (208) 1936 António Lino Neto, *Adam Smith, fundador da Economia Política*, Lisboa.
- (209) 1936 E. A. de Lima Basto, *Alguns Aspectos Económicos da Agricultura em Portugal*, no *Inquérito Económico-Agrícola*, Volume 4.º, Lisboa.

BIBLIOGRAFIA

ESTUDOS RELATIVOS
AOS AUTORES ABRANGIDOS PELO PERÍODO
HISTÓRICO TRATADO NESTE VOLUME
— FINS DO SÉCULO XVIII
A COMEÇOS DA SEGUNDA GUERRA MUNDIAL,
NO SÉCULO XX

- (1) ALCOCHETE, Nuno Daupíãs, *Jacome Ratton*, no *Dicionário de História de Portugal*, dirigido por Joel Serrão, Volume 3.º.
- (2) AMZALAK, Moses Bensabat, *Do estudo e da evolução das doutrinas económicas em Portugal*, Lisboa, 1926.
- (3) AMZALAK M. B., *Os estudos económicos de José de Abreu Bacelar Chichorro*, in «Economia e Finanças — Anais do Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras, Vol. X, 1942.
- (4) AMZALAK, M. B., *O Despertador da Agricultura de Portugal e o seu autor, o intendente D. Luiz Ferrari Mordau*, in *Revista do Centro de Estudos Económicos*, Lisboa, N.º 11, 1951 e em separata, 1951.
- (5) AMZALAK, M. B., *L'Académie Portugaise et les études économiques au Portugal*, Lisboa, 1936.

- (6) AMZALAK, M. B., *A Economia Política em Portugal — O Fisiocratismo — As Memórias Económicas da Academia e os seus colaboradores*, Lisboa, 1922.
- (7) AMZALAK, M. B., *A Economia Política em Portugal — O Fisiocratismo — José Joaquim Rodrigues de Brito*, Lisboa, 1922.
- (8) AMZALAK, M. B., *Les doctrines physiocratiques ou XVIII^e et au début du XIX^e siècles au Portugal — Mélanges économiques dédiés à René Gonnard*, Paris, 1946.
- (9) AMZALAK, M. B., *A Economia Política em Portugal — As memórias económicas de António de Araújo Travassos*, Lisboa, 1923.
- (10) AMZALAK, M. B., *João Baptista Say e a sua influência nos estudos económicos de Portugal*, Lisboa, 1932.
- (11) AMZALAK, M. B., *Economistas brasileiros — José da Silva Lisboa, Visconde de Cairú (1756-1835)*, Coimbra, 1942.
- (12) AMZALAK, M. B., *Francisco Solano Constâncio e os seus estudos de economia*, Lisboa, 1923.
- (13) AMZALAK, M. B., *Francisco Solano Constâncio e os economistas clássicos britânicos*, Porto, 1942.
- (14) AMZALAK, M. B., *Francisco Solano Constâncio e o economista inglês William Godwin*, Lisboa, 1940.
- (15) BAIÃO, António, *A Infância da Academia (1788-1794)*, Lisboa.
- (16) BARROS, Henrique de, *Oliveira Martins e o «Projecto de Lei de Fomento Rural»*, Lisboa, 1946.
- (17) BARROS, Henrique de, *Eduardo Alberto Lima Basto (1875-1942)*, no *Dicionário de Economia*, Lisboa.

- (18) CAMPOS, Fernando, *José Acúrsio das Neves — O Historiador, o Economista, o Panfletário — selecção e notícia bibliográfica*, Lisboa, 1946.
- (19) CASTRO, Armando, *Fisiocracia e Fisiocratas*, no *Dicionário de História de Portugal*, dirigido por Joel Serrão, Vol. 2.º (reproduzido in *Estudos de História Sócio-Económica de Portugal*, 2.ª edição, 1980.
- (20) CASTRO, Armando, *O ensino da ciência económica na 2.ª metade dos anos trinta e a acção pedagógica do Prol. Doutor Teixeira Ribeiro*. «Boletim da Faculdade de Direito», Coimbra, 1978.
- (21) CASTRO, Filipe de Araújo e, *Novo Catálogo das obras do Publicista Português Silvestre Pinheiro Ferreira*, 1843.
- (22) FONSECA, Carlos da, *Introdução*, in José Frederico Laranjo, *Economistas Portugueses*, Lisboa, 1976.
- (23) FREITAS, J. J. Rodrigues de, *Um economista português — António de Oliveira Marreca*, in «Revista de Portugal», dirigida por Eça de Queiroz, Tomo I, 1889, pp. 358, 442 e 734.
- (24) GODINHO, Vitorino Magalhães, *A Estrutura da antiga sociedade portuguesa*, 2.ª edição, 1977, Lisboa, pp. 133-240 (Referência a Azeredo Coutinho, Silva Lisboa, Vandelli, Mordau e Rodrigues de Brito).
- (25) LARANJO, José Frederico, *Economistas Portugueses*, in «O Instituto», Coimbra, Vols. XXIX a XXXI, 1881-4; reedição de Carlos da Fonseca, citada.
- (26) LOUREIRO, Fernando Pinto, *José Acúrsio das Neves, Precursor do Industrialismo em Portugal*, Coimbra, 1954 e Lisboa, 1956/7.

- (27) LOUREIRO, Fernando Pinto, *Almeida Garrett perante os problemas económicos do seu tempo*, Coimbra, 1955.
- (28) MAGALHÃES, José Calvet de, *José Acúrsio das Neves*, Lisboa, 1946.
- (29) MARGARIDO, Alfredo, *A introdução do marxismo em Portugal*, Lisboa, 1975.
- (30) MARNOCO, Sousa e, *Lições feitas ao II ano jurídico 1908-1909*, Coimbra, 1909.
- (31) MEREIA, Paulo, *Algumas notas sobre Adrião Forjaz e a sua obra de economista*, in «O Instituto», Coimbra, n.º 115, 1953, pp. 290-317.
- (32) RIBEIRO, Luciano, *Da Memória Económico-Política da Província da Estremadura de José d'Abreu Bacelar Chichorro*, in «Atlante — Revista Mensal de História, Literatura, Arte & Ciência», Lisboa, n.ºs 1 e 2, Março e Abril de 1925, pp. 17-20 e 46-49.
- (33) RIBEIRO, Maria Manuela Tavares, *Conflitos ideológicos no Século XIX — O Problema Pautal*, in «Revista de História das Ideias», Vol. I, 1977, Universidade de Coimbra (e em separata).
- (34) SÁ, Vítor de, *Amorim Viana, Ensaio Bibliográfico*, Figueira da Foz, 1960.
- (35) SÁ, Vítor de, *A introdução do estudo da economia política em Portugal (esboço)*, in *Perspectivas do Século XIX*, 1.ª ed., 1964, pp. 49 e segs.
- (36) SÁ, Vítor de, *Três atitudes perante o liberalismo económico (Oliveira Pinto, Rodrigues de Freitas, Frederico Laranjo)*, Ibidem, pp. 225 e segs.
- (37) SALAZAR, António de Oliveira, *Doutor Marnoco e Sousa — o professor de ciência económica*, no

- «Boletim da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra», II, 1915-1916.
- (38) SANTOS, Fernando Piteira, *Notas sobre a difusão em Portugal de «O Capital» de Karl Marx*, in «Economia e Socialismo», n.º 35, Março de 1979.
- (39) SERRÃO, Joel, *José Joaquim da Cunha Azeredo*, in *Dicionário de História de Portugal*.
- (40) SERRÃO, J., *Joaquim Pedro de Oliveira Martins*, Ibidem.
- (41) SERRÃO, J., *Tomás António de Vila-Nova Portugal*, Ibidem.
- (42) SERRÃO, J., *Alexandre Herculano de Carvalho e Araújo*, Ibidem.
- (43) SILBERT, Albert, *Do Portugal do Antigo Regime ao Portugal Oitocentista*, Lisboa, pp. 85-108 e 129-186.
- (44) SILVA, J. M. Pereira da, *Varões ilustres do Brasil durante os tempos coloniais*, 3.^a edição muito aumentada e correcta, Rio de Janeiro, volume 2.º 1868 [Referência a José Joaquim de Azeredo Coutinho (pp. 121-4), Cláudio Manuel da Costa (pp. 42-43) e José da Silva Lisboa (pp. 159-182)].
- (45) SILVA, Maria Beatriz Nizza da, *Silvestre Pinheiro Ferreira: Ideologia e Teoria*, Lisboa, 1974.
- (46) SOUSA, Maria Leonor Machado de, *Uma figura enigmática — a actividade política de Solano Constâncio*, in «História», Janeiro de 1979, Lisboa, pp. 50-58.
- (47) SOUSA, Maria Leonor Machado de, *Solano Constâncio: Portugal e o mundo nos primeiros decénios do Século XIX*, Lisboa, 1979.

- (48) TENGARRINHA, José, *M. G. de Lima Bezerra*, in *Dicionário de História de Portugal*, citado.
- (49) TENGARRINHA, J., *Francisco Solano Constâncio*, ibidem.
- (50) TENGARRINHA, J., *António de Oliveira Marreca*, ibidem.
- (51) TENGARRINHA, J., *José Joaquim Rodrigues de Freitas*, ibidem.
- (52) TENGARRINHA, J., *Francisco José Teixeira Bastos*, ibidem.
- (53) TENGARRINHA, J., *António Cândido de Almeida Leitão*, ibidem.
- (54) TENGARRINHA, J., *José da Silva Lisboa*, ibidem.
- (55) TENGARRINHA, J., *António de Oliveira Marreca*, ibidem.
- (56) TENGARRINHA, J., *António de Oliveira Marreca*, ibidem.
- (57) TENGARRINHA, J., *José Acúrsio das Neves*, ibidem.
- (58) TENGARRINHA, J., *Manuel de Almeida*, ibidem.
- (59) TENGARRINHA, J., no *Dicionário de Economia*, Lisboa, citado além de entradas relativas a autores anteriores (Luís da Cunha, Manuel Severim de Faria, Duarte Ribeiro de Macedo e Alexandre de Gusmão): *Luís de Almeida e Albuquerque*.
- (60) TENGARRINHA, J., *Manuel de Almeida* (1769-1833), no *Dicionário de Economia*.
- (61) TENGARRINHA, J., *Anselmo de Andrade*, ibidem.
- (62) TENGARRINHA, J., *José Joaquim Soares de Barros e Vasconcelos*, ibidem.
- (63) TENGARRINHA, J., *José Ferreira Borges*, ibidem.

- (64) TENGARRINHA, J., *F. M. de Sousa Brandão*,
ibidem.
- (65) TENGARRINHA, J., *Joaquim José Rodrigues de Brito*, ibidem.
- (66) TENGARRINHA, J., *Ezequiel de Campos*, ibidem.
- (67) TENGARRINHA, J., *Bento Carqueja* (1860-1935),
ibidem.
- (68) TENGARRINHA, J., *Francisco Solano Constâncio*,
ibidem.
- (69) TENGARRINHA, J., *Francisco António Correia*
(1877-1938), ibidem.
- (70) TENGARRINHA, J. *José Joaquim da Cunha de Azevedo Coutinho* (1742 ou 1743-1821),
ibidem.
- (71) TENGARRINHA, J., *Rodrigo de Sousa Coutinho*
(1745-1812), ibidem.
- (72) TENGARRINHA, J., *Silvestre Pinheiro Ferreira*
(1769-1846), ibidem.
- (73) TENGARRINHA, J., *Augusto Maria Fuschini*
(1846-1911), ibidem.
- (74) TENGARRINHA, J., *Costa Goodolfim* (1844-1910),
ibidem.
- (75) TENGARRINHA, J., *Alexandre Herculano* (1810-
1877), ibidem.
- (76) TENGARRINHA, J., *António Cândido de Almeida Leitão*, ibidem.
- (77) TENGARRINHA, J., *José da Silva Lisboa* (1756-
1835), ibidem.
- (78) TENGARRINHA, J., *Constantino Botelho de Lacerda Lobo* (1754-1820 ou 1822), ibidem.
- (79) TENGARRINHA, J., *Joaquim Pedro de Oliveira Martins* (1845-1894), ibidem.

- (80) *Dicionário Biografo-Politico ou Galleria dos Contemporaneos*, Lisboa, Typographia de J. M. Coelho, 1843 (Com referências a Agostinho Albano da Silveira Pinto, Alexandre Herculano, António de Oliveira Marreca).
- (81) ULRICH, Ruy, *Oliveira Martins, Economista*, Lisboa, 1945.